

# O ECO DA GRADUAÇÃO

17ª Edição



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de  
Políticas Públicas

Departamento de Economia

# **O Eco da Graduação**

Vol. 09, Nº. 01, Edição 17

2024

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **EDITORES RESPONSÁVEIS**

Daniela Freddo

Andrea Felipe Cabello

### **CONSELHO EDITORIAL**

Juliano Vargas

### **MEMBROS**

Ana Beatriz Patrício Ferreira Costa

Ana Lyvia Kunz Nadler Blower

Arthur Lima Mendes de Oliveira

Arthur Rocha Xavier

Cecília Monteiro Marinho

Friedrich Batista Bischof

Júlia Barbieri Iwasaki

Júlio César Ribeiro Leite

## Sumário

<i>Polarização política e economia: uma análise do cenário brasileiro recente .....</i>	<i>5</i>
<i>Political polarization and economy: an analysis of the recent Brazilian scenario .....</i>	<i>5</i>
<i>Eleições de 2022 e o tema da violência contra a mulher: uma análise das candidatas do DF à Câmara dos Deputados.....</i>	<i>45</i>
<i>2022 Elections and the Theme of Violence Against Women: An Analysis of Female Candidates from the Federal District for the Chamber of Deputies. ....</i>	<i>45</i>
<i>A influência do Setor Governamental em Modelos Kaldor-Pasinettianos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda .....</i>	<i>63</i>
<i>The Influence of the Government Sector in Kaldor-Pasinetti Models of Economic Growth and Income Distribution.....</i>	<i>63</i>
<i>Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil: O Novo Estado e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934 -1949) .....</i>	<i>101</i>
<i>Economic Planning and Industrialization in Brazil: The New State and the Federal Foreign Trade Council (1934 -1949).....</i>	<i>101</i>
<i>O efeito econômico do Grande Prêmio da Fórmula 1: Uma análise comparativa entre Brasil e Mônaco em contextos fiscais distintos .....</i>	<i>121</i>
<i>The economic impact of the Formula 1 Grand Prix events: A comparative analysis between Brazil and Monaco in distinct fiscal contexts .....</i>	<i>121</i>



## **Polarização política e economia: uma análise do cenário brasileiro recente**

### **Political polarization and economy: an analysis of the recent Brazilian scenario**

Henrique de Freitas Cópio<sup>1</sup>

Geovana Lorena Bertussi<sup>2</sup>

**Resumo:** A ideia principal deste artigo é fazer uma análise sobre a relação entre a polarização política e crescimento econômico. A seção 2 tem como objetivo explicar a polarização como fenômeno, demonstrando de que forma ela pode surgir e se manifestar. Além disso, foi realizada uma revisão literária sobre a polarização política americana, que é historicamente uma das mais relevantes no cenário global. A terceira parte é inteiramente dedicada a explicar a polarização no Brasil, também foi utilizada revisão literária e seu foco principal é mostrar a trajetória política e econômica do Brasil e como ela influenciou no surgimento da polarização política que enfrentamos nos dias de hoje. Por fim, na última seção foi feita uma análise sobre a relação da polarização brasileira e sua relação com o desempenho econômico e outras variáveis. As bases de dados para a elaboração do estudo foram retiradas do *Eldeman Trust Barometer*, *The World Bank*, *Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data)*, *V-Dem Institute*, *World Value Survey*, Quaest e Datafolha.

**Palavras-chave:** Polarização política; Polarização ideológica; Polarização afetiva; Economia.

---

<sup>1</sup> Economista pela UnB. Sócio Fundador da HFC Consultoria. Consultor Financeiro Pessoal e Empresarial. Email: [henrique.fcopio@gmail.com](mailto:henrique.fcopio@gmail.com)

<sup>2</sup> Economista pela UnB. Mestrado em Economia pela UFMG e Doutorado em Economia pela UnB. Atualmente, professora do Departamento de Economia da UnB. Email: [geovanalorena@gmail.com](mailto:geovanalorena@gmail.com)



**Abstract:** The main idea of this article is to analyze the relation between political polarization and economic growth. Section 2 aims to explain polarization as a phenomenon, showing how it can arise and manifest. Additionally, a literature review on American political polarization, historically one of the most significant globally with extensive studies, was conducted. The third part focuses on explaining polarization in Brazil, also based on literature review, highlighting the political and economic trajectory of Brazil and its influence on current political polarization. The final section analyzes the relationship between Brazilian polarization, economic performance, and other variables. Data sources for the study includes the Eldeman Trust Barometer, The World Bank, Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data), V-Dem Institute, World Value Survey, Quaest, and Datafolha.

**Keywords:** Political polarization; Ideological polarization; Affective polarization; Economy.



## 1. Introdução

A polarização política é um tema que está sendo bastante discutido no Brasil nos últimos anos. Por mais que exista uma forte sensação de que a polarização política é uma realidade e está se intensificando, existem poucos estudos sobre o assunto para validar essa percepção. Essa não é uma característica exclusivamente do Brasil, muitos outros países da Europa e da América Latina, principalmente, também estão enfrentando cenários de polarização. Estudos acadêmicos são necessários para contribuir na análise do problema. Nos Estados Unidos, a polarização vem sendo discutida e estudada há muito mais tempo, por isso suas pesquisas e banco de dados são muito mais completos e servem como modelo para outros países.

No Brasil, a produção de estudos sobre polarização passou a se intensificar após as eleições de 2018. Os artigos de André Bello sobre “Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas” (2023) e “Polarização política dinâmica: evidências do Brasil” (2023) são duas publicações relevantes sobre o assunto e que contribuíram de forma significativa para o aprofundamento do tema. Além disso, os artigos “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião” (Ortelado, Ribeiro, Zeine, 2022) e “Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil (Fuks, Marques, 2022) também foram fundamentais para a análise do assunto. Visto que a primeira parte deste artigo é constituída de uma revisão literária, a presença de estudos recentes permite que esse trabalho seja bem atualizado e adequado para retratar de forma mais precisa o cenário da polarização brasileira. Outros estudos, nacionais e internacionais, de diversas áreas também foram utilizados.

Na seção 2, buscou-se explicar o que é polarização e quais são os fatores intrínsecos ao ser humano que favorecem o surgimento desse fenômeno. Em seguida, apresenta-se as diferenças entre polarização afetiva e ideológica e, ainda, quais as principais técnicas utilizadas para fazer a medição dos indicadores de polarização afetiva. Após essas explicações, é apresentada uma breve análise sobre a polarização americana, abordando sua trajetória, principais causas e alguns dados relevantes.



A terceira seção é toda focada na polarização política brasileira. Ela começa explicando sobre o contexto político e econômico do Brasil nos últimos anos e em seguida mostra como o desempenho econômico e a trajetória política brasileira se relacionam com a polarização. Por fim, por meio de revisão literária, busca-se explicar quais as características da polarização brasileira. Diferentemente dos Estados Unidos, a polarização brasileira possui um caráter muito mais afetivo e não está concentrada em partidos. A polarização brasileira tem o Partido dos Trabalhadores (PT) e o antipetismo (movimento contrário ao PT) como protagonistas e é influenciada por fatores externos de uma forma muito mais dinâmica que nos Estados Unidos.

Na última parte, utilizamos várias bases de dados para elaboração de gráficos e tabelas que pudessem auxiliar nas nossas próprias análises sobre a polarização. Primeiramente, foi investigada a relação entre desempenho econômico e polarização. Apesar de ser uma análise complexa, foi possível identificar algumas relações interessantes entre essas variáveis ao longo do tempo. Também foi possível chegar à conclusão de que o perfil da polarização brasileira é muito mais afetivo do que ideológico e que a confiança no governo e nas instituições também é um fator relevante que impacta na divisão da sociedade.

## **2. Polarização e Economia**

De acordo com alguns dicionários, a polarização pode ser entendida como a divisão de uma sociedade em dois polos de pensamento acerca de um determinado tema. A polarização política, logo, ocorre quando o espectro político deixa de conter uma vasta gama de ideologias e passa a representar o embate entre duas correntes de pensamentos principais.

Existiram diversos outros momentos de polarização política ao longo da história, tanto dentro de países específicos, quanto entre blocos de países. Entretanto, hoje vivemos um momento sem precedentes de polarização generalizada ao redor do mundo. Dessa forma, vamos analisar quais as explicações para a ocorrência desse fenômeno e quais os seus possíveis efeitos na sociedade atual.





Inicialmente, é importante voltar no tempo para compreender um pouco acerca da própria natureza biológica do ser humano e como ela pode explicar certos comportamentos adotados no cotidiano. Há algumas centenas de milhares de anos, os primeiros seres humanos viviam em um ambiente extremamente hostil e sua única preocupação era a sobrevivência e reprodução. Além disso, o ser humano só consegue ser autossuficiente em relação à sua sobrevivência no início da sua fase adulta. Sendo assim, pode-se dizer que o ser humano foi feito para estar em grupos. Não é apenas uma questão de pertencimento ou troca de conhecimento, fazer parte de um grupo é instintivamente uma questão de sobrevivência e, por isso, tomamos muitas atitudes de forma inconsciente em prol desse objetivo até os dias de hoje.

De acordo com o artigo “O líder narcísico e o grupo” (2023), do psicanalista Igor Alexandre Capelatto, para ser aceito em um grupo, era necessário demonstrar lealdade aos participantes do grupo e, principalmente, aos líderes. Para isso, era preciso estar bem alinhado com as regras, crenças e ideais da comunidade, muitas vezes sendo necessário renunciar às próprias vontades e individualidades. Logo, a antropologia mostra que, por meio desse raciocínio, ao longo de milhares de anos de evolução, nosso cérebro foi treinado para encontrar um grupo e se manter fiel a seus valores, mesmo que isso custe a nossa individualidade. Por mais que a opinião de alguém sobre certo tema seja distinta, ir de encontro às ideias de seu grupo é algo muito incômodo e, assim, muitas vezes os pensamentos de um grupo são extremamente padronizados.

Ainda segundo o pesquisador, na antiguidade, fazia todo o sentido agir dessa forma, pensando na sobrevivência. Entretanto, em um mundo globalizado no cenário atual, onde as pessoas estão extremamente conectadas por meio da mídia digital, a lealdade irracional a grupos e a padronização de opiniões em larga escala pode trazer desdobramentos negativos e ser perigosa para a sociedade.

## **2.1 Polarização afetiva e sua medição**

A polarização política afetiva simboliza o atual movimento de antagonismo político que se desenvolve na sociedade tendo muito mais relação com afeto do que com uma avaliação racional do governo e de suas políticas públicas. Um bom representante político passa a ser



analisado pelo que ele representa e não pelos seus feitos e propostas. Dessa forma, um líder é escolhido pelo sentimento de identificação da população e, como pouco importam as características técnicas de seu governo, o componente de militância emocional sobrepõe-se à oposição democrática racional no debate político.

No livro *"Follow the Leader? How Voters Respond to Politicians' Policies and Performance"* (2012), escrito por Gabriel S. Lenz, professor de ciência política na Universidade da Califórnia, é abordada a capacidade dos eleitores de avaliar adequadamente os políticos e suas políticas. Segundo o autor, é mais provável que os políticos direcionem os eleitores para suas linhas de pensamento do que o contrário. Isso acontece pois, em muitas ocasiões, os eleitores parecem escolher o seu candidato ou partido preferido no início do processo eleitoral e só depois ajustam suas próprias preferências de políticas com base no posicionamento adotado pelo seu partido ou candidato político.

Em um artigo publicado na *Annual Review of Political Science de 2018*, chamado *"The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States"*, foram apresentadas pelos pesquisadores três técnicas principais para medir a polarização afetiva: autorrelatos de afeto partidário em pesquisas de opinião, testes implícitos ou subconscientes de viés partidário e medidas comportamentais de confiança interpessoal e favoritismo/discriminação de grupo com base em indicadores partidários. Entretanto, os autorrelatos de partidarismo em pesquisas são a técnica mais básica e amplamente utilizada para medir a polarização afetiva, eles são úteis por serem fáceis de administrar e interpretar, além de serem um bom indicativo da força do sentimento partidário nos respondentes.

## **2.2 Polarização americana: conhecendo melhor e elaborando breves análises e comparações com o caso brasileiro**

Os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra em 1776, tornando-se a primeira República Federal Presidencialista do mundo. Sua constituição tinha como inspiração as ideias presentes no *"Bill of Rights"*, que valorizavam as liberdades individuais, o livre comércio, o direito à propriedade. Além disso, para evitar movimentos autoritários, implementou o modelo de divisão entre três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)



defendido por Montesquieu. E atribuiu ao cargo de Presidente dos Estados Unidos o mais alto cargo político do país, exercendo tanto as funções de chefe de Estado quanto de chefe de governo.

Pela relevância política e econômica global, a democracia americana é, muitas vezes, considerada uma das mais importantes do planeta. Seu sistema eleitoral é majoritário e não representativo como no Brasil, ou seja, quem possui a maioria dos votos em determinado Estado, fica com todos os votos desse estado, mesmo que seja uma diferença mínima entre os candidatos.

De acordo com o estudo “*L’Influence des systèmes électoraux sur la vie politique*” (1950), do sociólogo francês Maurice Duverger, esse tipo de sistema favorece a divisão do espectro político em um sistema bipartidário. Todavia, é tido como consenso que o sistema majoritário retarda a aparição de novas forças políticas e acelera o desaparecimento de partidos em declínio. Uma vez que partidos menores não são competitivos para vencer a eleição, a população prefere realizar um voto útil em algum partido com chances reais, mesmo que não se identifique tanto com o candidato. Dessa forma, é possível afirmar que esse modelo favorece a polarização política entre duas forças principais. No Brasil, por sua vez, os partidos são diversos na quantidade e no seu tamanho e significância política.

Nos Estados Unidos, a força política está dividida entre Democratas e Republicanos e, ao longo dos últimos anos, a rivalidade entre esses dois partidos vem se tornando cada vez mais agressiva. Especificamente nos EUA, o partidarismo é um identificador muito poderoso. De acordo com uma pesquisa de Sears (1975), os americanos raramente vão transitar entre partidos ao longo da vida, mesmo passando por diversas mudanças pessoais.

Dentro desse contexto, a partir do momento em que uma pessoa define seu partido político, seu mundo passa a ser dividido entre dentro do grupo (seu próprio partido) e fora do grupo (partido oposto). Uma vasta literatura em psicologia social demonstra que qualquer distinção entre grupo interno/externo, mesmo aquela baseada nas características compartilhadas mais triviais, desencadeia tanto sentimentos positivos para o grupo interno quanto avaliações negativas do grupo externo (Billing & Tajfel, 1973). Sendo assim, quanto mais saliente for o



grupo para o sentido de identidade pessoal, mais fortes serão essas divisões intergrupais (Gaertner *et al.*, 1993).

Ao longo de muitos anos, a ciência política estudou a polarização americana como sendo a diferença entre as posições políticas dos Republicanos e dos Democratas (Fiorina *et al.*, 2005). Abramowitz & Saunders (2008) realizaram um estudo apontando que a população média se tornou mais ideologicamente polarizada nos últimos anos. Segundo os pesquisadores, entre 1972 e 2004 a distância entre a autopercepção ideológica de Democratas e Republicanos não-ativistas praticamente duplicou.

Em vez de tomar partido nesse debate, o artigo se concentrará na análise e distinção entre a polarização afetiva e a ideológica. A polarização ideológica possui um caráter racional, ou seja, existe um embate entre dois grupos com convicções e ideais distintos a respeito de determinado tema. Já a polarização afetiva está ligada a um componente emocional e acontece quando grupos opostos se formam contagiados por sentimentos e emoções. De acordo com Iyengar *et al.* (2012) e Mason (2015), a polarização afetiva não necessariamente requer o extremismo nas opiniões temáticas. De fato, em alguns casos, pode ocorrer o oposto, em que a polarização afetiva aumenta enquanto as divisões ideológicas diminuem (Lvendusky & Malhota, 2016). Embora haja conexões importantes entre polarização afetiva e ideológica (Abramowitz & Webster, 2016), são conceitos que apresentam diferenças teóricas e empíricas.

Nos últimos anos, a polarização entre partidos tem sido intensificada e isso tem levado a animosidade entre os membros dos partidos políticos. Isso se deve a várias características do ambiente contemporâneo, que exacerbam a propensão dos partidários para dividir o mundo em um grupo apreciado (o próprio partido) e um grupo externo não apreciado (o partido adversário).

À medida que as identidades partidárias e ideológicas se tornam cada vez mais presentes, outras identidades sociais, como raça e religião, também convergem com o partidarismo. Isso contribui para a polarização afetiva, que leva aqueles com identidades partidárias e ideológicas consistentes a se tornarem mais hostis em relação ao partido externo sem necessariamente mudarem suas posições ideológicas. Além disso, aqueles que alinham



identidades religiosas, raciais e partidárias reagem mais emocionalmente a informações que ameaçam suas identidades partidárias ou posturas. Em essência, a classificação tornou mais fácil para os partidários fazerem inferências generalizadas sobre o lado oposto, mesmo que essas inferências sejam imprecisas. Alguns estudos concluíram que a polarização ideológica também afeta a polarização afetiva. O aumento da extremidade ideológica e da restrição ideológica são ambos associados a um afeto partidário mais forte. Pudemos assistir o avanço da polarização afetiva com a ascensão de Trump, nos Estados Unidos, e de Bolsonaro no Brasil.

Por fim, segundo o livro, “Como as democracias morrem” (Levitsky; Ziblatt, 2018), a polarização e a radicalização ideológica crescente nos últimos anos também estão afetando a “tolerância mútua”. A tolerância mútua representa a ideia de que, mesmo os partidos políticos tendo planos de governo e propostas diferentes, todos têm o mesmo direito de competir pelo poder se respeitarem as regras institucionais. Entretanto, com a perda de força dos setores moderados da política, ocorre um confronto entre adversários de posicionamentos radicais, que não se enxergam como adversários legítimos, mas sim como “inimigos mortais”. Essa dinâmica abre espaço para que os atores políticos se sintam no direito de tomar decisões que priorizem eliminar o seu adversário a qualquer custo, inclusive colocando todo o sistema democrático em jogo, como aconteceu nos episódios de 6 de janeiro americano em 2021 e no 8 de janeiro brasileiro em 2023.

### **2.3 Impactos da polarização na economia**

A polarização política dificulta o processo de tomada de decisão, levando a impasses políticos e instabilidade. Quando partidos políticos e líderes estão profundamente divididos, torna-se difícil chegar a um consenso sobre várias questões econômicas, como tributação, regulação e política fiscal. Essa paralisia atrapalha o crescimento econômico e impede a implementação de medidas eficazes para enfrentar desafios econômicos. Investidores e empresas podem hesitar em tomar decisões de investimento de longo prazo, preferindo aguardar por estabilidade e clareza no cenário político. Como resultado, o crescimento econômico é prejudicado e as oportunidades de criação de empregos e prosperidade diminuem.



A polarização política reforça a imprevisibilidade e incerteza das políticas. Em um ambiente caracterizado por um partidarismo extremo, as políticas tendem a oscilar de um extremo a outro, dependendo de qual partido está no poder. Essa inconsistência dificulta a tomada de decisões e o planejamento para o futuro. A imprevisibilidade das políticas econômicas, incluindo políticas comerciais, regulação e estruturas fiscais, pode perturbar modelos de negócios estabelecidos e desestimular investimentos internos e externos. Quando a incerteza aumenta, as empresas tendem a adotar estratégias cautelosas, levando a redução de investimentos, congelamento de contratações e, por consequência, desaceleração do crescimento econômico.

Além disso, a polarização política também pode contribuir para a desigualdade de renda. Profundas divisões entre cidadãos e formuladores de políticas muitas vezes resultam em políticas distorcidas que beneficiam grupos de interesse específicos ou segmentos abastados da sociedade, muitas vezes às custas da maioria. O foco na ideologia e posições polarizadas pode negligenciar a necessidade de políticas econômicas equitativas que promovam o crescimento inclusivo e reduzam as disparidades de renda. Tal desigualdade pode criar instabilidade social, minar a coesão social e impactar negativamente a estabilidade econômica e a confiança no mercado.

Adicionalmente, a polarização política pode prejudicar a capacidade dos governos de enfrentar desafios de longo prazo. Questões como mudanças climáticas, saúde, educação e infraestrutura exigem planejamento sustentado e esforços cooperativos. No entanto, quando os políticos estão focados principalmente em avançar sua agenda partidária e marcar pontos políticos, os recursos e a atenção necessários para abordar esses desafios podem ser insuficientes. Essa falha em enfrentar questões críticas de maneira abrangente pode ter consequências econômicas duradouras.

Para mitigar esses efeitos, é crucial que as sociedades promovam um espírito de colaboração e compromisso entre líderes políticos, incentivem a comunicação eficaz e enfatizem a importância da formulação de políticas com base em evidências. Somente por meio de um esforço conjunto para superar as divisões ideológicas é que as economias podem criar um futuro mais próspero para todos.



### 3. Polarização brasileira

Polarização política e crescimento econômico são variáveis complexas e ainda não existe uma literatura consensual que consiga demonstrar, de forma clara, um padrão entre suas interações numa escala mundial. Sendo assim, para compreender melhor a polarização política brasileira, é fundamental a realização de análises mais específicas em relação ao contexto brasileiro, as quais levem em consideração as particularidades do nosso país.

A América Latina é a região de maior desigualdade social do mundo, e o Brasil é um dos líderes nesse aspecto (Sposati, 2011; Netto, 2007). Ao mesmo tempo que nossa economia ganhou papel de destaque nas últimas décadas, a pobreza e a desigualdade mantiveram-se em patamares elevados relativamente a outros países desenvolvidos e, também, alguns emergentes. Segundo o estudo de Marcio Pochmann, "Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula", publicado na revista SER Social em 2011, a busca pelo crescimento econômico, que marca a nossa trajetória democrática, é uma forma de fugir dos problemas estruturais básicos do nosso país. Esses problemas só seriam resolvidos por reformas complexas (agrária, tributária e social) e que gerariam um grande embate entre os grupos sociais.

Ao longo dos governos do PT, foram feitos alguns avanços para diminuir a pobreza e a desigualdade que, de fato, trouxeram um maior poder aquisitivo para as classes menos favorecidas e abriram algumas portas para a mobilidade social. Entretanto, não foram suficientes para mudar a dinâmica desigual que se estabelece como base da sociedade brasileira (Elisa, 2019). Independente dos avanços, em momentos e circunstâncias específicas, o padrão de desigualdade brasileiro continua extremamente marcado por questões de raça e gênero.

Esse contexto serve como base para compreender parte do embate atual entre as visões de direita e esquerda sobre o papel do Estado. De um lado a defesa de um Estado forte, que seja o principal responsável por trazer melhores condições de vida para a população, principalmente via redistribuição de renda. Do outro lado a defesa de um Estado menos atuante, que abra espaço para que o setor privado e o livre mercado prosperem e gerem crescimento econômico. Esse conflito de opiniões é semelhante ao que ocorre em diversos outros países,



principalmente nos EUA, e representa o centro da polarização dos projetos políticos brasileiros nos últimos anos.

Pela dimensão territorial brasileira e pela diversidade da população, as demandas sociais e econômicas de cada grupo e lugar são muito distintas, exigindo soluções complexas as quais acabam envolvendo diferentes vertentes de pensamento econômico em busca de um equilíbrio que agrade a todos. Por isso que, ao longo das últimas décadas, tivemos governos mais liberais e também governos mais à esquerda do espectro político, e essa alternância acabou por implementar um modelo desenvolvimentista em alguns momentos e liberal em outros.

O intervencionismo possui uma base forte nas ideias de Keynes (1936), em que é papel do Estado intervir na economia sempre que necessário para garantir maior proximidade com o pleno-emprego e renda da população. No caso brasileiro, essas ideias se juntaram ao ideal cepalino-estruturalista a partir do final dos anos 40 e assim avançou-se na ideia de desenvolvimentismo. Para isso, o desenvolvimentismo enxerga a produção industrial e o investimento público como medidas essenciais e coloca o Estado como principal responsável por executá-las. Já o liberalismo é fundamentado pelas ideias de Adam Smith, entre outros pensadores clássicos, e defende a intervenção mínima do Estado, as liberdades individuais e a autorregulação do mercado.

Mesmo que esses dois modelos, desenvolvimentista e liberal, pareçam ser opostos em suas ideias centrais, o Brasil vem tentando encontrar o equilíbrio entre eles nos últimos anos. Pelo lado do liberalismo, a economia brasileira passou por um processo de abertura comercial, estímulos ao mercado privado e a propriedade privada, redução de burocracias e de participação do Estado em alguns setores. Todavia, o viés desenvolvimentista também se fez presente nas políticas de inclusão social e combate à pobreza e desigualdade.

A vertente de pensamento neoliberal explica que a desregulamentação da economia e a liberdade econômica com menor participação do Estado são positivos para o crescimento econômico, ainda mais em um país emergente como o Brasil, o qual tem grande potencial de atrair investimentos externos (Castro e Martins, 2021). Entretanto, outros autores argumentam que países com movimentos trabalhistas fortes, como o Brasil, têm um maior potencial de





buscar estabilidade e crescimento econômico por meio da atuação do Estado (Alvarez; Garret; Lange, 1991).

### **3.1 Interação entre o desempenho econômico e a polarização brasileira**

Com o *boom das commodities* sinalizando o seu fim, o Brasil passou a apresentar sinais de enfraquecimento econômico a partir do início da segunda década do século XXI. O cenário internacional também não era muito favorável, visto que muitos países ainda estavam lidando com os problemas econômicos causados pela crise financeira mundial originada no setor imobiliário americano. De acordo com o IBGE, o crescimento do PIB brasileiro veio caindo de 7,5% em 2010, para 4% em 2011 e 1,9% em 2012.

Em junho de 2013, após ser anunciado um aumento no preço das passagens de transportes públicos em todo o Brasil, a população se revoltou e saiu às ruas para protestar contra essa medida. Essa mobilização foi tomando proporções cada vez maiores e, à medida em que as manifestações aumentavam, mais pautas eram incluídas, como melhora nos serviços públicos de saúde, transporte e educação, exigência de transparência e combate à corrupção. Esse movimento ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013 e marcou um ponto de inflexão na trajetória política do país (Nobre, 2013; Domingues, 2013).

Foi comprovado que as Jornadas de Junho não foram arquitetadas por um determinado grupo visando a algum interesse específico, mas sim foi um movimento popular amplo com participação de apoiadores de esquerda e de (Silveira, 2016). Porém, esses protestos impulsionaram alguns movimentos conservadores de direita, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, os quais tiveram grande participação no processo de polarização política vivido posteriormente (Miranda, 2017).

Esse período também foi marcado pela utilização da internet e de redes sociais como canal principal de mobilização social e disseminação de informações. A partir desses protestos, a tecnologia passou a exercer cada vez mais influência na política brasileira, promovendo



manifestações maiores e mais intensas. O próprio funcionamento dos algoritmos das redes sociais foi responsável por intensificar a polarização política, não só no Brasil, mas no mundo todo. A disseminação de *fake news* e o surgimento de “bolhas virtuais”, que consomem apenas conteúdos ideologicamente direcionados, minaram a tolerância social e transformaram discussões políticas em guerras movidas por afeto (Jorge Machado, Richard Miskolci, 2019).

Outro evento importante para o entendimento do cenário político e econômico atual foi o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. O segundo governo Dilma foi marcado pelo desempenho econômico ruim, com inflação de mais de dois dígitos e crescimento do PIB negativo nos anos de 2015 e 2016. Dilma também perdeu muito apoio devido ao seu suposto estelionato eleitoral, divulgando informações e tomando atitudes não condizentes com seus discursos da campanha eleitoral. Além de tudo, a Operação Lava-Jato avançava cada vez mais, expondo escândalos de corrupção durante os governos petistas (Miranda, 2017).

Segundo o livro *Como as democracias morrem* (Levitsky; Ziblatt, 2018), a saída de Dilma não pode ser considerada um golpe, uma vez que todos os procedimentos de *impeachment* seguiram conforme a lei. Todavia, pode ser considerado um “jogo duro constitucional” utilizado de forma indevida e que vai contra os princípios democráticos. O processo de *impeachment* foi um dos grandes intensificadores da polarização política entre petistas e antipetistas. Muitos antipetistas posicionaram-se a favor do *impeachment* sem nem mesmo entender seu motivo, apenas por querer derrotar o seu inimigo político. Os petistas, por sua vez, enxergaram tudo como um grande golpe, o que despertou sentimentos muito fortes de indignação

### **3.2 Trajetória da polarização eleitoral brasileira**

Por mais que estudos demonstrem que ainda não é possível afirmar categoricamente a existência de uma polarização ideológica no Brasil, as duas últimas eleições acenderam um alerta. Em 2018, o candidato construído como “*outsider*” Bolsonaro venceu as eleições com uma agenda mais conservadora e impulsionado pelo sentimento antipetista. Essa eleição foi o gatilho para que a extrema direita ganhasse espaço, enxergando na figura de Bolsonaro uma liderança até então inexistente no cenário brasileiro.



A princípio, em eleições passadas, os candidatos seguiam a estratégia de se posicionarem mais próximos do espectro central sobre temas morais mais delicados para evitarem altas rejeições de grupos específicos da população. O debate se concentrava majoritariamente na diferença de propostas moderadas de centro-esquerda e centro-direita no âmbito econômico. Contudo, diferentemente de todas as outras disputas eleitorais travadas entre candidatos do PT e do PSDB, a eleição de 2018 foi marcada por grandes choques de visões sobre esses temas morais polarizados, como a legalização do aborto, facilitação do porte de armas, descriminalização das drogas, casamento homossexual, entre outros.

Não há dúvidas de que a polarização afetiva negativa em relação ao petismo foi responsável pela ascensão do bolsonarismo (André Bello, 2023). Os estudos agora estão focados em entender se o bolsonarismo, de fato, está se consolidando como estrutural e ideológico. Caso esse seja o caso, o Brasil estaria só no começo de um ciclo de muito desgaste para o seu cenário político, suas instituições e sua democracia como um todo. O alinhamento político ao redor dessa polarização ideológica promoveria cada vez mais conflito em relação a questões de gênero, raça, renda e religião, dividindo completamente a população.

Estudos recentes apontam que o Brasil possui uma polarização justamente baseada em um ressentimento social em relação às minorias. Com o avanço de movimentos sociais em uma velocidade maior nos últimos anos, parte da população passou a se sentir ameaçada, julgando que seus costumes e tradições estão sendo colocados em risco (Fuks; Marques, 2022).

Esse ressentimento levanta a hipótese da possível existência de uma guerra cultural no Brasil. Ou seja, a população estaria dividida em relação aos valores e crenças. Segundo Clausewitz, Sobre a Guerra (1832) afirma que: “A guerra é um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade”. Sendo assim, uma guerra cultural seria uma guerra sobre a própria base da sociedade, em que os dois lados tentam impor sua visão de mundo aos seus inimigos. Essa guerra pode ser muito mais profunda e perigosa que uma guerra tradicional. Ela pode ser mais lenta e silenciosa, mas também tem potencial para levar democracias ao seu fim e culminar em atos de extrema violência (Hunter, 1991).



No Brasil, de acordo com uma pesquisa da Datafolha de 2020, cerca de 81% da população é cristã, sendo 50% católicos e 31% evangélicos. Isso demonstra que a população brasileira não é tão heterogênea nesse aspecto, o que corrobora com a ideia de que não existiria polarização ideológica. Assuntos como aborto, prostituição e liberação de drogas ainda não são tidos como polarizados, já que uma maioria esmagadora do povo brasileiro é totalmente contra. Entretanto, os indicadores mostram que existe um movimento progressista ao redor desses tópicos e, ao longo dos próximos anos, as coisas devem ser diferentes (Ortellado, Ribeiro, Zeine, 2022).

Temas políticos e econômicos, como a privatização de empresas, redistribuição de renda e tributação de riquezas são exemplos de assuntos mais polarizados no Brasil (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine, 2022). Esses tópicos foram o foco da discussão política desde a redemocratização, mas perderam força a partir da eleição de 2018. Os escândalos de corrupção ao longo do governo do PT e a agenda moral advinda da campanha de Jair Bolsonaro foram os responsáveis por levantar essa hipótese de uma guerra cultural.

Como o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e uma pequena parcela da população concentra a maior parte das riquezas, a adoção de políticas pró-mercado durante os primeiros governos gerou grande rejeição da população. E, assim como na maioria dos outros países da América Latina, que também sofrem com pobreza e desigualdade, partidos e candidatos de esquerda ganharam força (Baker; Greene, 2011). Foram principalmente os posicionamentos do PT acerca do tamanho e papel do Estado, Bolsa Família, previdência e privatizações que contribuíram para a sua eleição e manutenção no poder por tanto tempo (Baker; Greene, 2015).

A eleição de 2002 foi marcada pelo confronto de José Serra do PSDB e Lula do PT. Enquanto Lula era a favor da reforma agrária e da não privatização de empresas estatais, Serra adotava o posicionamento contrário em relação a esses temas. Em 2006, Lula foi reeleito em um segundo turno contra o candidato Geraldo Alckmin do PSDB. Nessa eleição, o candidato do PT teve o seu discurso focado em exaltar seus projetos de assistência social, principalmente o Bolsa Família. Dessa forma, a parcela mais pobre da população alinou-se em sua maioria com o candidato petista e assim nasceu a divisão demográfica que se manteve em todas as



eleições posteriores, em que os eleitores do Nordeste invariavelmente direcionam a maioria de seus votos em candidatos do PT (Singer, 2012; Zucco, Power, 2013). Foi a partir da eleição de 2010, entre os principais candidatos José Serra e Dilma Rousseff, que as pautas morais começaram a surgir nos debates com mais intensidade. Nesse ano, a discussão sobre legalização do aborto foi o principal tema não relacionado à economia e gerou grande mobilização das igrejas, as quais direcionaram seus votos para o candidato do PSDB.

Existiram outros acontecimentos fora do período eleitoral que também contribuíram com a migração da agenda política para temas morais. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma mudança no código civil, reconhecendo a união de pessoas do mesmo sexo. Essa alteração provocou uma reação negativa das igrejas católicas e evangélicas, e gerou movimentações internas significativas na política. Deputados mais conservadores passaram a buscar espaço dentro de comissões ligadas a pautas progressistas, como a Comissão de Direitos Humanos, com o único propósito de obstruir as propostas que não estavam de acordo com seus valores morais.

Outra passagem importante para compreender a ascensão dos conflitos morais e o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil, foi a Lei de Cotas, aprovada pelo Congresso Nacional em 2012. Essa lei determina que as instituições públicas federais de ensino devem garantir uma parte de suas vagas para candidatos negros, indígenas, estudantes de escola pública, pessoas com deficiência e de baixa renda. Em 2018, pela primeira vez na história, o IBGE constatou que existem mais estudantes pretos e pardos matriculados em faculdades públicas do que estudantes brancos. Essa estatística comprova que a política de cotas vem tendo bons resultados e cumprindo o seu propósito, mesmo assim, ainda causa muita polêmica e é vista como ruim por uma parcela significativa da população brasileira.

A eleição de 2018 foi, até então, a mais polarizada da história democrática brasileira. Seus protagonistas foram Haddad do PT e Bolsonaro do PSL, enquanto os outros candidatos não tiveram chances de figurar no segundo turno. O PT planejava que Lula fosse novamente seu candidato à presidência, entretanto ele foi preso alguns meses antes da eleição e deixou de ser uma alternativa do partido. Esse foi um baque grande para o Partido dos Trabalhadores, que, por mais que possuísse uma base forte de eleitores, perdeu bastante apoio



devido à ausência de sua figura principal. Nessa eleição, a agenda moral foi tópico central e deixou questões econômicas e políticas relativamente de lado. Além da legalização do aborto, já mencionada em eleições anteriores, temas como casamento homossexual, cotas raciais, porte de armas e descriminalização de drogas estiveram presente em diversos debates e foram decisivos para definir o voto dos eleitores. As acusações de corrupção também fizeram parte da estratégia da maioria dos partidos, mas teve maior impacto contra o candidato do PT, visto que durante seus últimos governos, a presidenta Dilma havia sofrido um *impeachment* e, também, foram expostos vários escândalos de corrupção pela Operação Lava Jato.

Em 2022, o foco na agenda moral se repetiu. Dessa vez Lula e Bolsonaro, talvez os dois políticos mais importantes e influentes até hoje na nossa recente democracia, travaram uma disputa acirrada que resultou na vitória do candidato petista. Foi uma eleição marcada pelo embate das duas principais forças do cenário político atual, o bolsonarismo e o petismo. O bolsonarismo sendo formado principalmente pela parcela mais conservadora e religiosa da população e o petismo representando grande parte dos progressistas e das minorias sociais.

No artigo de André Bello (2023), foi realizada uma análise aprofundada sobre a possível existência de polarização política e de guerras afetivas no Brasil. Os resultados encontrados constatarem um alinhamento de alguns grupos sociais a certos posicionamentos relacionados a valores morais e econômicos. Pessoas de idades diferentes apresentaram visões distintas em relação a temas morais e, em regiões diferentes do país, a população apresentou posicionamentos heterogêneos sobre pautas econômicas. Além disso, as análises descobriram que a renda do indivíduo é o fator que mais afeta o posicionamento político dos brasileiros, exercendo grande influência tanto em temas morais quanto econômicos.

Também foi possível constatar que os votos relacionados ao PT estão mais ligados a questões políticas e econômicas, enquanto os votos em Bolsonaro são em sua maior parte oriundos de um alinhamento moral. Em eleições anteriores, os políticos evitavam adentrar assuntos morais polêmicos, pois eram assuntos delicados com potencial de gerar alta rejeição da população brasileira. Dessa forma, os eleitores também não tinham necessidade de adotar um posicionamento convicto sobre temas morais, evitando qualquer polarização política na sociedade. Por isso que, mesmo não sendo comprovada a existência de polarização política



relevante, a inclusão de temas delicados no debate político e o alinhamento moral abre portas para o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil e serve de alerta (Fuks; Marques, 2020).

### **3.3 Perfil da polarização brasileira**

A maior parte da literatura sobre polarização está concentrada na análise do cenário dos Estados Unidos. Todavia, diferentemente dos EUA, o sistema eleitoral brasileiro é proporcional e com amplas coalizões partidárias. Esse modelo permite a existência de um ambiente político mais plural e consensual (Lijphart, 2008) e por isso as análises empregadas a outros modelos não devem ser aplicadas de forma descuidada ao contexto brasileiro. Dessa forma, a produção de conteúdo específico sobre o modelo brasileiro é de extrema importância para entender as suas particularidades e para a compreensão da polarização em si, e como ela se comporta em diferentes sociedades.

Ainda existem dúvidas se o alinhamento político de fato é responsável por polarização política. Para alguns pesquisadores, o alinhamento partidário ocorre por identificação ideológica, mas não necessariamente causa polarização (Fiorina; Abrams, 2008). Já para outros, o alinhamento partidário é a base para a polarização, separando cada vez mais a sociedade em grupos mais extremos e de opiniões distintas (Abramowitz; Jacobson, 2006).

Durante algum tempo, alguns estudiosos acreditavam que a disputa entre PT e PSDB se transformaria em algo parecido com o que acontece entre Republicanos e Democratas nos Estados Unidos (Limongi; Cortez, 2010). Todos os segundos turnos das eleições posteriores ao governo Collor tiveram na disputa presidencial um representante do PT e outro do PSDB, isso favorece muito essa visão de que existia polarização e esta era baseada na identificação ideológica da população entre esses dois partidos.

Apesar disso, pesquisas seguintes puderam demonstrar que não existia identificação partidária forte entre a maioria dos eleitores do partido do PSDB. Na verdade, os votos recebidos pelo partido eram, em grande parte, advindos da parcela da população que se identificava como antipetista (Samuels ; Zucco, 2018). Em 2002, cerca de 66% das pessoas antipetistas



direcionaram seus votos para o PSDB e, em 2010, essa quantidade já representava 82% (Carreirão, 2007; Carreirão; Ribeiro; Borba, 2011). Esses estudos foram comprovados na prática durante a eleição de 2018, em que os eleitores antipetistas migraram seu voto para Bolsonaro e o candidato do PSDB totalizou apenas 4,76% dos votos válidos, ficando fora da disputa do segundo turno (Rennó, 2020).

Ao longo do período de governo petista, alguns estudiosos foram capazes de demonstrar que, apesar da divisão de votos entre PT e PSDB, os eleitores de ambos os partidos possuíam visões políticas e econômicas parecidas, sinalizando não haver polarização ideológica (Borges, Vigdial, 2018). Após realizar diversos programas sociais para trazer maior qualidade para as pessoas necessitadas, o PT se alinhou com a parcela da população mais pobre, principalmente do Nordeste do país. Enquanto isso, crises econômicas e escândalos de corrupção como o da Lava Jato foram responsáveis por criar a parcela antipetista da população ao longo dos 4 mandatos do PT.

Tendo em vista a realidade da educação brasileira, a maioria dos brasileiros ainda não possui conhecimento suficiente para diferenciar de forma concreta posições de direita ou de esquerda no espectro político e econômico (Ames; Smith, 2010). E, por mais que avanços no acesso à informação estejam acontecendo, segundo pesquisa do PoderData em 2023, cerca de 33% da população ainda não sabe definir seu posicionamento ideológico. Dessa forma, não se pode afirmar com certeza sobre a existência de polarização política ideológica entre dois partidos principais no Brasil, existiria apenas uma polarização afetiva ao redor dos eleitores petistas e antipetistas. Esse modelo de polarização ao redor de um único partido não é único da sociedade brasileira, também está presente em outros países latinos como Argentina, com o Peronismo, e no México com o Partido Institucional Revolucionário (PRI) (Greene, 2007; Levitsky, Murillo, 2008).

Sendo assim, o processo de construção ideológica faz o caminho reverso. Ao invés dos eleitores se posicionarem politicamente de acordo com suas próprias visões de mundo, eles primeiro se posicionam contra ou a favor do partido petista para depois moldarem suas opiniões sobre pautas políticas, econômicas e às vezes até morais. Os indivíduos, então, buscam um





alinhamento ideológico cada vez maior com o seu grupo, e entendem o grupo rival e seus apoiadores como inimigos, rejeitando e afrontando tudo que é apoiado por eles.

Segundo o artigo de André Bello (2023), o sentimento de antipetismo cresceu muito desde a eleição de 2014. Segundo ele, a polarização no cenário brasileiro é dinâmica e assimétrica com viés para o antipetismo. Ou seja, a polarização ser dinâmica significa que ela muda bastante a cada ciclo temporal, adquirindo intensidades diferentes a depender do contexto político e econômico, principalmente. Por exemplo, as taxas de juros internacionais e a cotação das *commodities* são algumas das variáveis econômicas globais que parecem distantes da realidade dos eleitores, mas influenciam muito nos ciclos de polarização dinâmica (Campello, Zucco, 2015).

A análise do cenário político e econômico brasileiro presente nessa seção revela como a polarização política vem se desenvolvendo ao longo do tempo e, ainda, como tem moldado os desenvolvimentos sociais e econômicos mais recentes do país. Discutimos as implicações de uma sociedade dividida, em que as flutuações políticas afetam diretamente a estabilidade econômica e social.

A conclusão de André Bello ("Polarização política dinâmica: evidências do Brasil", 2023) sobre o caráter dinâmico e assimétrico da polarização política no Brasil destaca que este fenômeno não segue uma linha ideológica clara entre partidos, mas sim manifesta-se de forma volátil e predominantemente em torno de sentimentos antipetistas. A polarização é influenciada por variáveis econômicas globais e contextos políticos que mudam ao longo do tempo, mostrando uma fluidez que se adapta e se intensifica conforme as circunstâncias exigem. Este padrão dinâmico evidencia que as convicções políticas dos brasileiros podem ser mais maleáveis e orientadas por conjunturas específicas do que por ideologias profundamente enraizadas. A assimetria, com uma inclinação para sentimentos antipetistas, sugere que a polarização é menos sobre divisão equitativa de opiniões e mais sobre reações fortes contra o PT, moldando a política nacional de maneira desproporcional e favorecendo o surgimento de "*outsiders*" como Bolsonaro.

#### **4. Análise de dados sobre a polarização brasileira**

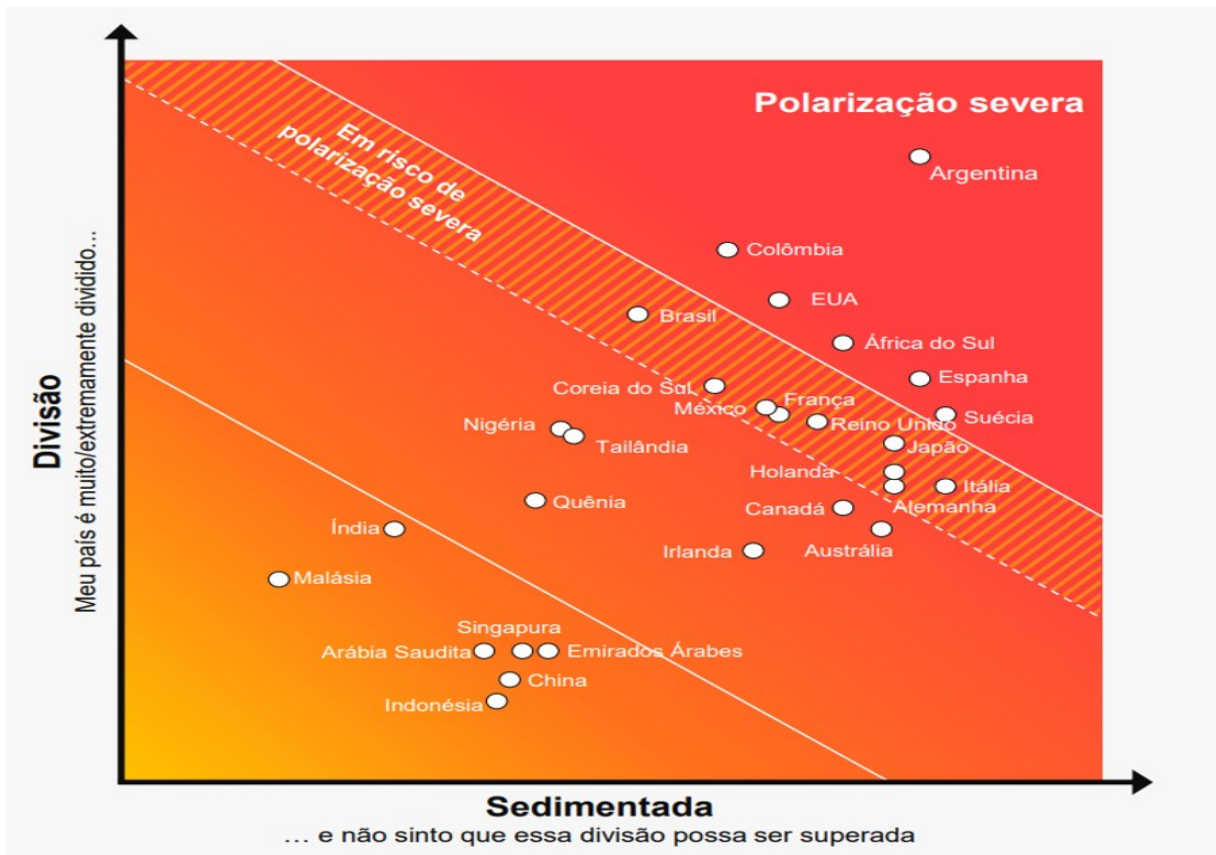


Nesta seção serão analisados dados acerca da polarização e de outras variáveis conectadas a esse tema. Foram utilizados dados das seguintes fontes: *Eldeman Trust Barometer*, *The World Bank*, *Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data)*, *V-Dem Institute*, *World Value Survey*, Quaest e Datafolha. Para a elaboração dos gráficos, foram utilizados períodos de tempos distintos, de acordo com a disponibilidade dos dados em cada pesquisa na data de realização deste trabalho. A ideia é entender um pouco melhor o perfil da polarização brasileira, seu comportamento ao longo dos últimos anos e quais são os fatores de influência nessa variável tão complexa.

Inicialmente, é interessante entendermos qual o cenário de polarização atual do Brasil. De acordo com o *Eldeman Trust Barometer* de 2023, o Brasil está localizado em uma região de polarização moderada, porém está entre os países em risco de migrar para uma polarização severa. Segundo a pesquisa, que envolveu mais de 32 mil pessoas de 28 países, o Brasil é o quarto país com maior divisão entre a população, apenas atrás de Argentina, Colômbia e Estados Unidos. Entretanto, está localizado apenas em décimo oitavo lugar em relação à sedimentação do cenário polarizado. Ou seja, a população brasileira enxerga uma grande divisão na sociedade atual, mas ainda acredita que as coisas podem melhorar e essa divisão possa ser superada. Vejam as informações no Gráfico 1:

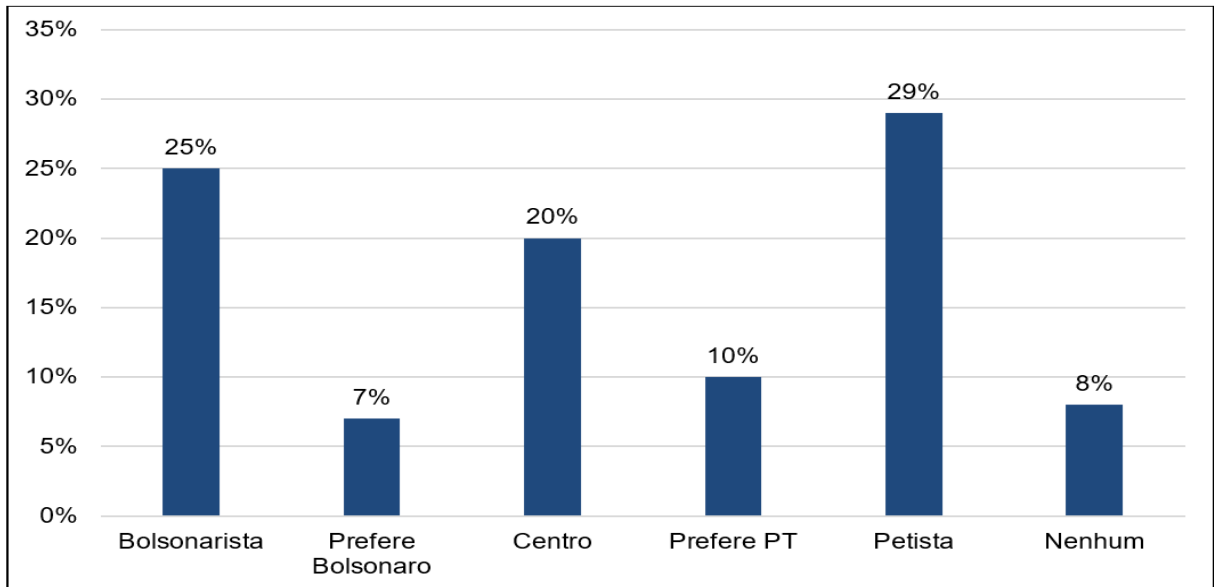


Gráfico 1 - Nível de Polarização Política ao redor do mundo



Fonte: Elaboração e dados retirados do *Eldeman Trust Barometer 2023*.

Segundo pesquisa do Datafolha de setembro de 2023, a população brasileira está dividida ao redor de dois pontos principais: PT (Lula) e Bolsonaro. De acordo com o levantamento que envolveu mais de 2 mil pessoas, 29% dos eleitores se consideram petistas e 25% se consideram bolsonaristas. O restante da população está distribuído entre esses 2 polos, como pode ser visto no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Preferência Política no Brasil**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Datafolha (2023).

Essa divisão da sociedade brasileira passou a influenciar no comportamento das pessoas. Ainda segundo levantamento da *Eldeman Trust Barometer* de 2023 em conjunto com uma pesquisa da Quaest do mesmo período, esses foram os comportamentos que mais chamaram atenção em relação à influência da polarização na vida dos brasileiros (veja Tabela 1):



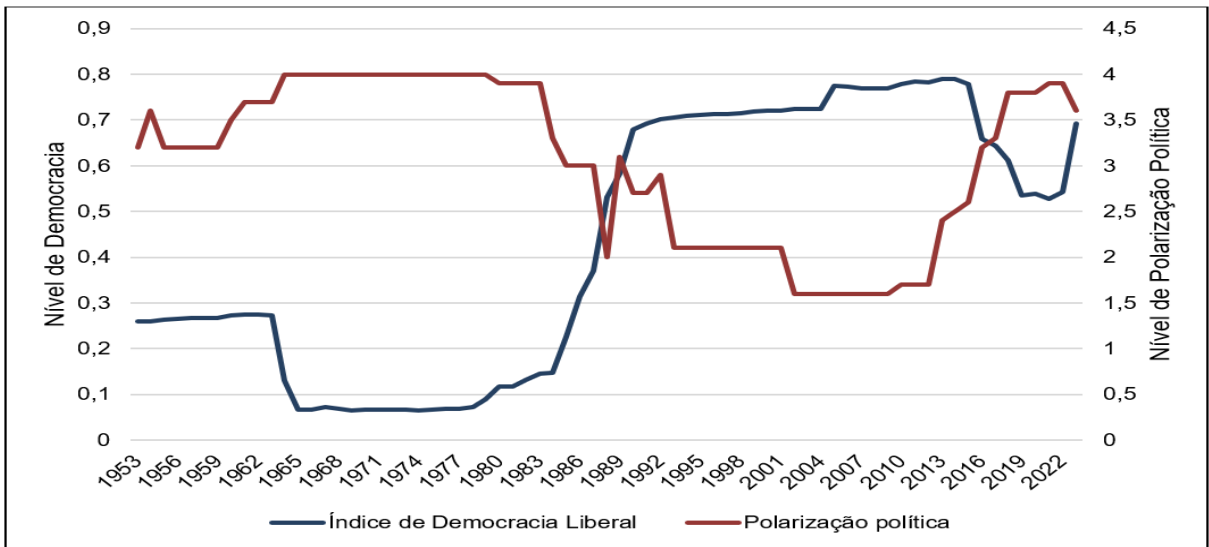
**Tabela 1 - Dados estatísticos sobre a polarização política brasileira**

<b>Conhecem alguém que rompeu relações por causa de política</b>	<b>54%</b>
<b>Sairiam do país se tivessem condições</b>	<b>41%</b>
<b>Preferem assistir um canal de TV que concorda com o seu ponto de vista</b>	<b>35%</b>
<b>Reprovariam o casamento do filho com alguém que votou em outro candidato</b>	<b>29%</b>
<b>Ajudariam alguém que pensa muito diferente se ela precisasse</b>	<b>29%</b>
<b>Morariam na mesma vizinhança de alguém que pensa muito diferente</b>	<b>21%</b>
<b>Trabalhariam com alguém que pensa muito diferente</b>	<b>22%</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Eldeman Trust Barometer* (2023) e Quaeat (2023).

O Gráfico 3 a seguir leva em consideração duas variáveis medidas pelo instituto V-Dem: o Índice de Polarização Política e o Índice de Democracia Liberal. Foi selecionado um período de análise longo para poder observar como esses indicadores se relacionaram ao longo das transições democráticas no Brasil nas últimas décadas.

**Gráfico 3 - Polarização Política x Democracia no Brasil**





Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.

O Índice de Polarização Política varia de 0 (nenhuma percepção de polarização por parte da população) a 4 (percepção de alta polarização por parte da população) e leva em consideração a forma como as discordâncias políticas podem influenciar as relações pessoais, não apenas em debates sobre política, mas no dia a dia. Uma sociedade é muito polarizada quando pessoas de grupos políticos diferentes evitam conviver harmoniosamente, seja em eventos familiares, organizações comunitárias, momentos de lazer ou no trabalho.

O índice de democracia liberal leva em consideração a proteção dos direitos de indivíduos e minorias contra abusos do governo ou da maioria. Essa abordagem critica o excesso de poder político e defende restrições ao governo por meio de leis fortes, liberdades garantidas pela Constituição, um sistema judiciário autônomo e um equilíbrio entre os poderes que restrinja a ação do Executivo. Para avaliar democracias liberais, também se considera o quão democráticas são as eleições. Esse índice varia de 0 (ausência total de liberdade democrática) e 1 (democracia liberal perfeita). O índice de polarização política é calculado por meio de pesquisa de opinião, enquanto o índice de democracia é calculado por meio da análise de vários pontos considerados fundamentais para o funcionamento ideal de um sistema democrático.

Analisando o Gráfico 3, pode-se perceber que, no período que precede a transição para o regime militar, o indicador de polarização sobe de 3,2 para 4 (polarização máxima) e só volta a ter um valor abaixo de 3 após o final do período de ditadura. Durante o governo Lula a polarização estabilizou-se em seu menor patamar (1,6) e voltou a crescer no governo Dilma, atingindo valores muito próximos do máximo a partir de 2018. Todavia, em 2023 a polarização caiu pela primeira vez nos últimos 20 anos (3,9 para 3,6), o que representa um passo importante para o futuro da democracia brasileira.

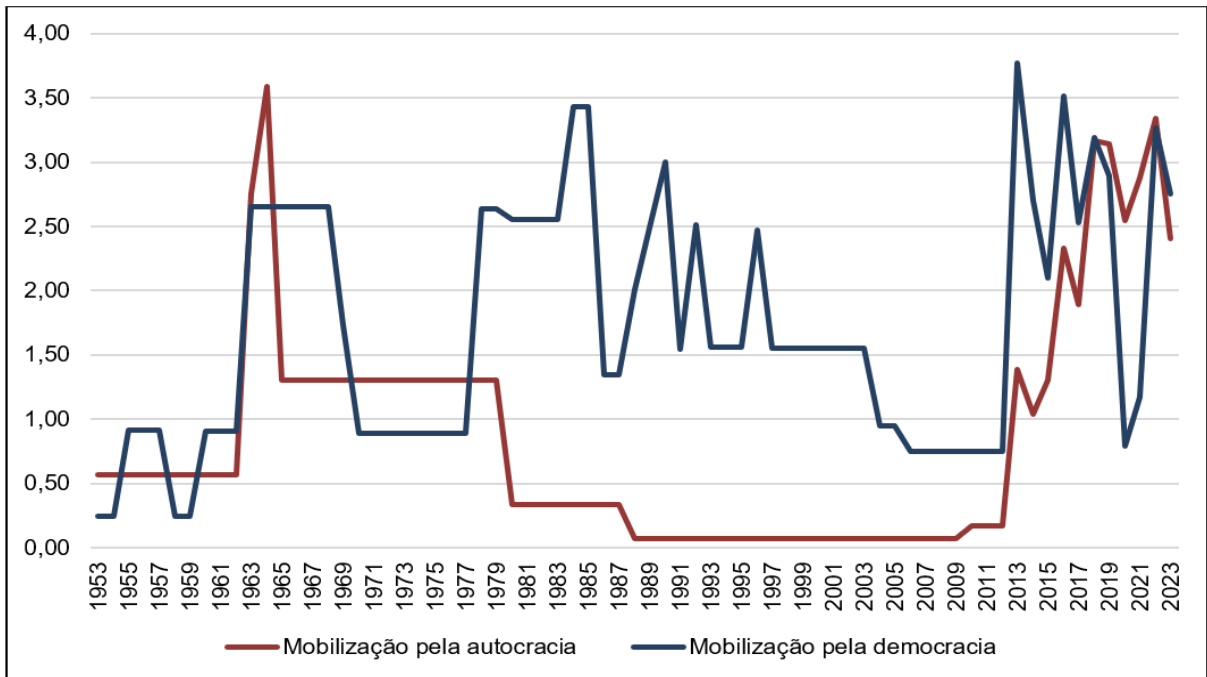
Também é possível perceber a correlação negativa entre Polarização Política e Democracia, sempre que a polarização se movimenta para uma direção, a democracia se movimenta para a direção contrária. Isso mostra que a inflexão de tendência do Índice de



Democracia a partir do período Dilma em 2015 levou o Brasil a uma situação de risco democrático durante o governo Bolsonaro, com polarização média de 3,85 durante seu governo.

Os dados do Gráfico 4 também corroboram com essa análise, demonstrando que, durante o governo Bolsonaro, os índices de mobilização em nome de uma ditadura se elevaram a patamares muito próximos aos de 1964, ano do golpe militar. Entretanto, a resposta em defesa à democracia atingiu patamares recordes e garantiu a proteção do sistema democrático. A combinação de níveis elevados de mobilizações democráticas e autocráticas também explica os altos índices de polarização observados no período. Esses índices foram calculados por meio de pesquisa de opinião, em que a resposta “0” significa que praticamente não existiram movimentos, e a resposta “4” significa que existiram muitos movimentos de pequena e larga escala.

**Gráfico 4 - Movimentos democráticos x Movimentos autocráticos no Brasil**

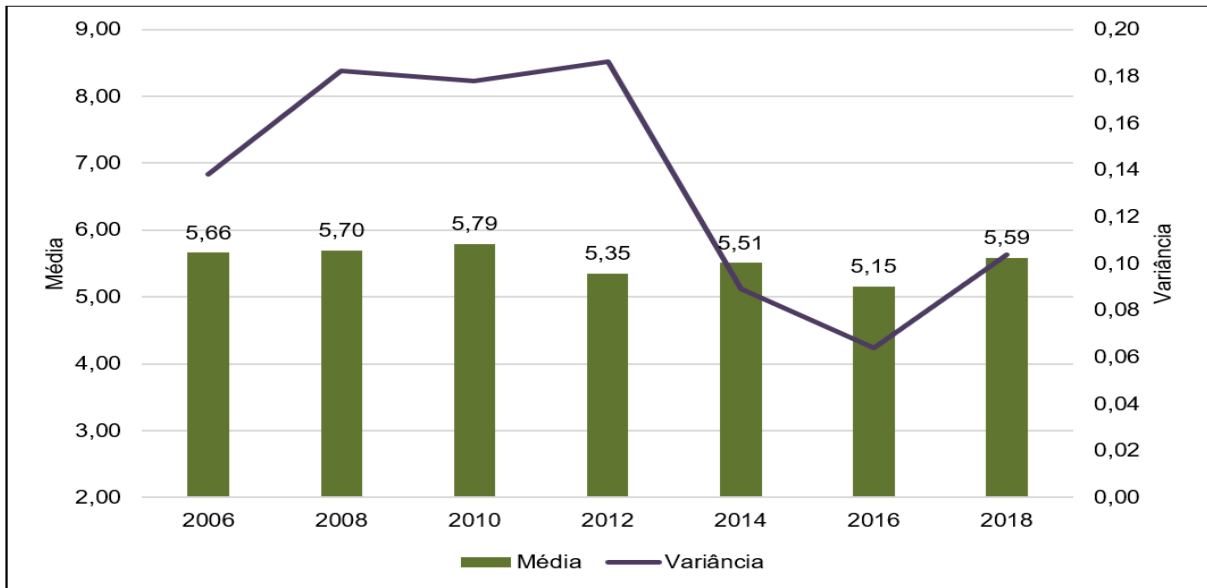


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.



Para entendermos um pouco melhor sobre as características da polarização dos últimos anos, é preciso analisar algumas outras variáveis. Primeiramente, vamos analisar o posicionamento ideológico da população brasileira (vejam Gráfico 5):

**Gráfico 5 - Evolução do posicionamento ideológico no Brasil**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Esse gráfico representa o posicionamento da população brasileira no espectro ideológico econômico e político. As barras verdes representam a média do posicionamento ideológico anual da população, onde uma nota 10 indica um posicionamento totalmente de direita e uma nota 1 indica um posicionamento totalmente de esquerda. A linha azul representa a variância dessas médias ao longo dos anos, ou seja, é um indicador da polarização ideológica. Isso acontece pois, quanto maior a concentração do posicionamento ideológico nas extremidades, maior vai ser a variância registrada naquele ano.

Observa-se que a média do posicionamento ideológico se manteve relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 5,15 e 5,79. Isso sugere um equilíbrio na distribuição das tendências ideológicas, com a média flutuando próximo ao centro do espectro político, equivalente a 5,5. A linha azul mostra uma tendência de diminuição da variância entre 2008 e





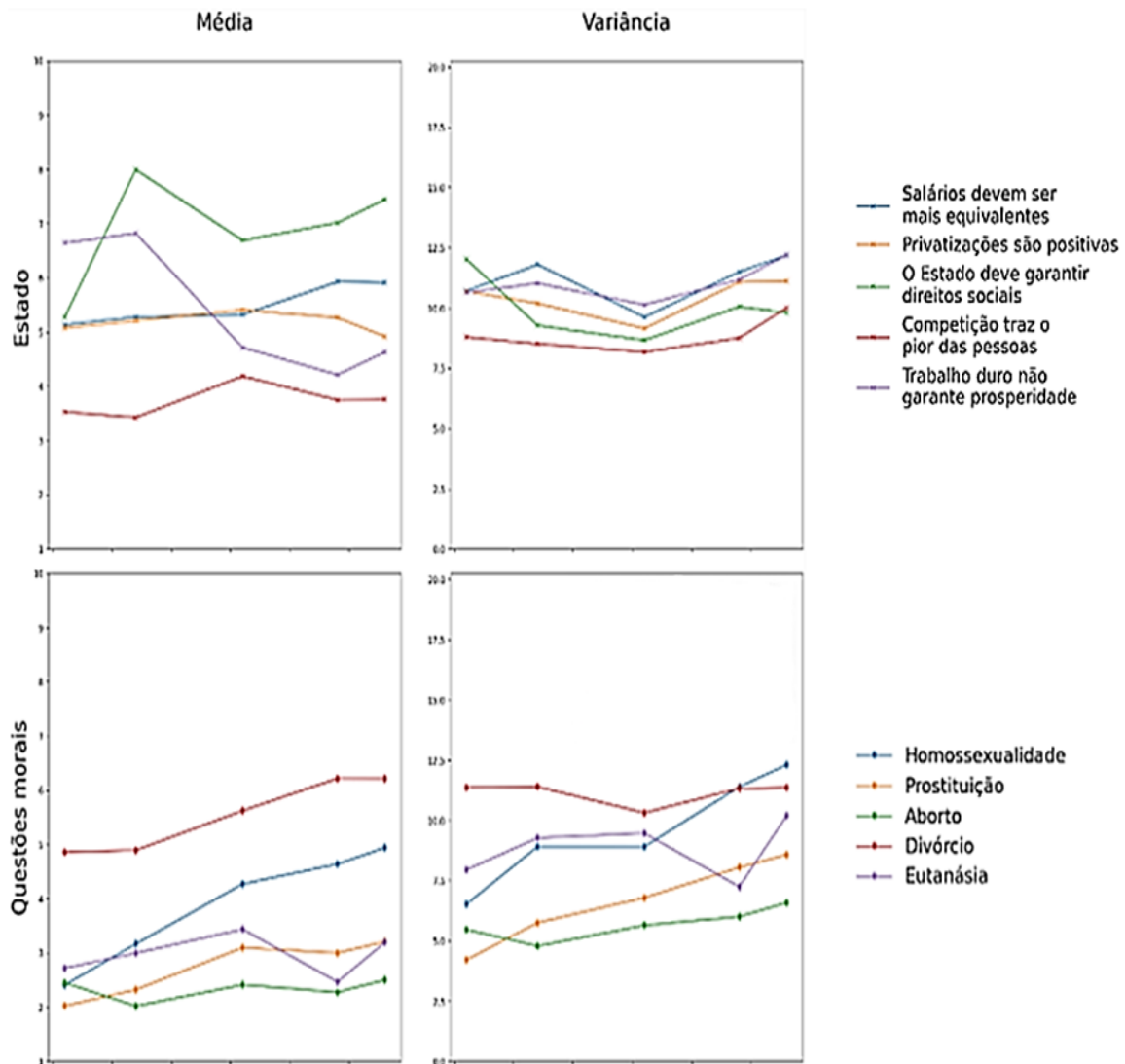
2014, indicando que as opiniões políticas estavam se tornando menos dispersas, ou seja, mais concentradas em torno da média. No entanto, a partir de 2016, a variância passa a aumentar.

Essa análise sugere que, embora os dados de 2018 revelem um leve aumento da variância e do posicionamento de direita, a polarização ideológica no Brasil esteve em linha com a média histórica observada. Sendo assim, podemos inferir que a polarização política crescente, registrada no Gráfico 1 a partir de 2012, não possuiria um caráter predominantemente ideológico, mas sim afetivo.

Por meio da análise de dados sobre temas ideológicos, morais e econômicos, é possível perceber que a sociedade brasileira ainda é, em média, mais conservadora, se posicionando contra a legalização do aborto, prostituição e eutanásia. A homossexualidade não era reconhecida como justificável pela maioria das pessoas na década de 1990, entretanto, hoje já possui apoio de uma parcela significativa da população e, por isso, tornou-se o tema mais polarizado entre os analisados. Vejam o Gráfico 6:



**Gráfico 6 - Evolução da polarização brasileira em relação a temas ideológicos**



Fonte: Elaboração do artigo: Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine) com dados da *World Values Survey* (WVS), 1991, 1997, 2007, 2014, 2018.

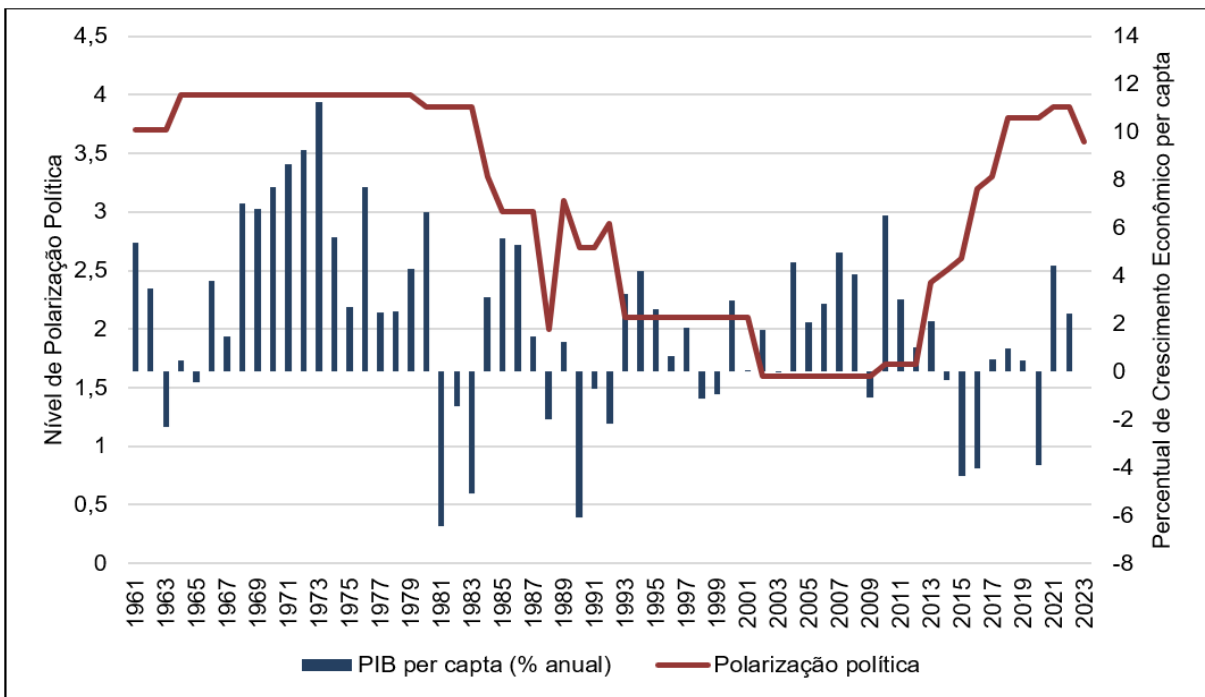
No artigo “Existe polarização política no Brasil” (Pablo Ortellado, Marcio Moretto e Leonardo Zeine, 2022), essa mesma base de dados foi analisada e, segundo os pesquisadores, a polarização observada possui um marcante componente geracional e parece ser impulsionada por alterações nos costumes sociais, que amplificaram o conservadorismo entre as gerações mais antigas, um fenômeno também notado na Europa e nos Estados Unidos, conforme apontado por Norris e Inglehart em seu trabalho de 2019, “ Cultural backlash: Trump, Brexit and authoritarian populismo”. Foi destacado pelos autores brasileiros que a polarização nas identidades políticas de esquerda e de direita é mais intensa entre os mais velhos e os de menor



escolaridade. Este padrão de polarização identitária nos mais velhos está em linha com a literatura global que sugere que estas pessoas tendem a ser mais politizadas no sentido tradicional.

Agora que já mapeamos características ligadas à polarização, é relevante, também, colocarmos em perspectiva o cenário econômico do país para identificar possíveis relações com a polarização da sociedade. O Gráfico 7 apresenta a variação percentual do PIB *per capita* e o índice de polarização política.

**Gráfico 7 - Polarização política x Crescimento Econômico *per capita* no Brasil**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem e *The World Bank data*.

Em relação ao período que precede o início da ditadura militar, foram registradas quedas na variação do PIB *per capita* de 5,37% em 1961, 3,48% em 1962 e -2,32% em 1963. Além disso, como foi visto no Gráfico 4, os primeiros registros de altos índices de mobilização pela autocracia surgiram em 1963. Dessa forma, podemos perceber que poderia haver alguma relação entre o mau desempenho econômico do país, a polarização política e a transição antidemocrática ocorrida em 1964.



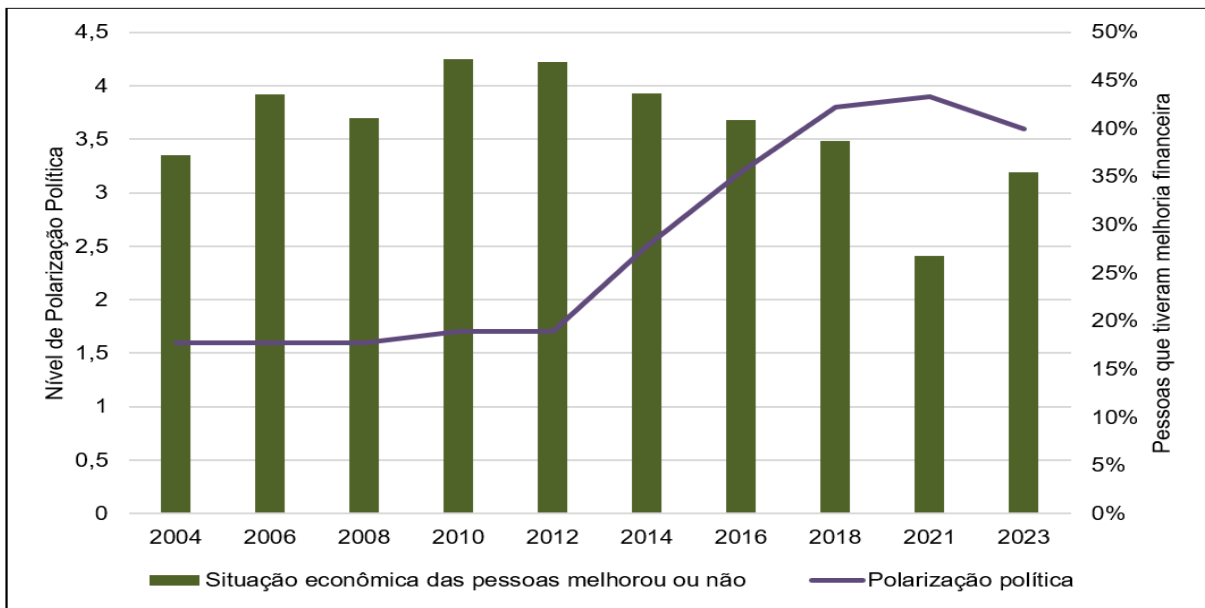
Durante os primeiros 15 anos da ditadura militar, o Brasil teve um bom desempenho econômico e conseguiu mais do que dobrar o PIB *per capita* dos brasileiros (de R\$6.265,76 em 1965 para R\$14.637,69 em 1980, alta de 133%). Todavia, nos anos que antecederam a volta da democracia, o Brasil passou por grandes dificuldades econômicas e registrou uma queda acumulada no PIB *per capita* de 9,8% entre os anos de 1980 e 1984. E, segundo o Gráfico 4, durante o mesmo período, as mobilizações pela democracia ganharam força e resultaram no fim do regime militar em 1985.

A partir de 2013, durante o primeiro governo Dilma, os índices de polarização começaram a se elevar novamente depois de quase 30 anos de uma tendência de queda. Em 2018 o índice de polarização já estava beirando o seu valor máximo, o que culminou no processo eleitoral mais polarizado até então, entre Fernando Haddad, candidato do PT, e Jair Bolsonaro, “*outsider*” do PSL. Entre 2013 e 2018, enquanto a polarização na sociedade aumentava, o Brasil enfrentava uma recessão econômica severa, registrando queda acumulada no PIB *per capita* de 7,2% no período, puxado pela grande recessão enfrentada nos anos de 2015 e 2016. Ou seja, novamente um período de elevada polarização política está acompanhado de um mau desempenho econômico.

O Gráfico 8 abaixo apresenta o indicador de percepção econômica, que indica a visão individual das pessoas em relação a sua própria situação financeira em relação ao último ano. Quanto maior for a porcentagem desse indicador, maior será a quantidade de pessoas que acreditam estar melhor financeiramente em relação ao ano anterior.



**Gráfico 8 - Polarização política x Percepção econômica da população brasileira**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-dem e *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*.

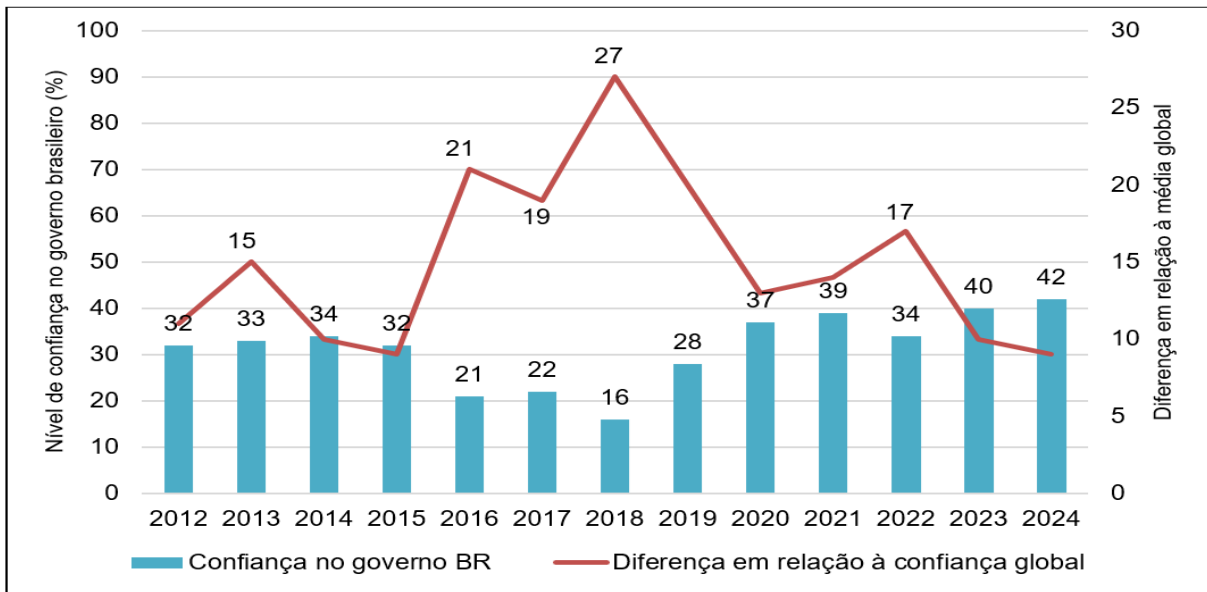
Por meio da análise do Gráfico 8, é possível observar que a tendência de queda na percepção financeira das pessoas a partir de 2012 acompanha a tendência de alta no índice de polarização política.

Logicamente, existe uma alta possibilidade de existir endogeneidade entre o desempenho econômico e a polarização política de um país. Todavia, não podemos descartar que a conexão entre essas duas variáveis existe e, no caso brasileiro, a situação econômica do país pode ser um dos grandes explicadores para polarização, transformando o sentimento de insatisfação econômica em mobilização política à procura de mudanças.

Um outro fator que tem relevância na análise da polarização política é a confiança da população no governo e nas instituições. Segundo o Gráfico 9, é possível perceber que a confiança da população brasileira no seu governo permaneceu pelo menos 9 pontos percentuais abaixo da média de confiança mundial. Os anos de 2016, 2017 e 2018 registraram o período de menor confiança no governo, chegando a registrar uma diferença de 27 pontos percentuais em relação ao restante do mundo.



**Gráfico 9 - Índice de confiança no governo brasileiro**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Eldeman Trust Barometer*.

Durante esse período, a Operação Lava-Jato, deflagrada em 2014, revelando escândalos de corrupção e condenando pessoas ligadas ao cenário político, ficou bem conhecida de todos os brasileiros. Além disso, o “jogo duro constitucional” que levou ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 é outro fator que sugere como a insatisfação política da população brasileira influenciou no aumento da polarização. Em março de 2016, uma pesquisa realizada pelo Datafolha mostrou que 68% dos entrevistados eram a favor do *impeachment*, enquanto 27% eram contra e 5% estavam indecisos.

Talvez a queda de confiança observada em 2022 seja consequência da má administração do governo Bolsonaro no cenário de pandemia, tendo repercutido na CPI da COVID em 2021 e também com algumas denúncias de corrupção associadas a seus filhos e parceiros políticos durante o período final de seu mandato. As eleições de 2022 elegeram um novo presidente, que buscou formar uma frente ampla e trazer diferentes espectros políticos para seu governo, vide a escolha de seu vice, anteriormente um adversário do campo político. A melhora no índice de confiança de 2023 e 2024 parece estar ligada a uma retomada democrática no país. Que continuemos no caminho da democracia!



## 5. Conclusões

Este estudo buscou analisar a complexa interação entre polarização política e economia no Brasil, revelando que a polarização possui um caráter predominantemente afetivo, marcado pela divisão entre petismo e antipetismo. Este fenômeno não se baseia tanto em ideologias políticas sólidas, mas em sentimentos e lealdades, conferindo à polarização brasileira um dinamismo peculiar, em que as emoções dos cidadãos respondem rapidamente a mudanças contextuais e a novas informações.

Os dados sugerem que o fenômeno de polarização brasileira está conectado a momentos de instabilidade econômica e queda de confiança no governo. Por meio da análise de dados, também foi possível perceber várias semelhanças entre o processo de transição para ditadura militar em 1964 e a trajetória recente que levou Bolsonaro ao poder e, depois, à sua não reeleição e sua inelegibilidade.

Segundo as análises, foi possível perceber que a polarização brasileira ainda é considerada moderada, com potencial de se tornar mais severa. Por isso, é o momento de mobilizar nossas forças para mudar a tendência atual e voltarmos a ter um país mais unido ao redor de objetivos comuns. Diferentemente de outros países, onde a divisão já está sedimentada, no Brasil existe muito mais dinamicidade para alterar essa realidade e a própria população ainda enxerga esse processo como reversível.

Os dados analisados reforçam que a polarização afetiva intensifica conflitos sociais e dificulta o progresso econômico ao criar um ambiente de incerteza política. Isso é especialmente verdadeiro no Brasil, onde o embate entre petismo e antipetismo tem alimentado um ciclo de instabilidade política e econômica que desafia os mecanismos tradicionais de governança democrática e retardam o crescimento econômico.

Para enfrentar esses desafios, algumas alternativas podem ser sugeridas a partir dos dados do documento. Primeiramente, campanhas de mídia que promovam o respeito mútuo e o diálogo entre diferentes grupos políticos podem ajudar a suavizar as divisões afetivas. Incentivar o engajamento em questões além da política partidária, como o voluntariado



comunitário e iniciativas de desenvolvimento local, podem também ajudar a reduzir a polarização ao fomentar um senso de comunidade e responsabilidade compartilhada. Reformas políticas que promovam sistemas eleitorais mais representativos e menos susceptíveis à polarização extrema também deveriam ser consideradas, como a adoção de votações em dois turnos para mais cargos executivos ou o reforço das regras de financiamento de campanha para diminuir a influência do dinheiro na política.

Sugere-se, ainda, a realização de estudos adicionais que possam explorar a relação entre a exposição a mídias sociais e a polarização afetiva, considerando a prevalência crescente das redes sociais como espaços de debate político. Estudos que acompanhem as alterações na polarização política em resposta a eventos econômicos ou políticos específicos também seriam valiosos para entender melhor como essas dinâmicas se desenvolvem e persistem ao longo do tempo.

Por fim, pesquisas focadas no impacto de políticas públicas destinadas a mitigar a desigualdade econômica e social podem oferecer *insights* sobre como reduzir a base da polarização, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Estes estudos não apenas contribuíram para uma compreensão mais aprofundada da polarização política brasileira, mas também para a elaboração de estratégias mais eficazes para fortalecer a democracia no Brasil.

## 6. Referências

Abramowitz, A. I.; Jacobson, G. C. "**Disconnected, or joined at the hip?**". In: Pietro NOVOLA, P.; BRADY, D. (eds). *Red and Blue Nation? Characteristics and Causes of America's Polarized Politics*. Washington: Brookings Institution Press, 2006.

Abramowitz, A. I.; Saunders, K. "**Is polarization a myth?**". *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 542-555, 2008.

Abramowitz, A. I.; Webster, S. "**The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century**". *Electoral Stud.*, v. 41, p. 12-22, 2016.

Alvarez, R. Michael; Garrett, Geoffrey; Lange, Peter. "**Government partisanship, labor organization, and macroeconomic performance**". *American Political Science Review*, v. 85, n. 2, p. 539-556, 1991.





Ames, B.; Smith, A. E. "**Knowing left from right: ideological identification in Brazil 2002-2006**". *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

Bello, André. "**Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas**". *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* (40) • 2023.

Bello, André. "**Polarização política dinâmica: evidências do Brasil**". *Opin. Pública* 29 (1) • Jan-Apr 2023.

Billig, M.; Tajfel, H. "**Social categorization and similarity in intergroup behavior**". *Eur. J. Soc. Psychol.*, v. 3, n. 1, p. 27-52, 1973.

Carreirão, Y. "**Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**". *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.

Carreirão, Y.; Ribeiro, E.; Borba, J. "**Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros**". *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

Castro, Vítor; Martins, Rodrigo. "**Government ideology and economic freedom**". *Journal of Comparative Economics*, v. 49, n. 1, p. 73-91, 2021.

Clausewitz, C. von. *Vom Kriege (Sobre a Guerra)*. Berlim: Dümmlers Verlag, 1832.

Duverger, M. *L'Influence des systèmes électoraux sur la vie politique*. Paris: Armand Colin, 1950.

Fiorina, M.; Abrams, S.; Pope, J. *Culture War? The Myth of a Polarized America*. New York: Pearson-Longman, 2005.

Fiorina, M. P.; Abrams, S.; Pope, J. "**Polarization in the American public: misconceptions and misreadings**". *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 556-560, 2008.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. "**Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018**". *Opinião Pública*, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. "**Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil**". *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

Gaertner, S.; Dovidio, J.; Anastasio, P.; Bachman, B.; Rust, M. "**The common ingroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias**". *Eur. Rev. Soc. Psychol.*, v. 4, n. 1, p. 1-26, 1993.

Greene, K. F. *Why dominant parties lose: Mexico's democratization in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Hunter, J. D. *Culture wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.



Iyengar, S.; Sood, G.; Lelkes, Y. "**Affect, not ideology: a social identity perspective on polarization**". *Public Opin. Q.*, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

Keynes, J. M. **The General Theory of Employment, Interest, and Money**. London: Macmillan, 1936.

Lelkes, Y.; Westwood, S. J. "**The limits of partisan prejudice**". *J. Politics*, v. 79, n. 2, p. 485-501, 2017.

Levendusky, M. S.; Malhotra, N. "**Does media coverage of partisan polarization affect political attitudes?**". *Political Commun.*, v. 33, n. 2, p. 283-301, 2016a.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Lijphart, A. **Modelos de democracia**. São Paulo: Planeta, 2008.

Limongi, F.; Cortez, R. "**As eleições de 2010 e o quadro partidário**". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 88, p. 21-37, 2010.

Mason, L. "**I disrespectfully agree: the differential effects of partisan sorting on social and issue polarization**". *Am. J. Political Sci.*, v. 59, n. 1, p. 128-145, 2015.

McGrath, M. C. "**Economic behavior and the partisan perceptual screen**". *Q. J. Political Sci.*, v. 11, n. 4, p. 363-383, 2017.

Miranda, J. V. S. "**O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013**". *Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte*, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017.

Netto, José Paulo (2007). "**Desigualdade, pobreza e Serviço Social**". *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dossiê Serviço Social na América Latina*. Rio de Janeiro, n. 19, pp. 135-170.

Nobre, Marcos. (2013) **O Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras.

Ortellado, P.; Ribeiro, M. M.; Zeine, L. "**Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião**". *Opinião Pública, Campinas*, vol. 28, nº 1, p. 62-91, 2022.

Pochmann, Marcio. "**Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**". *SER Social, Brasília*, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

Rennó, L. "**The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections**". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, nº 3, 2020.

Samuels, D. J.; Zucco, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.



Sears D. 1975. "**Political socialization**". In Handbook of Political Science, Vol. 2, ed. F Greenstein, N Polsby, pp. 93–154. Reading, MA: Addison-Wesley.

Singer, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

Smith, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

Sposati, Aldaiza (2011). "**Tendências latino-americanas da política social no século 21**". R. Katál. Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun., pp. 104-115.

Zucco, Cesar; Power, Timothy J. "**Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn**". Latin American Research Review, v. 48, n. 2, p. 3-24, 2013.





## **Eleições de 2022 e o tema da violência contra a mulher: uma análise das candidatas do DF à Câmara dos Deputados**

### **2022 Elections and the Theme of Violence Against Women: An Analysis of Female Candidates from the Federal District for the Chamber of Deputies**

Lorena Ferreira Masciano<sup>3</sup>

**Resumo:** Este texto discute as eleições de 2022, destacando a intensa polarização política, especialmente na corrida presidencial entre Jair Bolsonaro (Partido Liberal -PL) e o ex-presidente Lula (Partido dos Trabalhadores - PT). A polarização vai além do tradicional embate esquerda-direita e antipetismo, ou seja, inclui diferentes posicionamentos surgidos nas ruas e na internet. No Distrito Federal, as candidatas à Câmara dos Deputados também se alinharam a essas polarizações, destacando-se nas redes sociais. O estudo focou em duas deputadas eleitas, Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT), que apoiaram os candidatos à presidência de seus respectivos partidos, e utilizou como metodologia a coleta de dados de suas campanhas eleitorais pela rede Instagram, respondendo a perguntas quantitativas e qualitativas conforme formulário anexado ao final deste trabalho. Ambas atuaram de maneira intensiva durante o período eleitoral, defendendo pautas opostas, incluindo a abordagem da violência de gênero. O estudo tem como objetivo mostrar como diferentes candidatas ao cargo de Deputada Federal, com diferentes espectros políticos, mobilizam o tema de violência de gênero em suas

---

<sup>3</sup> Bacharel em Ciência Política (2020-2023, UnB), Instituto de Ciência Política. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. E-mail: [lorenaafer@outlook.com](mailto:lorenaafer@outlook.com)



campanhas eleitorais e como tal abordagem é importante para a visibilidade da problemática. Para entender essas questões, foram analisados, junto aos dados coletados, materiais que incorporam o conceito de violência de gênero e como ela é aplicada na sociedade, especialmente em um contexto neoconservador proposto pelo governo Bolsonaro em 2022, e as medidas governamentais para reparar esse dano, como políticas públicas, leis etc.

**Palavras-chave:** Eleições; Violência de gênero; Câmara dos Deputados; Polarização.

**Abstract:** This text discusses the 2022 elections, highlighting the intense political polarization, especially in the presidential race between Jair Bolsonaro (Liberal Party) and former president Lula (Workers' Party). The polarization goes beyond the traditional left-right divide and anti-PT sentiment, including various positions that emerged on the streets and online. In the Federal District, candidates for the Chamber of Deputies also aligned with these polarizations, making a notable impact on social media. The study focused on two elected deputies, Bia Kicis (PL) and Erika Kokay (PT), who supported their respective party's presidential candidates. The methodology involved collecting data from their electoral campaigns, responding to quantitative and qualitative questions as per the attached questionnaire at the end of this work. Both acted intensively during the election period, advocating opposing agendas, including the approach to gender-based violence. The study aims to show how different candidates for the position of Federal Deputy, from different political spectrums, mobilize the issue of gender-based violence in their electoral campaigns and how such an approach is crucial for the visibility of the problem. To understand these issues, the study analyzed, alongside the collected data, materials incorporating the concept of gender-based violence and its application in society, especially in a neoconservative context such as the Bolsonaro government in 2022, and the governmental measures to address such damage, including public policies, laws, etc.

**Keywords:** Elections; Gender-based violence; House of Representatives; Polarization.



## 1. Introdução

As eleições de 2022 foram marcadas por disputas polarizadas, seja pela corrida presidencial, seja pelos embates entre deputadas distritais e federais. Muito se ouviu falar em polarização a partir de 2018, com o surgimento de uma "nova direita" ou "extrema-direita" e uma mobilização mais intensa dos eleitores conservadores. A polarização gerada não se deu somente ao combate entre esquerda versus direita ou ao antipetismo, que havia sido fundamental na mudança política dos anos anteriores, mas também ao adensamento de diferentes posicionamentos desenvolvidos nas ruas e na internet que formaram um alinhamento ideológico, manifestando-se em distintos partidos políticos do campo da direita (Fuks e Marques, 2022).

Na eleição presidencial mais acirrada em muito tempo, a de 2022, conforme dados apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enfrentavam-se Jair Bolsonaro (PL), em busca de reeleição, considerado uma figura conservadora, com posicionamentos misóginos e hostilidade a direitos constituídos. Do outro lado, o ex-presidente Lula (PT), que, após ver processos voltados ao contexto da Operação Lava-Jato que o haviam levado à prisão sendo anulados, buscava seu terceiro mandato. Nesse caso, a campanha destacava agendas de direitos humanos, combate às desigualdades sociais, entre outros. Diante desse cenário, os candidatos às demais posições tomaram seus lados e muitos basearam sua campanha nos ideais de seus futuros superiores.

No Distrito Federal, esse contexto não foi diferente, grande parte das candidatas a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados se movimentaram pró ou contra os atores citados acima, por meio de suas campanhas que, nesse período específico, foram bem concentradas nas redes sociais e canais de internet.

O presente artigo foi desenvolvido com base nessas reflexões, a partir de uma pesquisa em grupo pelo Núcleo Flora Tristán do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, contudo, o tema da pesquisa é inovador no meio acadêmico. O trabalho de pesquisa e a coleta do material empírico aqui analisado se deram de abril de 2022 até abril de 2023. O objetivo principal dessa investigação, no âmbito desse projeto maior, foi entender se e como as candidatas ao cargo citado se mobilizaram a respeito da violência contra a mulher em suas diversas vertentes. Dentro do conjunto das deputadas que foram analisadas na pesquisa, a atenção voltou-se especificamente para duas das candidatas, e hoje deputadas eleitas: Bia Kicis



(PL) e Erika Kokay (PT). Ambas atuaram de forma incisiva no período eleitoral e apoiaram os candidatos à presidência de seus respectivos partidos.

O artigo aqui apresentado foi dividido em outras cinco seções além desta breve introdução. Na seção 1, "Violência de gênero nos polos ideológicos", o problema da violência contra a mulher é situado a partir do contexto político enfrentado (Eleições de 2022) e do contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, além de mostrar o tratamento do tema ao longo dos anos na agenda política; na seção 2, "Metodologia" é o campo onde é apresentado o banco de dados da pesquisa, seu desenvolvimento e a tipologia criada para basear as análises e respostas nas sessões seguintes; na seção 3, "Como a violência é tratada pelas candidatas?", são apresentadas as respostas das perguntas de pesquisas, ou seja, o que norteia toda a tese; na seção 4, "Bia Kicis e Erika Kokay: duas lideranças femininas" é uma seção criada a partir da necessidade de entender o amplo debate entre as duas candidatas e realizar uma comparação entre seus dados coletados; na seção 5, "Conclusão", por fim são expostas considerações finais acerca da pesquisa e dos resultados obtidos.

## **2. Violência de gênero nos polos ideológicos:**

Historicamente, a violência contra as mulheres sempre existiu no Brasil e junto dela, os desafios para enfrentá-la e para construir políticas públicas a fim de combatê-la. A violência de gênero se inicia no espaço doméstico, ou seja, dentro de casa, onde existe uma construção hierárquica do homem sobre a mulher (Bandeira, 2014). Fatores como a dependência emocional, financeira, vínculo com filhos e medo de ameaças podem levar as mulheres a permanecerem nessas relações violentas (Almeida e Bandeira, 2004). Diante disso, o movimento feminista se organizou e lutou para que finalmente medidas efetivas fossem tomadas acerca dessa questão, mas só em meados da década de 80, com o processo de democratização no país, as reivindicações do movimento feminista tomaram força, junto com a efetivação de políticas públicas (Bandeira, 2014). Isso se deve, também, ao fato de em 1979 ter ocorrido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), tratado internacional aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas responsável por incluir o reconhecimento de direitos das mulheres. Os estudos feministas sobre o fenômeno foram fundamentais para a expansão dessa agenda no debate público.





Em 1983, ocorreu no estado de São Paulo a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina e a partir de 1984, com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) lançado pelo Ministério da Saúde, medidas preventivas e atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual foram se tornando cada vez mais presentes na sociedade. Em 1985, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, com o intuito de promover políticas contra a discriminação da mulher e incentivar a participação em atividades políticas. Outro marco para o movimento foi, em 1985, a criação da primeira Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres (DEAM). Em 1994, foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, denominada Convenção de Belém de Pará, que definiu a violência contra a mulher como “Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher).

Os anos 2000 também foram importantes no que diz respeito aos avanços da agenda feminista: em 2003 houve a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; em 2004, Política Nacional para as Mulheres; em 2004, 2007, 2011 e 2016, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; e em 2004, 2008 e 2013, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Um dos casos mais importantes para o avanço do combate à violência doméstica foi o de Maria da Penha, a farmacêutica cearense que sofreu diversas agressões pelo marido e uma tentativa de feminicídio, ficando paraplégica em 1983. Apenas em 1991, oito anos após o crime, ocorreu o julgamento do réu, mas, que por recursos da defesa, saiu em liberdade. Em 1996, seu ex-marido foi condenado, no segundo julgamento, a 10 anos e 6 meses de prisão, mas não teve sua sentença cumprida devido às irregularidades judiciais. Em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), a qual encaminhou quatro ofícios responsabilizando o Estado brasileiro por negligência em 2001. Com a formação de diversas ONGs feministas como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI), Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BR), entre outros, o Projeto de Lei nº.



4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal e foi aprovado em ambas as casas no ano de 2004. Quando então, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a qual reconheceu a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e expôs a questão para o âmbito público, como um problema político e de saúde pública. Ademais, os crimes relacionados à violência doméstica contra a mulher perderam o caráter de menor potencial ofensivo (Mariano e Biroli, 2023). A lei em questão é considerada uma das maiores ferramentas para combater os casos de violência contra a mulher e traz a possibilidade de punição para os homens, além de formas de acolhimento, prevenção e denúncias às mulheres.

Contudo, a implementação das agendas feministas enfrentou muitos obstáculos diante da oposição de um ativismo neoconservador, que atua por uma ordem social formada pela sexualidade heteronormativa e preterem a educação e a diversidade sexual, com objetivo de sempre manter a "família tradicional", composta pela mulher dona de casa e cuidadora dos filhos e pelo homem, provedor de renda e chefe da família (Caminotti e Tabbush, 2021).

Durante os mandatos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), a agenda feminista ocupou espaços jamais vistos antes nos governos brasileiros, com avanços como a criação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) em 2005, a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, o atendimento de partos humanizados pela Rede Cegonha em 2011, a política pública Casa da Mulher Brasileira em 2014, que reúne serviços para a interrupção da violência contra a mulher, e em 2015, a promulgação da Lei do Feminicídio. Em agosto de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff foi condenada pelo processo que respondia relacionado às "pedaladas fiscais" e teve a cassação de seu mandato com o processo de impeachment. A primeira presidente mulher do país sofreu de diversos tipos de violência pela mídia, público e até por parlamentares. Foi quando seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu, no final daquele mês, a chefia do Palácio da Alvorada.

Durante o governo Temer, deu-se início a política de austeridade fiscal que resultou na aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, reduzindo a verba destinada a programas, especialmente sociais, o que gerou uma redução e maior confronto para com o diálogo diante de movimentos sociais. Na temática de gênero, foi possível observar mudanças como a substituição da nomenclatura "transversalidade de gênero" por "defesa da família" e a



transferência da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) para dentro do Ministério dos Direitos Humanos (Ipea, 2022).

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro venceu, pelo Partido Liberal, às eleições presidenciais e assumiu possivelmente o governo mais conservador desde a redemocratização brasileira. A temática de gênero foi tratada de uma forma antagônica a de seus antecessores: convidou a advogada e pastora evangélica Damares Alves (Progressistas e Republicanos) para ser Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 a 2022 que ficou famosa pela repercussão de sua fala "meninos vestem azul e meninas vestem rosa" e por seus discursos contra o aborto e a utilização do termo "ideologia de gênero". Além disso, segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o governo de Bolsonaro propôs, no Orçamento da União, 94% menos de recursos direcionados ao combate à violência contra as mulheres em relação às gestões anteriores - Dilma e Temer.

O contexto em que a presente pesquisa foi desenvolvida iniciou-se em um cenário onde a bancada neoconservadora, formada por políticos religiosos contrários ao aborto e pela agenda feminista, que visavam contrariar pautas e políticas públicas (Biroli, 2018), assumiu uma posição de destaque, onde se sobressaíram questões ligadas ao agronegócio, porte de armas e relacionadas a terras, como grilagem e marco temporal.

Durante a pandemia, falar sobre gênero no Plenário foi se tornando cada vez mais difícil e o espaço foi afunilando: apenas 2% dos projetos de lei propostos pela Câmara dos Deputados abordaram o recorte de gênero (Revista AzMina). O primeiro foi o PL 1291/2020 proposto pela deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), que foi aprovado e sancionado como Lei Ordinária que assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei Maria da Penha durante o estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional. O segundo foi o PL 1444/2020 de autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA), que estabelece medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia de coronavírus, o qual foi apenas votado e aprovado na Câmara. Segundo a socióloga Débora Messenger (Universidade de Brasília), as mulheres têm ação majoritária durante a proposição de Projetos de Leis acerca da temática de gênero, e ainda reforça a relação da bancada progressista com os temas de violência e cuidado.



A violência de gênero não foi erradicada e, sim, amparada e suas vítimas possuem cada vez mais recursos, visibilidade e proteção. Em 2022, 90 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados, o que resulta em um aumento de 17,7% em relação à eleição anterior, mas, ainda assim, as mulheres ocupam menos espaço no campo político, em cargos eletivos ou de chefia dentro do espaço de disputa eleitoral, ou seja, mesmo que estejam presentes em mobilizações e manifestações, o ambiente legislativo ainda se mantém predominantemente masculino.

### **3. Metodologia**

O principal banco de dados utilizado neste artigo foi coletado no âmbito de pesquisa "Grupos, representação e processos de inclusão: diagnósticos e desafios para a democracia no Brasil", financiada pelo edital 18/2021 Universal/CNPq e coordenada pela Professora Flávia Biroli. O projeto coletou e analisou dados de todas as cinco regiões do Brasil, com a participação de pesquisadores de outras Universidades. Na UnB, foi realizada, como dito anteriormente, no âmbito do Núcleo de Pesquisas Flora Tristán. Nesse caso, a organização dos dados foi feita por, no total, cinco discentes, sob orientação dos docentes Carlos Machado, Danusa Marques e Flávia Biroli.

Para a pesquisa mais ampla, foram selecionadas as candidaturas ao cargo de deputado(a) federal: Ana Prestes (PCdoB), Bia Kicis (PL), Coronel Sheyla (PSD), Dani Sanchez (PSOL), Eliana Pedrosa (União Brasil), Erika Kokay (PT), Julia Lucy (União Brasil), Júlio Cesar (PR), Marcela Passamani (PL), Paula Benett (PSB), Professor Israel (PSB) e Silmara Miranda (PR). Destaco que a candidata Marcela Passamani desistiu da candidatura, a coleta dos candidatos do sexo masculino foi apenas para controle e as postagens da candidata Silmara Miranda foram apagadas, portanto, não irão entrar nessa pesquisa.

O trabalho feito consiste na coleta de dados da rede social Instagram das candidatas durante o período de 14 de agosto de 2022 (início da campanha eleitoral) até 30 de outubro de 2022 (resultado do segundo turno da campanha presidencial). Os dados foram inseridos em formulários semanais (Anexo 1) com questionários acerca de indicação de fake news, menção ao financiamento de campanha, acontecimentos da semana, alianças da candidatura, menção ao partido e seus atores, ataques feitos ou recebidos pela candidatura, abordagem sobre vida pessoal e profissional, postagens compartilhadas e menção a desigualdades social, de raça e/ou



gênero. Assim, após filtragem de dados, foram analisados 134 itens para análise voltados a dois casos, o da candidata Bia Kicis e da Erika Kokay.

Bia Kicis é advogada, ativista e ocupou um cargo na Procuradoria Geral do Distrito Federal. Filiada ao Partido Liberal, ficou conhecida principalmente nas redes sociais por seu ativismo nos movimentos de direita. Assumiu o primeiro mandato como deputada federal em 2019 e concorreu a reeleição em 2022, sendo eleita como a deputada federal com maior número de votos no Distrito Federal.

Erika Kokay é bancária, psicóloga e sindicalista. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi eleita como deputada distrital em 2003 e acumula 4 mandatos como deputada federal do Distrito Federal desde 2011. Ficou conhecida por suas lutas nos sindicatos trabalhistas e sua atuação nos movimentos sociais de esquerda.

O artigo partiu dos dados mais gerais para trabalhar, especificamente, com o tema de violência. Foram identificadas todas as menções a violência de gênero, totalizando 21 postagens. A partir dessa identificação, elas foram classificadas de acordo com a seguinte tipologia: denúncias ao machismo/misoginia; violência política; violência sexual/assédio sexual; violência doméstica; feminicídio e violência geral.

Com base nessas tipologias, foram criadas as seguintes definições de cada tipo de violência no Quadro 1 abaixo.

#### **Quadro 1 - Definição dos tipos de Violência**

Denúncias ao machismo/misoginia	Denúncias das candidaturas a casos de machismos e misoginia, sendo definidos por "A misoginia é um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista, cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina pregada pelo machismo."
---------------------------------	---



Violência Política	" Violência política como a agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual contra a mulher, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade."
Violência Sexual/ Assédio Sexual	"Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força."
Violência Doméstica	"Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial."
Feminicídio	"Trata-se de uma nova forma qualificada do crime de homicídio [...] Para caracterizar o crime é necessário que a vítima seja mulher e que o crime tenha sido cometido com envolvimento de violência doméstica ou discriminação contra a condição de mulher."
Violência Geral	Qualquer tipo de violência contra a mulher que não seja contemplada pelas definições acima.

Fonte: Elaboração própria com conceitos retirados das fontes: Politize!; Instituto Maria da Penha; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Dessa forma, hipóteses a seguir foram formuladas para testar e compreender como cada ideologia trata o tema e de que forma são feitas as mobilizações caso ocorram. Na próxima sessão serão desenvolvidos os resultados da pesquisa e testadas as hipóteses em busca de sua comprovação ou não:

(i) Hipótese 1: Candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta;



(ii) Hipótese 2: Candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar mais o tema da violência contra as mulheres do que candidatas mais conservadoras, à direita;

(iii) Hipótese 3: Candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar a temática da violência em perspectiva relacional (que incorpora gênero e interseccionalidades, por exemplo) e sistêmica ou estrutural (que remete a uma ordem patriarcal violenta, por exemplo);

(iv) Hipótese 4: Candidatas posicionadas à direita no espectro político tendem a mobilizar o tema como um desvio e como fenômeno individual e numa perspectiva punitivista.

#### 4. Como a violência é tratada pelas candidatas?

A princípio, foi elaborado um quadro indicando que tipo de violência cada candidata abordou e quantas vezes, mediante numeração. Isso foi feito para facilitar a visualização da tipologia abordada pelas candidaturas e fazer referência a tentativa de comprovação das hipóteses propostas.

Em seguida, é explicado, de forma breve, como cada candidata tratou em sua postagem que a fizesse mobilizar o tema da violência contra a mulher e como a encaixar em determinada tipologia. Todos esses dados, como dito anteriormente, comprovarão ou não as hipóteses propostas na seção "Metodologia".

#### Quadro 2 - Candidatas e o tipo de violência abordada

	Denúncias ao machismo/misoginia	Violência Política	Violência Sexual / Assédio Sexual	Violência Doméstica	Feminicídio	Violência Geral
Bia Kicis			1			1
Erika Kokay	4	1				

Fonte: Elaboração própria



Ao observar o quadro 2, foram identificadas duas postagens feitas pela candidata Bia Kicis e cinco postagens pela candidata Erika Kokay. A primeira mobiliza dois tipos de violência- a sexual e a geral-, enquanto a segunda aborda denúncias ao machismo e misoginia e violência política.

A violência sexual, mobilizada na primeira postagem da candidata Bia Kicis, refere-se à forma como o Governo Lula tratou o tema do aborto, desde a assinatura do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) até a assinatura do Programa Nacional dos Direitos Humanos - 3, que visava a aprovação da Lei que discriminava o aborto. O que se destacou na publicação da candidata foi a crítica à promulgação de normas técnicas do Ministério da Saúde que suprimiam os obstáculos para a legalização do aborto nos casos de violência sexual. Sua publicação consiste em tratar o aborto como uma violência e criticar as ações tomadas pelo petista quanto ao tema.

No outro caso, um vídeo de mulheres segurando bandeiras a favor de Jair Bolsonaro, após homens indicados como seguranças de Lula arrancarem as mesmas das mãos das mulheres de forma violenta viraliza nas redes sociais de Bia Kicis. A candidata apontou a atitude como um ato de repressão às mulheres que estavam manifestando sua opinião política.

Erika Kokay passou grande parte de sua campanha abordando denúncias contra machismos e misóginas, especialmente ao ex-presidente Jair Bolsonaro devido a suas falas e ações no parlamento. Além de acusações contra o posicionamento de Bolsonaro, Kokay se afirma como a candidata que mais defendeu os direitos das mulheres na legislatura mais machista de todos os tempos e que os projetos aprovados em defesa das mulheres foram feitos pelo parlamento, não pelo Governo Bolsonaro. A candidata também indica esses traços no ex-presidente ao tratar do caso de dignidade menstrual, visto que o Bolsonaro instituiu no veto do projeto, o que para Erika, reforçava sua índole machista e misógina.

Kokay também se manifestou quando a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, sofreu uma tentativa de assassinato e relatou que todo esse movimento foi causado devido à violência política e discursos de ódio, solidarizando-se, então, com o parlamentar.

De acordo com o teor das publicações de cada candidatura, é possível admitir que as publicações de Kicis focam tratar, de forma mais discreta, o tema e não desenvolvem a fundo nenhum caso específico ou problematizam o tema. Enquanto a Kokay denuncia ativamente





casos que sejam contrários aos direitos das mulheres e se mostram ativistas na garantia desses direitos. Ademais, o quantitativo de postagens ligadas a movimentos sociais ou de esquerda supera o número de postagens conservadoras. A publicação de Bia Kicis sobre o aborto, por exemplo, exclui o direito das mulheres em casos de violência sexual, e expõe o contramovimento de ativismo religioso e trata de forma conservadora a pauta de gênero (Biroli e Tatagiba, 2023). Portanto, candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta, sendo as candidatas posicionadas à esquerda e ligadas a movimentos sociais as maiores mobilizadoras.

### **5. Bia kicis e Erika Kokay: Duas lideranças femininas**

Como visto até agora, as candidatas Bia Kicis e Erika Kokay utilizaram as redes sociais como uma das principais ferramentas de campanhas e abordaram diversos assuntos e notícias cotidianas durante o período eleitoral. Contudo, durante a pesquisa, foi possível perceber uma significativa diferença na tratativa das parlamentares ao mobilizarem o tema da violência contra a mulher. Para prosseguir essa análise, é importante ressaltar que ambas se afastam ideologicamente em seus posicionamentos e ideais políticos.

Bia Kicis é um fenômeno nas redes sociais e conquistou seu público com ativismos de direita, sua campanha na rede estudada é extremamente movimentada, com muitas postagens diárias, mas percebe-se uma carência na mobilização de temas sociais. A advogada possui uma forte aliança política com atores de seu partido (Partido Liberal), especialmente com Jair Bolsonaro, a quem apoiou até o término das eleições. Outro fator relevante para análise da candidatura foi o fato de que a candidata foi a única a publicar postagens consideradas fake news, seja pelo próprio Instagram, seja pela denúncia de usuários da rede social. Isso leva a uma percepção de que temáticas de gênero não fazem parte do foco sociopolítico da candidata, assim como a conquista de eleitores mais progressistas.

A perspectiva de atrizes conservadoras, como Kicis, segue uma direção contrária à de movimentos feministas, sem manifestar qualquer apoio à agenda e trabalhar no confronto com os grupos ativistas. O aborto, sendo uma das pautas mais polêmicas e movimentadas nas duas direções de ativismo, revela ser um dos pontos mais fortes mobilizados pelo antifeminismo, que busca retrocessos no país, como a proibição total dos casos. Um exemplo é a participação do Brasil no Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, também



conhecido como "aliança antiaborto", criada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em dezembro de 2020, que contava com o apoio de Jair Bolsonaro. O Consenso de Genebra visava proteger o direito à vida e pautar a proteção da família tradicional.

Ademais, esses atores não tratam da questão de saúde pública que envolve o aborto, os milhares de casos que ocorrem todos os dias, como o retratado no podcast "Caso das 10 Mil" produzido pelo Jornal Folha de São Paulo, onde são descobertos mais de dez mil abortos realizados em uma clínica clandestina em Campo Grande (MS). O que diferencia a vertente das abordagens é o fato de candidatas ligadas a agendas conservadoras mobilizarem isoladamente os casos retratados e principalmente de forma sensacionalista quando vem à mídia. Um exemplo é quando são popularizados os casos de crianças estupradas e atrizes de direitas, como Damares Alves e Sara Winter, se mobilizam para impedir a realização do procedimento e persuadir as vítimas a levarem a gestação até o final, ou seja, para essas ativistas, só ocorrem esses casos aleatórios e publicados, mas se houvesse publicação dos procedimentos realizados de forma clandestina, é notório que não seria possível resolver dessa perspectiva. Já atores ligados a movimentos sociais e posicionadas à esquerda buscam trazer causas estruturais dos casos, como a ordem patriarcal heteronormativa (Caminotti e Tabbush, 2021) e as práticas de controle sobre os corpos das mulheres.

Em 2022 o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro manifestou que "cuidar da mulher é cuidar da família brasileira" (Biroli e Tatagiba, 2023). Em 2020, o Congresso Nacional era formado por uma bancada de 24 partidos políticos representados na Câmara dos Deputados, onde 12 eram apoiadores de Jair Bolsonaro (PSL, Patriota, DEM, PSC, Novo, PSDB, MDB, PP, Republicanos, PL, PSD e PTB.). Sendo assim, 318 parlamentares eram filiados a partidos muito próximos do presidente e votavam conforme sua orientação em 90% das votações nominais da casa. Isso mostra que a perspectiva de uma bancada neoconservadora, que era maioria no parlamento, é retratada de forma individualizada e punitivista, de maneira a resolver caso a caso e muitas vezes expondo a vítima a situações constrangedoras, e inviabilizando a justiça necessária.

Para atores ligados a movimentos sociais e feminista, as abordagens visam compreender as raízes dessas questões e enxergar para além dos casos individualizados, entendendo que existe uma questão estrutural. Foi percebido um plano de fundo que cercava o feminismo, que era a hegemonia da branquitude, onde além de mulheres sofrerem violência mobilizadas pela



questão de gênero, o fator racial acarretava dupla violência sofrida por elas (Alvarez, 2014). Com base nos dados do relatório publicado pela Anistia Internacional, 66,7% das vítimas de feminicídio no Brasil em 2021 eram negras. Para isso, entra-se a perspectiva da interseccionalidade que relaciona classe, gênero e etnia e é definida pela multiplicidade de identidades, especialmente a posição de mulheres negras diante das violências sofridas (Hirata, 2014). Ou seja, ao procurar tratar dessas questões e fazer com que essas mulheres se sintam representadas na política, é possível que a violência de gênero seja combatida de forma mais direta, desfazendo o sistema patriarcal formado por um sistema político masculino e branco (Sacchet, 2012).

Erika Kokay tem um período de campanha agitado, onde visitou diversos pontos populares de Brasília e se ligou a atores progressistas, não necessariamente do mesmo partido (Partido dos Trabalhadores), como Leandro Grass (Partido Verde) que concorreu a Governador do Distrito Federal. Boa parte do programa político da candidata continha questões sociais, de gênero e étnicas. Como sindicalista, sempre apoiou o movimento dos trabalhadores e mostrou se importar com melhores condições para esses. Outro grande foco foi apoiar Lula na corrida presidencial e denunciar o que achava pertinente quanto às falas e atos de Jair Bolsonaro, como visto anteriormente, sobretudo acerca das questões de gênero.

Kokay, por exemplo, defendeu em suas publicações os direitos das mulheres e denunciou casos de machismo e misoginia, que, por sua vez, foram quase todos direcionados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A deputada demonstrou interesse na aprovação de projetos de leis, como da dignidade menstrual, que não individualiza casos, mas democratiza o acesso de produtos de higiene adequados.

## **6. Conclusão**

A violência contra a mulher pode ser analisada através de diversas vertentes e, durante muito tempo, foi um tema totalmente isolado e cercado de tabus na sociedade brasileira. Graças aos avanços dos movimentos feministas, medidas sociais e legais foram tomando espaço no cenário político, garantindo direitos básicos às mulheres.

Deputados Federais são representantes escolhidos pela população para ocuparem uma cadeira na Câmara dos Deputados e tomarem decisões, lutarem por direitos e deveres das pessoas e uma dessas questões esperadas é o combate à violência de gênero, visto que esse é



um tema que não teve a atenção necessária por muitos anos e, graças aos movimentos feministas, foi politizado e hoje é relevante na esfera política, sendo de responsabilidade do Estado não só tratar da temática, mas propor ferramentas para combatê-la em suas diversas esferas. Portanto, como apresentado, foram analisadas as campanhas das candidatas ao cargo, Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT) para entender se a violência contra a mulher foi mobilizada e se sim, de que forma.

A polarização de atores políticos em relação à violência contra a mulher reflete divergências ideológicas, sociais e culturais presentes em diferentes contextos ao redor do mundo. Essa questão sensível tem sido abordada de maneiras variadas por diversos grupos políticos, gerando debates intensos e, por vezes, impedindo a implementação de medidas eficazes, o que destaca a necessidade de abordar não apenas os aspectos legais e punitivos, mas também de promover mudanças culturais e educacionais que combatam as raízes profundas desse problema social.

As conclusões da pesquisa confirmaram todas as hipóteses propostas: candidatas em posições ideológicas antagônicas mobilizam o tema da violência contra a mulher de forma distinta; candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar mais o tema da violência contra as mulheres do que candidatas mais conservadoras, à direita; candidatas envolvidas em movimentos sociais e posicionadas à esquerda tendem a mobilizar a temática da violência em perspectiva relacional (que incorpora gênero e interseccionalidades, por exemplo) e sistêmica ou estrutural (que remete a uma ordem patriarcal violenta, por exemplo); candidatas posicionadas à direita no espectro político tendem a mobilizar o tema como um desvio e como fenômeno individual numa perspectiva punitivista.

Assim, candidatas ligadas a movimentos sociais, como Erika Kokay, tiveram mais postagens mobilizadoras da temática da violência contra a mulher e abordam questões estruturais que cercam a violência de gênero, como a ordem patriarcal e o machismo implantados na sociedade. Já candidatas ativistas de movimentos conservadores, como Bia Kicis, tratam da questão em situações isoladas, possuindo poucas postagens relacionadas ao assunto consideradas punitivista e agressiva, onde tratam os casos como isolados e midiáticos.

À luz do exposto, é possível compreender a importância da tratativa do tema e como figuras importantes, como autoridades, o expõem, promovendo mobilização entre a população e as



agendas políticas, o que gera maior possibilidade de avanços ou retrocessos, dependendo da abordagem realizada.

## 7. Referências

ALVAREZ, S. E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 43, p. 13–56, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>.

BANDEIRA, L. M. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Sociedade e Estado, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 449–469, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5897>.

BANDEIRA, L. M., & CAMPOS DE ALMEIDA, T. M. (2015). **VINTE ANOS DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ E A LEI MARIA DA PENHA.** Revista Estudos Feministas, 23(2),501-517.[fecha de Consulta 11 de Noviembre de 2023]. ISSN: 0104-026X. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38139191012>

BANDEIRA, L. M., & CAMPOS DE ALMEIDA, T. M. (2004). "Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres - por uma perspectiva feminista, de gênero e dos direitos humanos" In **Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste.** AGENDE Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L. "**Mecanismos discursivos de produção de retrocessos nas políticas de igualdade de gênero no Brasil e suas implicações para a democracia (2019-2022)**". Paper apresentado no 47º Encontro Anual da Anpocs, Campinas, Unicamp, 2023.

**BRASIL tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização. G1, Eleições,** 30 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mais mulheres na política: violência política.** Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica#:~:text=Conceito%20de%20viol%C3%Aancia%20pol%C3%ADtica%20%2D%20entendemos,decis%C3%B5es%20contr%C3%A1rias%20%C3%A0%20sua%20vontade](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/violencia-politica#:~:text=Conceito%20de%20viol%C3%Aancia%20pol%C3%ADtica%20%2D%20entendemos,decis%C3%B5es%20contr%C3%A1rias%20%C3%A0%20sua%20vontade.). Acesso em: 27 set. 2023.

CAMINOTTI, M. & TABBUSCH C. "**El embate neoconservador a las políticas de igualdad de género tras el fin del “giro a la izquierda” en América Latina. The neoconservative onslaught on gender equality policies at the end of the Latin American “left turn”**". Población & Sociedad [en línea], ISSN 1852-8562, Vol. 28 (2), 2021, pp. 29-50. DOI: <http://dx.doi.org/10.19137/pys-2021-280203>. Puesto en línea en diciembre de 2021.



FUKS, M.; MARQUES, P. H. **Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil.** *Opinião Pública*, v. 28, p. 560–593, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8671918>

HIRATA, H. (2014). **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais,** *Tempo Social*, v. 26, n° 1, Jan-jun., p. 61-74.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desmonte das políticas públicas: consequências para os grupos sociais vulneráveis e para a economia.** *Em Questão*, n. 21, p. 1-60, ago. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao\\_n21\\_Desmonte.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao_n21_Desmonte.pdf). Acesso em: 06 out. 2023

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência doméstica.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 09 out. 2023.

KICIS, Bia. **Instagram.** Disponível em: <https://www.instagram.com/biakicis/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

KOKAY, Erika. **Instagram.** Disponível em: <https://www.instagram.com/erikakokay/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

POLITIZE!. **Misoginia.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/misoginia/#:~:text=A%20misoginia%20%C3%A9%20um%20sentimento,da%20figura%20masculina%20pregada%20pelo>. Acesso em: 07 set. 2024.

SACCHET, T. **“Representação Política, Representação de Grupos e Política de Cotas: Perspectivas e Contendas Feministas.”** *Estudos Feministas*, vol. 20, no. 2, 2012, pp. 399–431. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/24328138>. Accessed 11 Nov. 2023.

SANTOS, R. M.; BIROLI, F. **"Políticas para mulheres: O que são e por que são importantes?"**. Em: Natália Guimarães Duarte Sátyro e Eleonora Schettini M. Cunha, Belo Horizonte: Editora da UFMG e Fino Traço, 2023; pp. 163-182.

**SÓ 2% dos PLs propostos pela Câmara na pandemia têm recorte de gênero.** *AzMina*, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-2-dos-pls-propostos-pela-camara-na-pandemia-tem-recorte-de-genero/>. Acesso em: 01 out. 2023.

#### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.**

Feminicídio. *Direito Fácil*, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/feminicidio>. Acesso em: 07 set. 2023.



## **A influência do Setor Governamental em Modelos Kaldor-Pasinettianos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda**

### **The Influence of the Government Sector in Kaldor-Pasinetti Models of Economic Growth and Income Distribution**

Beatriz Estulano Vieira<sup>4</sup>

João Gabriel de Araujo Oliveira<sup>5</sup>

Renato Sugahara<sup>6</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é apresentar o debate sobre a atuação do agente governamental em teorias Pós-Keynesianas de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda, de base Kaldor-Pasinettiana. Com este intuito, foi feita uma revisão bibliográfica para analisar teorias da taxa de lucro de equilíbrio, onde no longo prazo, deve ser igual a taxa de juros, e do *profit-share*. Inicia-se expondo o modelo básico de Kaldor e Pasinetti e, na sequência, são apresentandos os modelos de Steedman, que introduz o governo e assume o

---

<sup>4</sup> Doutorando em Economia Política pela Universidade de Brasília (2022 - | UnB), fazendo Doutorado sanduíche na New School For Social Research (2024 - | NSSR). Mestre em Economia Regional (2021 - 2022 | UEL) e Graduada em Economia (2016 - 2021 | UEL) pela Universidade Estadual de Londrina. Assistente de Pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023 - | IPEA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>5</sup> Professor Adjunto I de Economia no Departamento de Administração e Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-DF). Pós-doutorando em Economia pela Universidade de Brasília. Consultor do projeto Macro-criticality of Climate Change do Banco Mundial. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília, Mestre e Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Londrina.

<sup>6</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina (1993), Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (1997) e Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (2014). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Londrina.





orçamento equilibrado, Fleck e Domenghino que consideram que o governo pode economizar gerando um superávit orçamentário, Dalziel, adiciona a hipótese de fluxos de juros, déficits fiscais monetizados e imposto sobre a compra de bens de capital, Pasinetti, incorpora tributação direta e um imposto sobre o consumo, sob situação de déficit orçamentário em estado estacionário, Denicoló e Matteuzzi, considerando o orçamento desequilibrado, Palley, inclui o endividamento interno e o crescimento da população, além de estender a análise para uma economia monetária, com capital, títulos e preços, e por fim, Araújo, assumindo que governo pode poupar e sem tributação indireta. A hipótese deste trabalho é que o governo pode influenciar na distribuição de renda e no crescimento econômico. Conclui-se que tanto o governo, quando os trabalhadores (embora a importância desta classe não seja consenso) são importantes na determinação das variáveis.

**Palavras-chave:** Crescimento econômico; Distribuição de renda; Governo.

**Abstract:** The aim of this paper is to present the debate on the role of government agents in Post-Keynesian theories of Economic Growth and Income Distribution, based on Kaldor-Pasinetti's theory. To this end, a bibliographic review was carried out to analyze theories of the equilibrium profit rate, where in the long run, it should be equal to the interest rate, and the profit share. The paper begins by presenting the basic model of Kaldor and Pasinetti, followed by the models of Steedman, who introduces the government and assumes a balanced budget; Fleck and Domenghino, who consider that the government can save money by generating a budget surplus; Dalziel, who adds the hypothesis of interest flows, monetized fiscal deficits and a tax on the purchase of capital goods; Pasinetti, who incorporates direct taxation and a consumption tax under a steady-state budget deficit situation; Denicoló and Matteuzzi, considering an unbalanced budget; Palley, who includes domestic debt and population growth, in addition to extending the analysis to a monetary economy, with capital, bonds and prices; and finally, Araújo, who assumes that the government can save money without indirect taxation. The hypothesis of this paper is that the government can influence income distribution and economic growth. It is concluded that both the government and workers (although the importance of this class is not a consensus) are important in determining the variables.

**Keywords:** Economic growth; Income distribution; Government.





## 1. Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar uma série de trabalhos/artigos, os quais fixam o nível de produto e consideram a distribuição de renda como variável de ajuste no pleno emprego. Assim, é possível discutir o papel do governo na economia, com foco em como ele impacta tanto o crescimento econômico quanto a distribuição de renda. Para isso, utilizasse a análise bibliográfica. Essa metodologia consiste em selecionar, revisar e interpretar produções acadêmicas. Desta forma é possível fornecer uma visão ampla e profunda sobre o debate já produzido. Segundo Gil (2008), a principal vantagem desta metodologia é que possibilita conhecer os fenômenos de uma forma mais ampla. Adotando a hipótese de que o governo impacta no crescimento econômico e na distribuição de renda. A questão da distribuição de renda torna necessário a introdução do governo. Essa é uma forma de assegurar que não haja um colapso econômico, mantendo o controle sob situações que na ausência deste agente tenderiam a descontrolar<sup>7</sup>. Ou seja, a proposta central é investigar como a atuação do governo pode ser um fator determinante, atuando sobre o controle de situações potencialmente desestabilizadoras e garantindo a estabilidade econômica.

Kalecki (1966) aponta que para o principal problema da economia, o aumento da capacidade produtiva, as soluções necessárias envolvem o governo. Seja por meio de gastos governamentais, ou por meio da redistribuição de renda. Portanto o governo é um agente de extrema importância, o qual influencia no crescimento econômico e na distribuição de renda. Além disso, ele também é responsável por manter o controle sob situações de instabilidade. Nesse sentido, o presente trabalho busca entender o impacto do governo no crescimento econômico e na distribuição de renda.

Com este objetivo, apresentar-se-á modelos de crescimento econômico e distribuição de renda Pós-Keynesianos, de base Kaldor-Pasinettiana e a discussão crítica sob suas derivações. Com isso, é possível compreender como os diferentes agentes econômicos, governo, capitalistas e trabalhadores, afetam a distribuição de renda e as dinâmicas de crescimento econômico. A introdução do governo foi formalizada por meio do seu orçamento, onde este tem por receita a

---

<sup>7</sup> Conforme, Teixeira e de Araujo Oliveira (2020) situações que fogem ao controle em uma economia são caracterizadas pela presença de incerteza, a exemplo os autores citam guerras, situações de calamidade de saúde pública, entre outras.



tributação. Sendo assim, é possível observar que este novo agente impacta no *profit-share*, portanto sua presença é relevante para o estudo da distribuição de renda. Além disso, é possível observar que tanto o governo, quando os trabalhadores (embora a importância desta classe não seja consenso) são importantes na determinação das variáveis. Desta forma, o agente governamental deve ser levado em consideração na construção ou extensão de um modelo, uma vez que este influencia na distribuição de renda e na taxa de juros.

Este trabalho foi dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, utilizando análise bibliográfica como metodologia, onde, utilizando a revisão de produções acadêmicas, discute-se as hipóteses dos modelos considerando agentes heterogêneos. Desta forma o objetivo de cada grupo pode ser visto com clareza, observando diretamente os efeitos da distribuição de renda, observando diretamente os efeitos da distribuição de renda. Ainda na segunda seção será introduzido o governo, uma vez que ele pode influenciar na distribuição de renda. A terceira apresenta os modelos de crescimento econômico e distribuição de renda Pós-Keynesianos de base Kaldor-Pasinettianos. Esses modelos serão analisados à luz das discussões levantadas na revisão bibliográfica, evidenciando a relevância da atuação governamental nas dinâmicas econômicas. A seleção dos trabalhos aqui utilizados foi conduzida de forma a garantir que as diferentes abordagens e derivações teóricas sejam contempladas, visando fornecer uma base sólida para os debates sobre modelos de crescimento e distribuição de renda. Por fim, a última seção trará as considerações finais do trabalho.

## **2. Agentes Heterogêneos em Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda**

Esta seção faz uma breve apresentação de modelos os quais dividem a economia em duas classes, sejam elas de renda (salário e capital), baseadas em Kaldor, ou de pessoas (trabalhadores e capitalistas), tais como em Pasinetti.

A suposição de duas classes, em certos casos, permite identificar as condições, nas quais podem surgir inconsistências nos cenários econômicos. Uma vez que desta forma é possível determinar a renda e poupança dos agentes. Embora, seja difícil estudar as relações entre a distribuição de renda e o crescimento econômico quando assumimos um modelo com diferentes agentes, trabalhadores, capitalistas e governo (STEEDMAN, 1972), o estabelecimento de



classes<sup>8</sup> é muito importante para o modelo. Harris (1978 apud BARANZINI, 1991, p. 20) afirma que sem classes não pode haver distinção significativa entre renda da propriedade e renda do trabalho.

*A social class may be defined broadly as a group of individuals who share one or more common attributes. In a number of post-Keynesian models of distribution two attributes do, in principle, overlap for both classes. Those who directly own physical means of production and whose income is mainly derived from this ownership make up the capitalist or entrepreneurial class, which in general exhibits a higher than average propensity to save (and reinvest). On the other hand those who do not own physical means of production (i.e. physical capital), or only indirectly, and whose income is, mainly derived from work (or from capital) have a lower than average propensity to save: they are labelled as workers. (BARANZINI, 1991, p. 20)*

## 2.1 Agente Governamental

O reconhecimento dos agentes governamentais faz parte de determinadas escolas dentro do pós-keynesianismo. Os modelos desenvolvidos por esses pesquisadores impactaram fortemente os estudos na linha de crescimento econômico e distribuição de renda. Goés (2006) mostrou que o governo pode influenciar de forma positiva na distribuição de renda, porém é preciso definir qual o objetivo deste agente.

Dentre outros, podemos dizer que um dos objetivos do governo é equilibrar receitas e gastos em caso de orçamento balanceado ou trabalhar sob déficit ou superávit em questões de desbalanceamento, utilizando mecanismos de transferências de renda se quiser garantir uma redistribuição mais equitativa entre as classes. A existência do agente governamental para dinamizar e buscar garantir o bem-estar social é importante objeto de discussões, uma vez que, ele impacta nas variáveis do modelo.

*Government taxes and transfers can have effects on the allocation of resources if the taxes and transfers are linked to economic decision variable like saving or profit. This is because these taxes affect the rates of return perceived by decision makers. And will influence their*

---

<sup>8</sup> Segundo Bridge (2001), classe é uma definição social, tais como a separação entre capitalistas e trabalhadores. O autor sustenta que agentes são aqueles que intermediam a economia através de venda, compra, transferência, entre outras medidas. O agente é parte das classes.



*decisions to save and invest by changing these rates of return. (FOLEY; MICHL, 1999a, p. 225)*

Desta forma a introdução do governo é importante para o reconhecimento do papel das instituições econômicas e políticas desempenhadas.

### 3. Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda

A partir da década de 1950 passou a se discutir modelos *supply-led* e *demand-led*. Kaldor, com seu modelo orientado pela demanda, soluciona o fio-da-navalha de Harrod e Domar, buscando analisar o equilíbrio de longo prazo. O autor mostrou como desajustes entre demanda e produto agregados em pleno emprego pode ser afetados pela questão da distribuição de renda. Para isso, baseou-se no princípio da demanda efetiva, analisando uma economia em pleno emprego. Assim, o nível de produto deve ser limitado pela força de trabalho e não pela demanda efetiva.

O modelo desenvolvido por Kaldor (1955-1956) analisa uma economia fechada e sem governo em trajetória de crescimento com pleno emprego da força de trabalho. Assim, é suposto que o produto ( $Y$ ) seja igual ao produto de pleno emprego ( $\underline{Y}$ ) e que a economia cresça à taxa natural ( $g_n$ ). A poupança ( $S$ ) é definida pela propensão a poupar dos lucros ( $s_\pi$ ), retorno total da poupança acumulada ( $\pi$ ) e o produto:

$$S = s_\pi \pi Y \quad (1)$$

A equação (1) evidencia a dependência da propensão a poupar com relação a distribuição de renda. Como resultado, a propensão marginal a poupar lucros é positivamente relacionada ao *profit-share*. Contudo, a taxa de investimento ( $I$ ) é dada exogenamente e constante assim como mostrado na equação (2):

$$I = v g_n Y \quad (2)$$

Onde  $v$  é a relação técnica capital/produto. O equilíbrio entre demanda agregada e produto de pleno emprego requer que a taxa de investimento e a taxa de poupança sejam iguais:

$$s_\pi \pi Y = v g_n Y$$



Rearranjando a equação afim de isolar  $\pi$ :

$$\pi = \frac{vg_n}{s_\pi} \quad (3)$$

Como a taxa de lucro ( $r$ ) determinada pelo modelo é constante ao longo da trajetória de crescimento:

$$\pi = \frac{rv}{u}$$

Dividindo os seus dois lados pela relação técnica capital/produto ( $v$ ) e multiplicando os seus dois lados pelo grau de utilização ( $u$ ) obtemos a taxa de lucro de equilíbrio, onde no longo prazo, deve ser igual a taxa de juros:

$$r = \frac{g_n}{s_\pi} u \quad (4)$$

O grau de utilização da capacidade estará associado a uma trajetória específica de crescimento da economia, ou seja:

$$u = \frac{g_y}{g_n} \quad (5)$$

Kaldor diferente de Kalecki ao considera que o crescimento sustentado no longo prazo se dá a partir de um grau de capacidade de utilização em pleno emprego, então a taxa de crescimento do produto ( $g_y$ ) é igual a taxa natural de crescimento, ou seja,  $g_y = g_n \rightarrow u = 1$ . Desta forma, a única maneira de obter equilíbrio entre demanda agregada e produto de pleno emprego, para esta escola de autores, é através de um ajuste da propensão marginal a poupar à taxa de investimento. Esse ajuste é feito através de variações na distribuição de renda. Chegando na taxa de lucro:

$$r = \frac{g_n}{s_\pi} \quad (4.1)$$

A equação (4.1) também conhecida como “Equação de Cambridge” mostra que os trabalhadores não influenciam na determinação da variável, ou seja, esta classe não tem força o suficiente para impactar na variável.



Pasinetti, dá continuidade ao desenvolvimento da teoria introduzindo a discussão de classes de pessoas. Para ele, a distribuição de renda é determinada pelo nível de investimento da economia e a poupança dos capitalistas. Ou seja, no longo prazo nenhuma das variáveis de controle da mão-de-obra causa efeito no modelo. Assim, Pasinetti (1962) parte de uma definição clássica (especialmente marxista), de que a economia é dividida em classes de trabalhadores e capitalistas, tem-se como resultado a equação (5) a qual define o produto, sendo dividido entre salários ( $W$ ) e lucros ( $P$ ):

$$Y = W + P \quad (5)$$

A poupança é a soma das poupanças dos capitalistas ( $S_c$ ) e trabalhadores ( $S_w$ ) onde o primeiro grupo poupa uma fração de seus lucros, e o segundo uma porção fixa da sua renda que é formada por lucros e salários. Logo:

$$S = S_c + S_w \quad (6)$$

$$S_c = s_c P_c \quad (7)$$

$$S_w = s_w (W + P_w) \quad (8)$$

Sendo  $s_c$  a propensão a poupar dos capitalistas e  $P_c$  o lucro dos capitalistas, e  $s_w$  a propensão a poupar dos trabalhadores e  $P_w$  o lucro dos trabalhadores. O lucro total é composto pela soma dos dois lucros:

$$P = P_c + P_w \quad (9)$$

O investimento é suficiente para manter o equilíbrio, de forma que o crescimento populacional e o progresso tecnológico sejam efetivamente realizados.

$$I = S \quad (10)$$

É adicionada uma restrição afim de limitar a validade das formulações matemáticas ao intervalo em que elas têm um significado econômico:

$$1 > s_c > s_w > 0$$



Isso garante que não exista lucro negativo ou zero, e exclui o caso salários nulos ou negativos. De modo a assegurar a existência de uma distribuição de renda e uma taxa de lucro que, no longo prazo, manterá o sistema em equilíbrio.

Substituindo as poupanças das classes em (10):

$$I = s_c P_c + s_w (W + P_w) \quad (10.1)$$

Manipulando a equação (10.1) chega-se em:

$$I = s_c P_c + s_w (Y - P_c - P_w + P_w)$$

$$I = s_c P_c + s_w Y - s_w P_c$$

$$I = P_c (s_c - s_w) + s_w Y \quad (10.2)$$

Isolando  $P_c$  é possível obter a razão da parcela dos lucros dos capitalistas (11) e a distribuição de seus lucros (12):

$$\frac{P_c}{Y} = \frac{1}{(s_c - s_w)} \frac{I}{Y} - \frac{s_w}{(s_c - s_w)} \quad (11)$$

$$\frac{P_c}{K} = \frac{1}{(s_c - s_w)} \frac{I}{K} - \frac{s_w}{(s_c - s_w)} \frac{Y}{K} \quad (12)$$

Onde  $K$  é o estoque de capital. Considerando que o profit-share, o qual mostra como se dá a distribuição de renda, é dado pela soma da parcela dos lucros dos trabalhadores e capitalistas:

$$\frac{P}{K} = \frac{1}{(s_c - s_w)} \frac{I}{K} - \frac{s_w}{(s_c - s_w)} \frac{Y}{K} + \frac{P_w}{K}$$

Sendo que o lucro dos trabalhadores, representado por  $\frac{P_w}{K}$ , é dado pelo rendimento do seu estoque de capital ( $K_w$ ):

$$\frac{K_w}{K} = \frac{S_w}{S} = \frac{s_w (Y - P_c)}{I}$$

$$\frac{K_w}{K} = \frac{s_w s_c}{(s_c - s_w)} \frac{Y}{K} - \frac{s_w}{(s_c - s_w)}$$



Desta forma é possível determinar o *profit-share* e a taxa de lucro da economia, que em condição de equilíbrio de longo prazo apresenta-se em (11.1) e (12.1):

$$\frac{P}{K} = \frac{1}{(s_c - s_w)} \frac{I}{K} - \frac{s_w}{(s_c - s_w)} \frac{Y}{K} + r \frac{K_w}{K}$$

$$\frac{P}{Y} = \frac{1}{s_c - s_w} \frac{I}{Y} - \frac{s_w}{s_c - s_w} + r \left( \frac{s_w s_c}{s_c - s_w} \frac{Y}{I} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \right) \quad (11.1)$$

$$\frac{P}{K} = \frac{1}{s_c - s_w} \frac{I}{K} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \frac{Y}{K} + r \left( \frac{s_w s_c}{s_c - s_w} \frac{K}{I} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \frac{K}{Y} \right) \quad (12.1)$$

Considerando  $\frac{P}{K}$  igual à  $r$  na equação (12.1) e por hipótese tomando  $I - s_w Y \neq 0$ , desta forma a taxa de lucro será positiva, obtém-se os seguintes resultados:

$$\frac{P}{Y} = \frac{1}{s_c} \frac{I}{Y} \quad (11.2)$$

$$\frac{P}{K} = \frac{1}{s_c} \frac{I}{K} \quad (12.2)$$

Isso significa que, no longo prazo, a propensão a poupar dos trabalhadores, não influencia a distribuição de renda por parte das soluções (11.2) e (12.2).

A proporção entre os lucros que cada categoria recebe e a economia que fornece sempre será proporcionalmente a mesma para todas as categorias, como mostra (13):

$$\frac{P_w}{S_w} = \frac{P_c}{S_c} \quad (13)$$

$$s_w W = P_w (s_c - s_w) \quad (14)$$

Ou seja, no longo prazo, quando os trabalhadores pouparam, eles recebem uma quantia de lucros de modo a tornar sua economia total exatamente igual à quantia que os capitalistas teriam economizado dos lucros dos trabalhadores se esses lucros fossem destinados a eles. É possível notar que qualquer que seja a propensão dos trabalhadores a poupar, sempre há uma distribuição de renda e uma distribuição de lucros que tornam  $\frac{P_w}{s_w(W+P_w)} = \frac{P_w}{S_w}$ .





*All this is, after all, a complicated way of saying that, on the part of the workers, the rate of profit is indeterminate. They will always receive, in the long run, an amount of profits proportional to their savings, whatever the rate of profit may be. (PASINETTI, 1962, p. 8)*

Ou seja, os trabalhadores são irrelevantes.

### 3.1 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Economia Fechada e Atividade Governamental

Steedman (1972) expande o modelo de Pasinetti, introduzindo o governo, utilizando-se dos mecanismos de tributação para que se faça transferência de renda a classe mais vulnerável (trabalhadores). Seu modelo toma como pressuposto uma economia fechada onde os trabalhadores recebem salários e lucros (derivados do aluguel de seu estoque de capital) mais uma transferência de renda gerada pelo estado. Por outro lado, a renda dos capitalistas é formada apenas por lucro e para o governo tem-se apenas a arrecadação de impostos. Dessa arrecadação, uma fração da receita é transferida aos trabalhadores e o restante é usado para fins de consumo do estado, o orçamento do governo é sempre equilibrado e o estado não tem dívidas nem ativos produtivos.

A variação do estoque de capital das classes no tempo, deve ser igual à poupança de sua renda líquida:

$$\frac{d}{dt}(K_w) = s_w[(1 - t_1)W + (1 - t_2)rK_w + kG] \quad (15)$$

$$\frac{d}{dt}(K_c) = s_c(1 - t_2)rK_c \quad (16)$$

$$\frac{1}{K_w} \frac{d}{dt}(K_w) = g_n \quad (17)$$

$$\frac{1}{K_c} \frac{d}{dt}(K_c) = g_n \quad (17.1)$$

Onde  $t_1$  é a taxa média e marginal de imposto sobre salário,  $t_2$  a taxa média e marginal de



imposto sobre o lucro ou receita de juros,  $G$  são os gastos do governo,  $k$  a fração da receita do governo paga aos trabalhadores como pagamentos de transferência e  $K_c$  o estoque de capital dos capitalistas.

A partir do resultado (16) e após algumas manipulações algébricas, é possível chegar a taxa bruta de lucro consistente com o crescimento do emprego pleno

$$r = \frac{g_n}{(1 - t_2)s_c} \quad (19)$$

Desta forma, em situação de crescimento a pleno emprego, a taxa de lucro será igual a taxa de juros, e independente dos métodos de produção. Sendo que ela não é influenciada pela tributação dos salários ou pela taxa do imposto sobre compras além de ser uma função crescente da taxa de tributação sobre os lucros. Quando não se leva em conta os impostos,  $r$  é independente dos métodos de produção e de todas as formas de tributação. Assim, a existência de tributação não afeta a taxa líquida de lucro obtida no equilíbrio de Pasinetti ( $g_n/s_c$ ) e, portanto, dependendo apenas da taxa natural de crescimento e da taxa de poupança dos capitalistas.

A tributação, no entanto, afeta a renda disponível dos trabalhadores em um equilíbrio de Pasinetti, onde a única tributação que afeta a Equação de Cambridge é a sob o lucro, não havendo assim, uma resposta da tributação sob salário, o que prova que esta classe não conseguirá deter todo capital como é apresentado por Samuelson e Modigliani no Paradoxo do Pasinetti. No caso mais simples, sem transferências, o resultado de (15), (17) e (19) mostra que a renda disponível dos trabalhadores,  $W_d$ , é dada por:

$$W_d = \frac{(1 - t_1)s_c W}{(s_c - s_w)} \quad (20)$$

Em qualquer nível de emprego, o salário está positivamente relacionado à taxa real de salário que, por sua vez, está inversamente relacionada a taxa de juros. A renda disponível do trabalhador está inversamente relacionada aos tributos sobre salário e lucro, considerando a existência um nível mínimo de  $W_d$ , esse nível é uma função crescente dos impostos sobre compras.



Ao considerar  $\frac{W_d}{W} = 0$  é possível encontrar uma relação linear entre produto-capital (tecnologia) e a taxa de lucro.

$$\frac{Y}{K} = \frac{\{g_n(1 + s_w k t_2) + s_w(1 - k)(t_2 - t_1)r\}}{[s_w(1 + k t_2) - (1 - k)t_1]} \quad (21)$$

*Thus, unless  $k = 1$  or  $t_1 = t_2$ , the existence of taxation means that the non-Pasinetti golden age is not characterised by a unique output-capital ratio which is independent of the profit rate and of the methods of production. While taxation does not affect the nature of a Pasinetti equilibrium, nor even affect the net rate of profit associated with it, it does change the very nature of the non-Pasinetti equilibrium.* (STEEDMAN, 1972, p. 1392)

Assumindo  $k \neq 1$  e

$$(1 - t_2)s_c > \frac{\{1 + k t_2 - (1 - k)t_2\}s_w}{(1 + k t_2 s_w)}$$

A taxa “natural” de crescimento e os métodos de produção disponíveis definirão uma relação entre a razão produto-capital e a taxa bruta de lucro. No caso de  $t_1 \neq t_2$ , uma razão produto-capital fixa pode ser consistente com um equilíbrio não-Pasinetti, e uma relação crescente produto-capital em função da taxa de juros pode ser consistente, para o caso de  $t_2 > t_1$  (STEEDMAN, 1972, p. 1393). Portanto, a existência de certos tributos não afeta os resultados de Pasinetti, e com um orçamento equilibrado, a atividade tributária e de gastos do estado podem permitir o crescimento da *golden age*<sup>9</sup> em condições que, sem a atividade do estado, tornariam impossível o crescimento do pleno emprego de fatores.

### 3.2 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Abertura Comercial e Atividade Governamental

Nas sessões anteriores os modelos Pós-Keynesianos de crescimento econômico e distribuição de renda consideraram como pressuposto um governo com orçamento equilibrado e economia fechada. Fleck e Domenghino (1987) adicionam a hipótese do comércio exterior

<sup>9</sup> Robinson (1962, p. 52), postulou "[...] 'uma idade de ouro' para descrever um crescimento suave e constante com pleno emprego (pretendendo assim indicar sua natureza mítica).".



junto com os impostos.

*Our approach consists simply of enlarging Pasinetti's model with standard textbook-type government activities. After this straightforward operation, we meticulously follow Pasinetti's own algebra, which led him to his "Cambridge equation." Following exactly the same steps, we arrive at a strikingly different result. (FLECK; DOMENGHINO, 1987, p. 24)*

Considerando que o governo cobra impostos indiretos ( $T$ ), essa modificação impacta a renda nacional que agora, será composta por salário, lucros e pelo saldo nas exportações líquidas, representada por  $X \lesseqgtr 0$ . Para o modelo o resultado das exportações líquidas será tratado como renda ou investimento do resto do mundo para a economia doméstica.

$$Y = W + P_w + P_c + T + X \quad (22)$$

$$S = S_w + S_c + S_g \quad (23)$$

O governo gasta sua renda em produtos e serviços, e ao contrário do proposto por Steedman, ele pode atuar não só em situação de orçamento equilibrado, mas também em caso de déficit e superávit. A poupança do governo ( $S_g$ ) é:

$$S_g = s_t T \quad (24)$$

Onde  $s_t$  é a propensão do governo a poupar. Resolvendo as equações para o curto prazo, chega-se em:

$$\frac{P_c}{Y} = \frac{I}{(s_c - s_w)Y} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \left(1 - \frac{X}{Y}\right) - \frac{s_t - s_w}{s_c - s_w} \frac{T}{Y} \quad (25)$$

$$\frac{P_c}{K} = \frac{I}{(s_c - s_w)K} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \left(\frac{Y}{K} - \frac{X}{K}\right) - \frac{s_t - s_w}{s_c - s_w} \frac{T}{K} \quad (26)$$

Em equilíbrio a equação que determina a taxa de lucro e o *profit-share* será:

$$\frac{P}{K} = \frac{I - s_w(Y - X) - (s_t - s_w)T}{s_c[I - s_w(Y - X)] + s_w(s_c - s_t)T} \left(\frac{I}{K}\right) \quad (27.1)$$



$$\frac{P}{Y} = \frac{I - s_w(Y - X) - (s_t - s_w)T}{s_c[I - s_w(Y - X)] + s_w(s_c - s_t)T} \left(\frac{I}{Y}\right) \quad (29)$$

Esses resultados mostram que a propensão a poupar dos trabalhadores impacta a distribuição de renda de longo prazo e a taxa de lucro. Desta forma o teorema Dual de Pasinetti se tornaria inválido quando introduzido o governo. Estes resultados dependem do orçamento do governo e este determina como todos os outros parâmetros afetarão a distribuição de renda, com exceção de  $\frac{I}{Y}$  e  $s_c$ , como indica Fleck e Domenghino (1987).

Em caso de superávit,  $s_t > 0$ , um aumento da propensão a poupar dos trabalhadores irá diminuir a taxa de lucro, a propensão de tributos sobre a nova renda nacional e a propensão a poupar dos trabalhadores, afetando negativamente  $\frac{P}{Y}$ . No caso de déficit,  $s_t < 0$ , um aumento da propensão a poupar dos trabalhadores é seguida por um aumento da taxa de lucro, e uma queda em  $\frac{T}{Y}$  e  $s_w$ , aumentam  $\frac{P}{Y}$ . Estados com superávit mais altos mostram uma maior participação do salário, pois o preço determina a distribuição de renda que mantém o estado estacionário, já em caso de déficits há uma maior participação dos lucros. No entanto, para que o governo opere com déficit isso acontece às custas de uma dívida nacional crescente, que em sistemas balanceados os gastos são supridos pela receita do próprio agente.

O comércio exterior equilibrado não influencia na distribuição de renda. Desta forma Fleck e Domenghino (1987) concluem que os efeitos do comércio exterior na distribuição de renda também dependem do orçamento do governo, e o teorema de Pasinetti é válido apenas para um caso especial, e se torna inválido quando adicionada a suposição de déficit ou superávit (Teorema do Dual).

Dalziel rebate a extensão de Fleck e Domenghino do modelo de Pasinetti. Para ele “[...] *a government surplus has no effect on the rate of profit or the share of total profits in income. [...] a balance of trade surplus unambiguously requires an increase in the profit rate and in the profit share*” (DALZIEL, 1989, p. 649). Considerando a identidade da renda nacional:

$$C + I + G + X \equiv Y \equiv W + P_c + P_w + P_g + T \quad (30)$$

É introduzida a parcela dos lucros do governo ( $P_g$ ), a qual não estava explícita em Fleck e Domenghino, uma vez que estes não consideraram que o governo investe. Esta parcela dos



lucros pode ser positiva, negativa, ou nula, dependendo do orçamento do governo. Para Dalziel (1989), o modelo com economia aberta foi formalizado através da introdução dos investimentos líquidos feito no exterior.

$$S \equiv I + X \quad (31)$$

$$s_w(W + P_w) + s_c P_c + s_g(P_g + T) \equiv I + X \quad (31.1)$$

As manipulações algébricas nos modelos ao longo de todo texto seguem as mesmas pressuposições assumidas por Pasinetti (1962), e com isso chega-se ao *profit-share* dos capitalistas, representado na equação (33).

$$\frac{P_c}{Y} = \frac{I}{s_c - s_w} \frac{I + X}{Y} - \frac{s_g - s_w}{s_c - s_w} \frac{P_g + T}{Y} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \quad (32)$$

$$\frac{P_c}{K} = \frac{I}{s_c - s_w} \frac{I + X}{K} - \frac{s_g - s_w}{s_c - s_w} \frac{P_g + T}{K} - \frac{s_w}{s_c - s_w} \frac{Y}{K} \quad (33)$$

Para obter  $\frac{P}{K}$  basta adicionar  $\frac{P_c + P_g}{K}$  e assumir que  $s_c - s_w \neq 0$  e  $[I + X - (s_c - s_w)(P_g + T) - s_w Y] \neq 0$  chegando em

$$\frac{P}{K} = \frac{I}{s_c} \frac{I + X}{K} \quad (34)$$

$$\frac{P}{Y} = \frac{I}{s_c} \frac{I + X}{Y} \quad (35)$$

*[...] it is clear that Pasinetti's (1962) results still holds in a four-sector model, with the slight adjustment that the share of GDP devoted to net exports must also be included. The adjustment is required because in a four-sector model total net investment by the economy is given by (I + X) i.e. domestic (I) plus net overseas (X) investment. However, the budget surplus or deficit remains irrelevant, as does the workers propensity to save. (DALZIEL, 1989, p. 651-652)*

Segundo Pasinetti (1962), se houver no sistema uma classe que derive todas as suas



rendas exclusivamente dos lucros, como é o caso dos capitalistas, a poupança desse grupo será suficiente para manter o sistema em equilíbrio. Essa afirmação continua válida quando o governo opera com déficits ou superávits orçamentários. Assim, os capitalistas manterão o equilíbrio, uma vez que são eles que definem a taxa de juros e o *profit-share*. Porém, diferente dos modelos anteriores, as exportações líquidas agora devem ser levadas em consideração, uma vez que elas influenciam na determinação da taxa de lucro e do *profit-share*. Reorganizando a equação da taxa de lucro, é possível concluir que:

$$\frac{W}{Y} = I - \frac{I}{s_c} \frac{I + X}{Y} - \frac{T}{Y} \quad (36)$$

Assim a parcela da renda destinada aos salários diminuirá caso as exportações líquidas aumentarem, parte do investimento aumenta, a propensão dos capitalistas a poupar diminui ou caso a parte dos impostos aumente. Isso ocorre quando é necessário financiar o aumento das despesas do governo, já que déficits orçamentários contínuos não são viáveis a longo prazo.

### 3.3 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Abertura Comercial, Atividade Governamental e Orçamento Desequilibrado

Pasinetti (1989) propõem uma extensão a teoria de lucro e distribuição de Kaldor, introduzindo os problemas da tributação e despesas governamentais. Para isso o autor inicia o modelo modificando a forma básica da renda nacional ao adicionar os gastos do governo ao consumo e investimento.

$$Y = C + I + G = W + P_w + P_c \quad (37)$$

As hipóteses de investimento autônomo e equilibrado, além do consumo sendo o que resta da propensão a poupar e  $0 < s_w < s_c \leq 1$  foram mantidas. Os gastos do governo podem ser positivos, negativos ou zero, por hipótese, dependendo da sua propensão a poupar, a qual também pode ser positiva, negativa ou nula

$$G = (1 - s_t)T \quad (38)$$

O imposto sobre consumo ( $t_c$ ) está entre 0 e 1, sendo a receita total do governo proveniente da tributação, a qual é representada pela soma da tributação sobre salários, com a tributação do lucro das classes, e a tributação do consumo



$$\begin{aligned}
 T &= t_1W + t_2P_w + t_2P_c \\
 &\quad + t_c[(1 - s_w)(1 - t_1)W + (1 - s_w)(1 - t_2)P_w + (1 - s_c)(1 - t_2)P_c \\
 &\quad + G](39)
 \end{aligned}$$

Substituindo (38) em (39).

$$\begin{aligned}
 T &= \alpha\{t_1W + t_2P_w + t_2P_c \\
 &\quad + t_c[(1 - s_w)(1 - t_1)W + (1 - s_w)(1 - t_2)P_w \\
 &\quad + (1 - s_c)(1 - t_2)P_c]\} (39.1)
 \end{aligned}$$

$$\alpha = \frac{1}{[1 - t_c(1 - s_t)]} (40)$$

A economia global será a soma todas as poupanças.

$$S_w = s_w(W + P_w + t_1W + t_2P_w) (41)$$

$$S_c = s_c(P_c - t_2P_c) (42)$$

$$S_g = s_gT (43)$$

$$S = S_w + S_c + S_g (44)$$

Desta forma, a poupança global será representada por uma parcela de salários e lucro de ambas as classes

$$\begin{aligned}
 S &= W\{s_w(1 - t_1) + s_t\alpha[t_1 + t_c(1 - s_w)(1 - t_1)]\} \\
 &\quad + P_w\{s_w(1 - t_2) + s_t\alpha[t_2 + t_c(1 - s_w)(1 - t_2)]\} \\
 &\quad + P_c\{s_c(1 - t_2) + s_t\alpha[t_2 + t_c(1 - s_c)(1 - t_2)]\} (44.1)
 \end{aligned}$$

Em situação de orçamento equilibrado, as despesas do governo são cobertas pelos impostos, dessa forma  $G = T$ , logo a propensão do governo a poupar será zero, então a poupança global agora será dada por

$$S = W[s_w(1 - t_1)] + P_w[s_w(1 - t_c) + P_c[s_c(1 - t_2)]] (44.2)$$

Ao assumir que a taxa de juros é independente das classes,





$$\frac{S_w}{K_w} = \frac{S_c}{K_c} = \frac{S}{K}$$

$$I = S$$

Pasinetti (1962) chega na equação de Cambridge, onde a taxa de lucro de longo prazo é determinada pela taxa natural de crescimento dividida pela propensão capitalista a poupar.

$$\frac{P}{K} = r = \frac{g_n}{s_c(1 - t_c)} \quad (45)$$

Desta forma os impostos sobre salários e lucros fazem com que as propensões a poupar das duas classes sejam diferentes. A relação capital-produto não é mais independente da taxa de lucro, todos os impostos são transferidos do lucro para o salário, sendo que o lucro deve ser suficientemente alto para produzir a poupança necessária para sustentar o investimento.

Em situação de déficit governamental:

$$r = \frac{g_n}{s_c'} \quad (45.2)$$

Onde  $s_c'$  é a propensão a poupar dos capitalistas corrigida pelos efeitos dos impostos e das despesas governamentais. Desta forma o salário se torna mais vulnerável. Se os trabalhadores receberem todos os lucros, os capitalistas serão extintos do sistema, para isso a poupança destes tem que ser suficientemente alta para compensar o déficit orçamentário, ou seja, os trabalhadores serão prejudicados em dobro. Para os capitalistas haverá um aumento dos lucros para compensar a destruição da poupança do governo. Essa destruição pode ser compensada de duas formas, por meio do financiamento monetário, ou financiamento da dívida. No primeiro caso, o governo imprime papel moeda possibilitando que compre mais ativos do que se tivesse arrecadado apenas com os impostos. A segunda opção, quando opta pelo financiamento da dívida, o governo emitirá certificados de crédito como taxa de juros da dívida.

Levando em consideração que os agentes, em modelos agregados, buscam maximizar o seu bem estar, eles adaptaram sua poupança para compensar os impostos ou dívidas do



governo. Sendo assim as duas formas de financiar o déficit tem o mesmo efeito sobre o contribuinte, de modo que os trabalhadores optarão por ajustar a parcela da renda dos salários, a fim de garantir que a economia agregada seja suficiente para financiar o nível de investimento necessário para manter o pleno emprego. Ou seja, a propensão a poupar dos trabalhadores continua sendo irrelevante. Consequentemente, o modelo e os resultados de Pasinetti avançam consideravelmente em explicar uma economia capitalista moderna com déficits orçamentários do governo.

Desta forma, Pasinetti (1989) conclui que o teorema de Cambridge permanece valido, seja em situação de orçamento equilibrado, ou não, em ambos os casos, a fórmula usual  $\frac{g_n}{s_c}$  determina o lucro líquido da tributação. Sob condições de déficit coberto pela dívida pública os mesmos efeitos da tributação direta são vistos, evidenciando um certo tipo de “equivalência ricardiana”, ou seja, a taxa de juros sobre certificados de dívida pública é igual à taxa de juros dos empréstimos privados, que por sua vez é igual à taxa de lucros no sistema econômico como um todo. Desta forma a dívida pública ou os impostos acabam tendo os mesmos impactos sobre os contribuintes, assim como a taxa de lucro a longo prazo, líquido de impostos e gastos deficitários.

Assim, Pasinetti (1989) mostrou que a validade do teorema de Cambridge estende-se ao caso de déficit governamental, desde que a equivalência ricardiana seja válida. Denicolò e Matteuzzi (1990), no entanto, mostram que o teorema se mantém válido sem a suposição de equivalência ricardiana, se a taxa de lucro líquida estiver definida de forma adequada.

No modelo desenvolvido pelos autores, como a taxa líquida de retorno sobre a riqueza dos capitalistas não é afetada, fica claro que todo o ônus da tributação e da dívida pública recai sobre os trabalhadores, desta forma a taxa natural de crescimento e a propensão a poupar dos capitalistas determinam a taxa líquida de retorno da riqueza dos capitalistas, a qual é totalmente independente de políticas fiscais.

Porém nem todos os autores concordam com o resultado de Denicolò e Matteuzzi. Para Fleck e Domenghino (1990) a atividade do governo invalida o teorema de Cambridge. Em seu modelo é adotada a premissa de um governo que atua de maneira semelhante aos capitalistas, assim as rendas que o governo acumula com suas poupanças ou investimentos são poupadas ou reinvestidas da mesma maneira que as dos capitalistas fazem. Os autores também deixam



de lado a hipótese do comércio exterior, uma vez que sua análise não traz resultados impactantes os quais ainda não tenham sido alcançados em outras partes do modelo.

A suposição do governo pode ser explicitada nas seguintes equações, sendo que a soma das poupanças deste agente é resultante da parcela de lucros de capitalistas privados ( $P_{cp}$ ), e do lucro do governo, quando esse age como acionista ( $P_{cg}$ ).

$$S_g = s_t T + s_c P_{cg} \quad (57)$$

$$S_c = s_c (P_{cg} + P_{cp}) \quad (58)$$

Desta forma o governo economiza com a propensão a poupar do lucro dos capitalistas, já que os mecanismos de retenção de lucros exigem esse comportamento de poupança, e com parte dos seus tributos. Desenvolvida as equações, é possível chegar em:

$$\frac{P_{cp} + P_{cg}}{Y} = \frac{1}{s_c - s_w} \frac{I}{Y} - \frac{s_w}{s_c - s_w} - \frac{s_g - s_w T}{s_c - s_w Y} = \frac{P_c}{Y} \quad (59)$$

*The vast majority of profits are generated in publicly held companies. [...] retention policies have a decisive influence on the savings propensities of the "capitalists," whoever they may be private "capitalists," other companies, banks, or the government. (FLECK; DOMENGHINO, 1990, p. 490)*

Portando ao trazer mais realidade ao modelo, tratando o governo como um acionista, o qual gasta moeda derivado de uma fonte de renda, ou seja, impostos indiretos, é importante lembrar que estas variáveis não devem ser eliminadas por manipulações algébricas, uma vez que o modelo trata de um sistema que visa analisar os efeitos do governo e da tributação, a qual embora seja determinada exogenamente, fornece interessantes resultados. Desta forma é possível concluir que *"Pasinetti's "Cambridge Theorem" holds in a system without government, but breaks down as soon as this initially legitimate abstraction from the real world is removed."* (FLECK; DOMENGHINO, 1990, p. 496).



### 3.4 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Abertura Comercial, Atividade Governamental e Fluxos de Juros

Dalziel (1991a) estende o modelo proposto por Pasinetti em 1989, incorporando um tratamento dos fluxos de juros entre o governo e os detentores de títulos de dívida pública, generalizando a forma com que o imposto indireto é tratado para incluir um imposto sobre a compra de bens de capital. Isso permite que o Teorema da Equivalência Ricardiana seja modificada de forma a confirmar a conclusão de Pasinetti.

São feitas três suposições no modelo: é adotada uma taxa de imposto sobre bens de investimento ( $t_k$ ) menor que a taxa sobre bens de consumo ( $t_c$ ), o multiplicador de tributação,  $\beta$ , deve ser positivo quando o governo quebra e a última suposição é a condição necessária para garantir o pleno emprego.

Suposição 1:  $0 \leq t_k \leq t_c < 1$

Suposição 2:  $\frac{(1-t_c)}{t_k-t_c} < s_g \leq 0 \leq s_w < s_c \leq 1$

Suposição 3:  $s_{c,w} > v g_n$ .

Em situação de déficit orçamentário no estado estacionário, este será financiado pela criação da dívida pública, assim os trabalhadores e capitalistas receberão juros sobre a dívida. Esses pagamentos e recebimentos de juros são cancelados nas contas nacionais, mas é provável que modifique o comportamento de poupança das três classes da economia, governo, trabalhadores e capitalistas. Se a dívida pública ( $D$ ) for mantida por trabalhadores,  $A_w$ , e capitalistas,  $A_c$ , e os juros sobre a dívida for igual à taxa de lucro sobre o capital, então:

$$D = A_w + A_c \quad (60)$$

$$R_w = rA_w \quad (61)$$

$$R_c = rA_c \quad (62)$$

$$R_g = -rD \quad (63)$$

Sendo  $R_i$  os juros recebidos pelo dono de certificados da dívida pública  $i = c, w, g$  para



capitalistas, trabalhadores e governo, respectivamente. Modificando a equação da renda nacional de forma a incluir esses juros que as classes irão receber quando investirem na dívida pública e a tributação indireta recebida pelo governo ( $T_i$ ):

$$Y = W + P_c + P_w + P_g + (R_w + R_c + R_g) + T_i \quad (64)$$

Como o comportamento de poupança de cada classe depende de sua propensão a poupar com sua renda disponível, as poupanças serão expressas como:

$$S_w = s_w[(1 - t_1)W + (1 - t_2)P_w] + \sigma_w(1 - t_2)R_w \quad (65)$$

$$S_c = s_c[(1 - t_2)P_c] + \sigma_c(1 - t_2)R_c \quad (66)$$

$$S_g = s_g T' + \sigma_g(1 - t_2)rD \quad (67)$$

Onde  $\sigma_i$  é a propensão a poupar dos juros,  $i = c, w, g$  para capitalistas, trabalhadores e governo, respectivamente e  $T'$  a tributação total, excluindo impostos indiretos sobre recebimento de juros. Sendo a poupança global é formada pela soma das poupanças das três categorias, assim como mostrado na equação (68):

$$\begin{aligned} S = & s_w\{(1 - t_1) + s_g\beta[t_1 + (1 - t_1)(s_w t_k + (1 - s_w)t_c)]\}W \\ & + \{s_w(1 - t_2) + s_g\beta[t_2 + (1 - t_2)(s_w t_k + (1 - s_w)t_c)]\}P_w \\ & + \{[s_c(1 - t_2)s_g\beta[t_2 + (1 - t_2)(s_c t_k + (1 - s_c)t_c)]\}P_c \\ & + \{(\sigma_w - \sigma_g) + s_g\beta[(\sigma_w - \sigma_g)(t_k - t_c)]\}(1 - t_2)R_w \\ & + \{(\sigma_c - \sigma_g) + s_g\beta[(\sigma_c - \sigma_g)(t_k - t_c)]\}(1 - t_2)R_c \quad (68) \end{aligned}$$

A nova equação da poupança (68) se difere da de Pasinetti pois introduz um imposto indireto sobre bens de capital, e incorporando os efeitos dos pagamentos de juros sobre a poupança. O fator importante aqui é a diferença entre a propensão do governo a poupar os pagamentos de juros, o qual reflete o impacto direto na poupança devido as diferentes propensões a poupar os recebimentos de juros, resultado do impacto indireto das mudanças na receita tributária. Para isso o imposto indireto sobre o consumo deve ser diferente do imposto indireto sobre as despesas de investimento.

Corrigindo as propensões a poupar pelos efeitos de impostos e despesas



governamentais:

$$s'_{ww} = s_w(1 - t_1) + s_t\beta[t_1 + (1 - t_1)(s_w t_k + (1 - s_w)t_c] \quad (69)$$

$$s'_{wp} = s_w(1 - t_2) + s_t\beta[t_2 + (1 - t_2)(s_w t_k(1 - s_w)t_c] \quad (70)$$

$$s'_c = s_c(1 - t_2) + s_t\beta[t_2 + (1 - t_2)(s_c t_k(1 - s_c)t_c] \quad (71)$$

A equação (69) é a propensão a poupar salário dos trabalhadores corrigida pelos efeitos dos impostos e das despesas governamentais, a (70) a propensão a poupar lucro dos trabalhadores corrigida pelos efeitos dos impostos e das despesas governamentais e a (80) propensão a poupar dos capitalistas corrigida pelos efeitos dos impostos e das despesas governamentais.

Considerando  $t_k = 0$ :

$$S = s'_{ww}W + s'_{wp}P_w + s'_cP_c + (\sigma_w - \sigma_g)\beta(1 - t_c)(1 - t_2)R_w \\ + (\sigma_c - \sigma_g)\beta(1 - t_c)(1 - t_2)R_c \quad (68.1)$$

Esta equação se iguala a  $S = s'_{ww}W + s'_{wc}P_w + s'_cP_c$  se:  $R_w = R_c = 0$  ou  $\sigma_w = \sigma_c = \sigma_g$ , isso significa que o governo não deve emitir dívida, mas sim financiar déficits no estado estacionário através da emissão de moeda, o que causará inflação,  $\rho$ , assim:

$$(1 + \rho) = \frac{S_w + S_c}{S} \quad (72)$$

A equação de Cambridge irá se tornar

$$r = \frac{(1 + \rho)}{(1 - t_2)s_c} g_n \quad (74)$$

O lado esquerdo da equação (74) mostra a taxa real de retorno do capital após impostos diretos e inflação, é determinada pela propensão dos capitalistas a poupar e pela taxa de crescimento natural da população, reafirmando do resultado de Steedman, só que agora levando em conta os efeitos da inflação. Se o governo aumentar sua participação nos rendimentos através da tributação do capital ou do imposto inflacionário, será o salário quem irá suportar os prejuízos do ajuste para manter o pleno emprego.

Caso o governo opte por financiar o seu déficit a partir da emissão de certificados da



dívida pública, sua poupança irá se tornar:

$$S_g = s_g T' - \sigma_g (1 - t_2) r D \quad (67.1)$$

Assim o déficit bruto será afetado pelos pagamentos de juros. Caso a propensão a poupar juros,  $\sigma$ , seja positiva, trabalhadores e capitalistas pouparão uma quantia equivalente para compensar seu novo imposto. E a taxa de juros se modificará.

$$r = \frac{g_n}{s_c'} \quad (74.2)$$

O resultado obtido em (74.2) confirmam a generalidade da Equação de Cambridge, uma vez que a sua essência não foi alterada, já que os trabalhadores continuam irrelevantes para a determinação da taxa de juros do sistema. Portanto para o autor, o Teorema de Cambridge é extremamente forte.

Dalziel (1991a) então faz duas observações sobre o Teorema da Equivalência Ricardiana no contexto deste modelo. Primeiro, em tempos normais, os indivíduos não ficam indiferentes entre manter suas economias com capital e com certificados de dívida, uma vez que a destruição da poupança pelo governo envolve uma perda real para os cidadãos da economia. Segundo a interpretação da dívida pública como tributação adiada não é muito realista em um modelo de estado estacionário, como este, no qual todas as variáveis devem crescer de forma constante e indefinida.

Porém os déficits no estado estacionário não é uma situação impossível, para isso o governo irá operar com o orçamento negativo estável financiado pela venda de certificados da dívida pública, o qual será comprado por voluntários. Os títulos aqui serão tratados como substitutos perfeitos da poupança, e não há diferença entre propensão a poupar receitas de juros e propensão a poupar de outras rendas.

Ao assumir que o pagamento de juros reduz o déficit do governo, a poupança do governo garante que o crescimento da dívida pública será estável, de tal forma que está agora será definida por:

$$S_g = s_g (T - rD) \quad (67.2)$$



Isso irá modificar a taxa de juros, que agora será dada pela equação (74.3), onde  $\pi_c$  representa a receita de juros para capitalistas:

$$r = \frac{P_c}{K_c} = \frac{\pi_c}{K_c + A_c} \quad (74.3)$$

Chegando à equação de Cambridge prevista por Steedman, só que agora considerando o déficit orçamentário, esse mecanismo é o mesmo descrito por Pasinetti ao considerar que o retorno da poupança deve ser o mesmo para todas as classes. Como os capitalistas recebem toda a sua renda com a poupança, sua propensão a poupar após os impostos irão determinar o retorno à economia para toda as classes.

Caso os impostos de bens de consumo forem definidos à mesma taxa que o impostos sobre bens de investimento,  $t_i = t_c = t_k$ , o multiplicador tributário se tornará a proporção da renda nacional a preços de mercado, e as receitas tributárias do governo líquida de impostos direto sobre juros será:

$$T = \left[ \frac{(t_1 + t_i)}{(1 - t_i)} \right] W + \left[ \frac{(t_2 + t_i)}{(1 - t_i)} \right] (P_w + P_c) \quad (75)$$

Os efeitos fundamentais de tributação e pagamentos de juros da dívida pública sobre poupança é menor na medida em que a propensão do governo a poupar impostos é menor do que a das classes, a economia extra devida à transferência de juros do governo para os trabalhadores e capitalistas compensa esse efeito. Além disso, todos os impostos veem do lucro e do salário. Se o governo decidir operar com déficit financiado pela emissão de títulos do governo ou optar pela monetização dos déficits, a taxa de juros continuará a mesmo obtida no teorema de Cambridge, tais resultados confirmam a vulnerabilidade do salário. *“Thus, the Cambridge Theorem is able to provide fundamental insights into the income distribution conflicts which result in acceleration inflation or unemployment in modern capitalist economies.”* (DALZIEL, 1991a, p. 299)

Assim, para que o Teorema de Cambridge de Pasinetti seja um resultado extraordinariamente forte e geral, é necessário que certas condições de existência sejam atendidas. As hipóteses da taxa de lucro de Pasinetti é mantida, garantindo que não haja discriminação baseada em quem possui capital, a participação de cada classe no capital social





deve ser proporcional à sua participação na poupança, sendo que a poupança capitalista deve ser uma proporção constante dos lucros capitalistas, assim como a hipótese da igualdade entre economia total e investimento, para manter o equilíbrio. Note que não são necessárias suposições sobre o comportamento da poupança do governo ou dos trabalhadores, desta forma o autor garante que equação de Cambridge se manterá.

Fleck e Domenghino (1990) fazem algumas modificações no modelo neste modelo, uma vez que a suposição de que governo age de maneira semelhante aos capitalistas em relação a sua propensão poupar lucros é contraditória e sua explicação é incompleta, uma vez que a função de poupança do governo é incompatível com a presença de uma classe capitalista. A nova na equação de Cambridge é:

$$\frac{P}{K} = \left[ \frac{1}{s_c + s_T \left( \frac{T}{P_c} \right)} \right] \frac{I}{K} \quad (79)$$

Assim, Fleck e Domenghino (1990) assumiram que a proporção de capital não pertencente aos trabalhadores deve ser igual à proporção de poupança dos capitalistas e do governo, incluindo a economia do governo sem tributação. Porém Dalziel (1991b) conclui que caso o governo tivesse a mesma propensão que os capitalistas de poupar nos lucros significa que os capitalistas não poderiam existir em estado estacionário, uma vez poupariam a mesma proporção de sua receita e receitas tributárias. Dalziel (1991b) então conclui que no caso de modelos com muitos grupos apenas a propensão a poupar do grupo mais econômico deve ser levada em consideração na formulação do Teorema de Cambridge para uma economia com atividade governamental. O que significa que os capitalistas ditam o ritmo da acumulação de capital. Portanto se houver mobilidade de capital suficiente para garantir a uniformidade da taxa de retorno de todo o capital, e os capitalistas forem a categoria mais econômica, a taxa de lucro resultante será sempre igual à razão entre a taxa natural de crescimento e a propensão líquida dos capitalistas a poupar.

### **3.5 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Abertura Comercial, Atividade Governamental e Poupança do Governo**

O modelo desenvolvido por Araújo (1992-1993) assume a hipótese de um governo com permissão para poupar, ele deve ter um estoque positivo, ou negativo de riqueza



associado com lucros positivos ou negativos. Sendo o déficit orçamentário sustentado pelo aumento da tributação dos trabalhadores e capitalistas. A introdução da quarta varável endógena  $K_g$  representando o estoque de capital do governo fornece a função de poupança do governo.

$$S_g = s_g [t_1 W + t_2 r(K_w + K_c) + r K_g] \quad (80)$$

Assim não existe tributação indireta e os lucros do governo não são tributados, chegando na equação de Cambridge onde:

$$r = \frac{g_n}{s_c(1 - t_2)} \quad (81)$$

Desta forma um déficit ou superávit orçamentário não afeta a taxa de juros, porém modifica a distribuição de renda.

$$\left(\frac{K_c}{K}\right)^* = \frac{s_g [t_1 s_c(1 - t_2) + (t_2 - t_1) g_n v']}{(1 - t_2)(s_c - s_g) g_n v'} \quad (82)$$

Sendo  $v'$  o coeficiente de endividamento mais serviço da dívida em relação à renda. Ou seja, a distribuição de renda a longo prazo será estável se a propensão líquida dos capitalistas a poupar for positiva, de modo que a divisão entre salários e lucros não é afetada em caso de déficits ou superávits sustentados, confirmando a generalidade do teorema de Cambridge. Por outro lado, a distribuição de riqueza entre capitalistas e governo depende do valor de  $s_g$ , portanto, déficits e superávits afetam  $\frac{K_c}{K}$  e  $\frac{K_g}{K}$ .

Considerando a função de poupança em (80), isolando  $K_g$ , dividindo por  $K$  e considerando as devidas relações variáveis, obtemos:

$$\left(\frac{K_g}{K}\right)^* = \frac{s_g [t_1 s_c(1 - t_2) + (t_2 - t_1) g_n v']}{t_2 (s_g - s_c) g_n v'} \quad (83)$$

A participação do capital do governo pode ser positiva, negativa, ou nula assim como  $s_g$ , ou seja, um déficit orçamentário leva a um valor de equilíbrio positivo de  $K_g$ , um resultado consistente é obtido quando  $s_g > 0$  e  $s_g > s'_c$ . De qualquer forma Araújo (1992-1993) conclui que a abordagem de Kaldor-Pasinetti a uma economia com atividade governamental parece



ser estritamente válida sob a suposição de que o governo tem uma taxa de poupança única, desta forma o Teorema de Cambridge se mante válido.

Ao desenvolver um modelo de base Kaleckiano de demanda agregada que inclui o endividamento interno e o crescimento da população, Palley (1996) supõe a existência de duas classes, sendo que apenas os capitalistas economizam. Ambos têm perfis de consumo bem definidos, e seguem as restrições orçamentárias ao longo da vida, assim o modelo é de caráter intertemporal. O modelo pode ser reduzido a uma única equação:

$$N_2 = \frac{I}{L}$$

$$L = \left[ (a + w)(2 + g) \left( 1 - \frac{c_1 + c_2}{2} \right) - \frac{(c_1 + c_2)ib}{2} - (g - i)b \right] > 0$$

$$N_2 = \frac{I}{\left[ (a + w)(2 + g) \left( 1 - \frac{c_1 + c_2}{2} \right) - \frac{(c_1 + c_2)ib}{2} - (g - i)b \right]} \quad (88.1)$$

Onde  $N_2$  é o número de trabalhadores idosos empregados,  $L$  são os empréstimos,  $a$  é o coeficiente da função de produção,  $w$  é a taxa salarial,  $g$  a taxa de crescimento da força de trabalho,  $c_1$  representa a Propensão a consumir dos capitalistas jovens,  $c_2$  representa a Propensão a consumir dos capitalistas idosos,  $i$  representa a taxa de juros da dívida,  $b$  são os empréstimos por trabalhador.

Segundo Palley (1996, p.468) é possível concluir que aumentos no nível de gastos autônomos, investimentos, propensão capitalistas a consumir salários, aumentam o emprego, enquanto aumentos no nível de produtividade do trabalho e na taxa de juros, diminuem o emprego. A demanda agregada também será reduzida como consequência de maiores transferências de renda dos trabalhadores para os capitalistas, e uma redução dos empréstimos. O empréstimo do trabalhador é limitado à relação dívida, serviço da dívida e receita salarial. Reorganizando e substituindo os rendimentos:

$$N_2 = \frac{I}{(a + w)(2 + g) \left( 1 - \frac{c_1 + c_2}{2} \right) - \frac{(c_1 + c_2)iv'w}{2(1 + i)} - \frac{(g - i)v'w}{1 + i}} \quad (88.2)$$



Agora, as mudanças salariais têm efeito direto e positivo no consumo de jovens trabalhadores, um efeito indireto e positivo no consumo capitalista. Essas variações são decorrentes do aumento da renda do serviço da dívida e um efeito negativo no consumo de trabalhadores mais velhos devido a maiores serviços e pagamentos da dívida.

Considerando que os trabalhadores tenham economias positivas, isso significa que eles são detentores de uma fração do capital social, esta parte deve ser igual à parcela da poupança total.

$$P = P_1 + P_2 + P_w \quad (89.1)$$

$$K = K_1 + K_2 + K_w \quad (91)$$

Onde  $P_1$  e  $P_2$  são as partes do lucro paga aos capitalistas jovens e idosos respectivamente e  $K_1$  e  $K_2$  as partes do estoque de capital dos capitalistas jovens e idosos. Como a poupança dos capitalistas deve se igualar à parcela de investimento que estes financiam, onde essa parcela é igual à parcela dos lucros, isso é, a poupança dos capitalistas é a soma de sua poupança quando jovem ( $S_1$ ) e quando idoso ( $S_2$ ):

$$(z_1 + z_2)I = S_1 + S_2 \quad (92)$$

$$S_i = s_i z_i (P + iB) \quad i = 1, 2 \quad (93)$$

Sendo  $z_i$  Participação acionária de cada geração e  $s$  a propensão a poupar de cada geração, ou seja, cada geração capitalista poupa uma parcela do seu lucro total. A taxa de juros pode ser definida como:

$$\frac{P}{K} = \frac{(z_1 + z_2)I}{(s_1 z_1 + s_2 z_2)K} - \frac{iv'wqN}{(1+i)(2+g)K} \quad (95)$$

Essa é a equação de Cambridge, modificadas para estudar os diferentes comportamentos dos capitalistas e o impacto da dívida interna. A partir da equação (95) é possível notar que o empréstimo dos trabalhadores ( $q$ ) e o número total de trabalhadores ( $N$ ) afetam a taxa de lucro e participação nos lucros.

*The significant feature about the solution is that it depends on the parameters  $g$ ,  $v$ , and  $q$ . Moreover, the parameters  $v$  and  $q$  relate to*



*the consumption behaviour of the young generation workers, and this implies that the consumption behaviour of workers (and therefore their saving behaviour as a class) is relevant to determination of the profit rate and profit share. (PALLEY, 1996, p. 472)<sup>10</sup>*

Portanto, o aumento da dívida interna aumenta a renda que os capitalistas recebem na forma de serviço da dívida. Ou seja, o nível de lucros deve se ajustar para baixo para garantir que a economia capitalista da renda total permaneça igual à parcela do investimento que eles precisam financiar, resultando em maiores transferências de renda dos trabalhadores para os capitalistas. Isso se traduz em uma redução na taxa de lucro e na taxa de juros para preservar o equilíbrio entre poupança e investimento.

### **3.6 Modelos de Crescimento Econômico e Distribuição de Renda: Abertura Comercial, Atividade Governamental, Moeda e Inflação**

Ao estender a análise a uma economia monetária, surgem novas preocupações com a mudança de estoques monetários e inflação.

*Once steady-state inflation is introduced into the analysis, this gives rise to an inflation tax effect requiring that agents steadily augment their nominal money balances to maintain their steady-state real balances, and this affects savings. If the distribution of money holdings depends upon relative consumption shares, then the saving propensity of workers affects the distribution of the burden of the inflation tax, thereby affecting the determination of the steady-state income distribution. (PALLEY, 1997, p. 634)*

O modelo de Palley (1997) se inicia com uma derivação do teorema de Cambridge com capital e títulos. O estoque agregado de títulos ( $B'$ ) é a soma do estoque agregado de títulos dos trabalhadores ( $B'_w$ ) e dos capitalistas ( $B'_c$ ) e a soma das participações acionárias dos trabalhadores ( $z_w$ ) e dos capitalistas ( $z_c$ ) soma 1:

$$B' = B'_w + B'_c \quad (97)$$

---

<sup>10</sup> v foi chamado de v' no texto.



$$\frac{K_i + B'_i}{K + B'} = \frac{P_i + iB'_i}{P + B'} = \frac{S_i}{S} = z_i, \text{ com } i = w, c \quad (100)$$

$$1 = z_w + z_c \quad (101)$$

A renda dos capitalistas deriva dos lucros e juros da dívida do governo, isso implica que:

$$z_c[I + D] = s_c(1 - t'_p)(P_c + iB'_c) \quad (102)$$

Onde  $t'_p$  é a taxa de imposto sobre os lucros. Em situação de Estado Estacionário:

$$\frac{I}{K} = \frac{D}{B'} = g_y \quad (103)$$

Com  $g_y$  representando a taxa de crescimento do produto. Substituindo as equações chega-se em:

$$\frac{P}{K} = \frac{I}{s_c(1 - t'_p)K} \quad (104)$$

Ou seja, o lucro bruto e a receita de juros se ajustam de modo que a renda após os impostos dos capitalistas seja suficiente para garantir o financiamento, assim os impostos são sempre desviados dos lucros para os salários.

Para concluir a análise para uma economia monetária Palley (1997) introduz preços ao modelo, com isso surge uma distinção entre renda nominal e renda real, a primeira pode ser decomposta em preços ( $p$ ) e produção real ( $y$ ), ou pelo estoque total de moeda ( $M$ ) e a velocidade em que ele circula ( $V$ ), a qual deve ser constante.

$$Y = py = MV \quad (105)$$

Como as reservas de moeda são distribuídas de acordo com as participações de consumo relativo, os capitalistas devem poupar uma quantia suficiente para financiar sua parcela de investimento, enquanto os agentes devem usar parte de sua renda para aumentar seus saldos monetários nominais, a fim de manter seus saldos reais no estado estacionário.



$$\frac{P}{K} = \frac{I}{\frac{s_c(1 - t_p')K + t_p}{s_c(1 - t_p')z_cK}} \quad (104.1)$$

Onde o termo  $t_p$  representa o imposto inflacionário pago pelo capitalista.

Se o imposto sobre a inflação for positivo, isso implica que tanto a taxa de lucro quanto a participação nos lucros serão maiores do que o caso sem inflação, já que agora os capitalistas devem usar parte de sua renda para restaurar seus saldos em moeda e, portanto, exigem uma taxa de lucro e participação nos lucros mais altas para financiar sua parcela de investimento. A inflação gerada pela monetização do déficit é benéfica aos lucros, desta forma ele é repassado aos trabalhadores por meio de uma taxa de lucro e participação nos lucros mais altas. Ou seja, o comportamento dos trabalhadores é importante para a determinação da taxa de lucro e da participação nos lucros no estado estacionário. Isso acontece dado que o comportamento dos trabalhadores influencia a distribuição das reservas monetárias e, conseqüentemente, o peso do imposto inflacionário.

Outro meio de monetizar o déficit é usar financiamento misto de títulos e moeda, onde a proporção de financiamento monetário é direcionada para manter os preços constantes, assim:

$$\frac{P}{K} = \frac{I}{s_c(1 - t_p')K} \quad (104.2)$$

Isso revela que o teorema de Cambridge pode ser visto como um caso especial para uma economia monetária sob condições de preço fixo, evitando mudanças no valor dos saldos reais, que por sua vez afetam a capacidade dos capitalistas de financiar sua parcela de investimento.

Caso os preços não sejam fixos existirá um efeito de receita de juros, já que o estoque de títulos será diferente de zero, também existe um efeito de imposto sobre a inflação porque o nível de preços varia. O que torna necessário diferenciar a taxa de lucro sobre o capital e a taxa de juros nominal paga em títulos do governo. Nesse caso, a taxa de juros nominal ( $i$ ) deve considerar a inflação ( $\rho$ ), e é dada por:



$$i = \frac{P}{K} + \rho \quad (107)$$

Assim, a nova equação de Cambridge deve incluir os efeitos de ambos os déficits no estado estacionário e os efeitos da inflação operando através do imposto inflacionário e da taxa de juros nominal a pagar sobre títulos.

$$\frac{P}{K} = \frac{I}{\frac{s_c(1 - t_p')K - \rho[(1 - t_p')s_c i_c B' - c_c M]}{s_c z_c (K + B')(1 - t_p')}} \quad (104.3)$$

Onde  $i_c$  são os juros nominais dos capitalistas e  $c_c$  gasto de consumo dos capitalistas. Como no caso anterior, o comportamento da poupança dos trabalhadores afeta a distribuição das reservas de moeda e a distribuição da carga do imposto sobre a inflação. O efeito de inflação depende do  $[(1 - t_p')s_c i_c B' - c_c M]$ , se ele for positivo, uma inflação mais alta diminui a taxa de lucro e a participação nos lucros.

Caso o governo fosse capaz de manter seu orçamento com superávit, a dívida chegaria a zero, reduzindo o estoque monetário, desta forma a taxa de juros irá se igualar a obtida em (104.1), isso implica em uma menor taxa de lucro no estado estacionário e participação nos lucros.

*In the event that there is steady-state inflation, this implies an inflation tax effect that affects saving, and the distribution of money holdings across capitalists and workers becomes relevant for the determination of steady-state income distribution. (PALLEY, 1997, p. 639)*

Portanto se as reservas monetárias são distribuídas com base no consumo relativo, o comportamento da poupança dos trabalhadores irá afetar a distribuição do imposto inflacionário, de forma que isso também afeta a renda no estado estacionário.

#### 4. Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se apresentar modelos de crescimento econômico e distribuição de renda Pós-Keynesianos, de base Kaldor-Pasinettiana e a discussão crítica sob suas derivações. A atuação governamental mostrou-se fundamental para alterar as dinâmicas de





distribuição de renda e do *profit-share*. A intervenção governamental afeta diretamente a redistribuição pró-salários, diminuindo a concentração de renda e influenciando o crescimento econômico de forma mais equitativa. Isso porque o governo é o responsável por diminuir a concentração e assegurar uma melhora na redistribuição pró-salários.

Autores como Steedman (1972), Dalziel (1989, 1991a, 1991b), Pasinetti (1989), Araújo (1992-1993), e Denicoló e Matteuzzi (1990) chegam a conclusões semelhantes, onde o governo influencia melhora a distribuição de renda, porém os trabalhadores não têm nenhum papel significativo na economia. Já Fleck e Domenghino (1987, 1990) e Palley (1996, 1997) discordam deste segundo resultado. Para eles, a nova taxa de juros é impactada pela propensão a poupar dos trabalhadores, assim como a distribuição de renda de longo prazo, dependendo do orçamento do governo. Desta forma, é possível observar que o governo é um agente importantes na determinação da taxa de juros e da distribuição de renda.

## 5. Referências

ARAÚJO, J. T. The Government Sector in Kaldor-Pasinetti Models of Growth and Income Distribution. **Journal of Post Keynesian Economics**, London, v. 15, n. 2, p. 211-228, 1992-1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4538336>. Acesso em: 6 mar. 2020.

BARANZINI, M. Theoretical perspectives. *In*: BARANZINI, M. **A theory of wealth distribution and accumulation**. New York: Oxford University Press, 1991. p. 3-44.

BRIDGE, G. Estate agents as interpreters of economic and cultural capital: the gentrification premium in the Sydney housing market. **International Journal of urban and Regional Research**, v. 25, n. 1, p. 87-101, 2001. doi: 10.1111/1468-2427.00299.

DALZIEL, P. A generalisation and simplification of the Cambridge theorem with budget deficits. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 15, n. 3, p. 287-300, 1991a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23598223>. Acesso em: 3 mar. 2020.

DALZIEL, P. C. Cambridge (U.K.) versus Cambridge (MASS.): a keynesian solution of "pasinetti's paradox". **Journal of Post Keynesian Economics**, London, v. 11, n. 4, p. 648-653, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4538160?SEQ=1>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DALZIEL, P. C. Does government activity invalidate the Cambridge theorem of the rate of profit? a reconciliation. **Journal of Post Keynesian Economics**, London, v. 14, n. 2, p. 225-23, 1991b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01603477.1991.11489894>. Acesso em: 5 mar. 2020.

DENICOLÒ, V.; MATTEUZZI, M. Public debt and the Pasinetti Paradox. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 14, n. 3, p. 339-344, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23598414?seq=1>. Acesso em: 29 mar. 2020.



FLECK, F. H.; DOMENGHINO, C. M. Cambridge (U.K.) versus Cambridge (Mass.): A Keynesian Solution of "Pasinetti's Paradox". **Journal of Post Keynesian Economics**, Oxford, v. 10, n. 1, p. 22-36, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4538048?seq=1>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FLECK, F. H.; DOMENGHINO, C. M. Government activity does invalidate the "Cambridge theorem of the rate of profit". **Journal of Post Keynesian Economics**, London, v. 12, n. 3, p. 487-497, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01603477.1990.11489813>. Acesso em: 4 mar. 2020.

FOLEY, D. K.; MICHL, T. R. Government debt and social security: the overlapping generations model. In: FOLEY, D. K.; MICHL, T.R. **Growth and distribution**. Cambridge: Harvard University Press, 1999a. p. 225-255.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KALDOR, N. Alternative theories of distribution. **The Review of Economic Studies**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 83-100, 1955-1956. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2296292?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

KALECKI, M. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1966. p. 129-136.

KALECKI, M. A Theory of commodity, income and capital taxation. **The Economic Journal**, Toronto, v. 47, n. 187, p. 444-450, 1937.

LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: concept, theories and policies. In: LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. (ed.). **Wage-led growth: advances in labour studies**. London: Palgrave Macmillan, 2013. doi: 10.1057/9781137357939\_2.

PALLEY, I. T. Money, fiscal policy and the Cambridge theorem. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 21, n. 5, p. 633-639, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013690>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PALLEY, T. I. Inside debt, aggregate demand and the Cambridge theory of distribution: a note. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 26, n. 2, p. 269-274, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23600267>. Acesso em: 11 mar. 2020.

PASINETTI, L. L. **Crescimento e Distribuição de Renda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PASINETTI, L. L. Rate of profit and income distribution in relation to the rate of economic growth. **The Review of Economic Studies**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 267-279, 1962. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2296303?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PASINETTI, L. L. Ricardian debt/taxation equivalence in the Kaldor theory of profits and income distribution. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 25-36, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23598146?seq=1>. Acesso em: 29 mar. 2020.



PASINETTI, L. **Structural Economic Dynamics – A Theory of the Economic Consequences of Human Capital Learning**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.

PASINETTI, L. **Structural Change and Economic Growth – A Theoretical Essay on the Dynamics of the Wealth of the Nations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1981.

ROBINSON, J. (1962). **Essays in the theory of economic growth**. Springer

STEEDMAN, I. The state and the outcome of the pasinetti process. **The Economic Journal**, Manchester, v. 82, n. 328, p. 1387-1395, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2231318.pdf?seq=1>. Acesso em 28 mar. 2020.

TEIXEIRA, J. R.; DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G. A Note Reconsidering ‘A Theory of Wealth Distribution & Accumulation’: Perspective on Uncertainty. **Eruditio**, v. 2, n. 6, p. 72-80, 2020. Disponível em: <http://eruditio.worldacademy.org/files/vol2issue6/reprints/A-Theory-of-Wealth-Distribution-and-Accumulation-JTexeira-JOliveira-Eruditio-V2-I6-Reprint.pdf>. Acesso em 05 out. 20





**Planejamento Econômico e Industrialização no Brasil: O *Novo Estado* e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934 -1949)**

**Economic Planning and Industrialization in Brazil: The New State and the Federal Foreign Trade Council (1934 -1949)**

Arthur Lima Mendes De Oliveira<sup>11</sup>

**Resumo:** O artigo discorre brevemente sobre a transição do modelo agrário-exportador para o modelo industrial, destacando a teoria de deterioração dos termos de troca de Prebisch, a política de valorização dos preços de café e a intencionalidade da política industrializante do Governo Vargas (1930-1945). Além disso, apresenta como o surgimento de novos grupos sociais viabilizou a industrialização como forma de organizar o novo núcleo dinâmico da economia brasileira. Por fim, salienta a importância do papel do Estado e do planejamento econômico na consolidação da indústria no Brasil, apresentando a atuação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE).

---

<sup>11</sup> Graduando em Ciências Econômicas (2022- /UnB), Departamento de Economia. Pesquisador Júnior no Programa de Educação Tutorial de Economia (PET/ UnB - ECO). E-mail: [limaa335@gmail.com](mailto:limaa335@gmail.com)



**Palavras-chave:** Industrialização; Estado; Planejamento Econômico; Conselho Federal de Comércio Exterior.

**Abstract:** The paper briefly discusses the change in the Brazilian economic dynamic during the 1930s, highlighting Prebisch's terms-of-trade deterioration theory, the policy of sustaining coffee prices, and the intentionality behind the industrialization policies of the Vargas administration (1930-1945). Additionally, it presents how the emergence of new social groups within Brazilian society enabled industrialization as a way to organize the dynamic core of the country's economy. Finally, it emphasizes the importance of the state's role and economic planning in consolidating industrialization in Brazil, detailing the actions of the Federal Council of Foreign Trade (FCFT).

**Key-words:** Industrialization; State; Economic Planning; Federal Council of Foreign Trade (FCFT).



## 1. Introdução

A transição do modelo agrário-exportador para o modelo industrial tem implicações significativas para a organização social, política e econômica do Brasil. Com essa mudança, pela primeira vez desde o século XVI, o dinamismo econômico brasileiro deixou de ser fruto do setor exportador, passando a ser impulsionado por um processo manufatureiro de massas interno. Em paralelo ao processo de industrialização, as principais cidades brasileiras começaram a passar por um intenso processo de urbanização.

Devido à sua escala, a alteração da dinâmica econômica só foi possível por conta da instalação do *Novo Estado*<sup>12</sup> após o golpe de Estado de 1930. Aclamado como revolucionário, o principal mérito na derrubada do Governo Washington Luís foi a mudança na lógica de organização político-econômica vigente até então. Ao substituir o Estado oligárquico, predominante durante toda a Primeira República, e substituí-lo pelo Estado burguês, possibilitou-se o início da industrialização.

Contudo, a introdução de uma industrialização tardia não viria isentar de problemas. Num primeiro momento, discutia-se se o ajuste a ser seguido era o do aprofundamento da manufatura cafeeira ou da mudança estrutural do modelo de substituição de importações (Abreu, 2014, cap. 3). Escolhido o processo de mudança estrutural, debatia-se como deveria ocorrer o financiamento para a acumulação de capital. Além disso, deveria definir-se qual o papel do Estado enquanto indutor e coordenador do processo.

Por isso, o objetivo deste trabalho é explicar por que a industrialização brasileira ocorreu, ressaltando os desequilíbrios externos da década de 1920 e a importância das ações governamentais na geração do *capitalismo de Estado*<sup>13</sup>. Além disso, busca-se qualificar as divergências entre as classes burguesas sobre qual padrão de desenvolvimento deveria ser seguido. Por fim, considerando a importância estatal no desenvolvimento industrial, discorrer brevemente sobre a atuação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), o primeiro órgão de planejamento econômico do Brasil.

---

<sup>12</sup> Termo utilizado por Ianni (1979) para definir a mudança na forma de atuação e organização do Estado brasileiro pós-Revolução de 30.

<sup>13</sup> Quer dizer, a reprodução do capital concebida pela industrialização só se concretizou graças à intervenção direta dos mecanismos estatais.



Portanto, o primeiro item aborda o *sentido* da industrialização e o processo de substituição de importações. O segundo item trata da transfiguração do Estado e das divergências das classes burguesas sobre o padrão de desenvolvimento. O terceiro item examina a atuação do CFCE enquanto o primeiro órgão de planejamento econômico brasileiro. Por fim, o quarto item conclui o trabalho.

## **2. O Sentido da Industrialização e o Processo de Substituição de Importações**

O modelo agrário-exportador foi responsável por gerar o dinamismo na organização econômica brasileira desde meados do século XVI. Ao longo dos séculos, ele colocou o Brasil como fornecedor exclusivo de artigos primários para sua metrópole, Portugal. A assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 rompe essa lógica ao findar o Pacto Colonial e autorizar as alfândegas brasileiras a comercializarem artigos e bens com quaisquer nações *amigas* (Brasil, 1808). Entretanto, a Abertura dos Portos manteve inalterada a estrutura que deu dinamismo à economia brasileira desde a colonização.

Estruturado ao longo de séculos, o modelo agrário-exportador preconizava que o núcleo dinâmico da economia brasileira deveria ser o mercado exportador. Indissociável do comércio internacional, esse sistema deu à economia brasileira a possibilidade de desenvolvimento *cíclico* desde o princípio do período colonial. Inicia-se com a empresa açucareira no Nordeste, passa pelo escravismo aurífero nas minas do sudeste e desemboca com a indústria cafeeira no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista (Furtado, 1959; Cano, 2002).

Apesar do funcionamento do modelo agrário-exportador tornar a economia brasileira um simulacro dos movimentos cíclicos do mercado internacional, a dependência externa mostrou-se cada vez mais resiliente durante a primeira fase republicana, entre 1889 e 1930 (Abreu, 2014). Responsável por gerar o emprego e a renda brasileiros, a solidez desse sistema fundamentou toda a lógica discursiva e prática do manejo das políticas econômicas governamentais durante a Primeira República. Iniciadas com a proposta do Convênio de Taubaté, elas preconizavam que a atuação do Estado deveria se dar por meio da compra dos excedentes produtivos e da criação de estoques reguladores visando a *valorização* dos preços do café.





Apesar dessa política nem sempre ser avalizada pelo Governo Federal durante a Primeira República, o Governo do Estado de São Paulo assumiu uma posição dominante no processo (Abreu, 2014, cap. 3). A título de exemplo, a criação do Instituto do Café de São Paulo e do Banco do Estado de São Paulo, o Banespa, serviram para garantir a continuidade da política de valorização dos preços de café dos produtores do estado quando a União se negava a comprar os excedentes produtivos (Abreu, 2014, cap. 3).

Mesmo passando por períodos de crises cíclicas, com supersafras e desinflação dos preços, conjuntamente o modelo agrário-exportador funcionou com relativa tranquilidade durante a aliança política mineiro-paulista da Primeira República. Do ponto de vista das variáveis macroeconômicas, a economia brasileira performou relativamente bem: as taxas de crescimento do produto e do produto *per capita* médias entre 1889 a 1930 foram de 4,67% a.a. e 2,19% a.a., respectivamente (ver tabela 1); e o saldo da balança comercial entre 1901 e 1949 sempre foi positivo - mesmo com uma tendência declinante a partir da década de 1920 (ver gráfico 1).

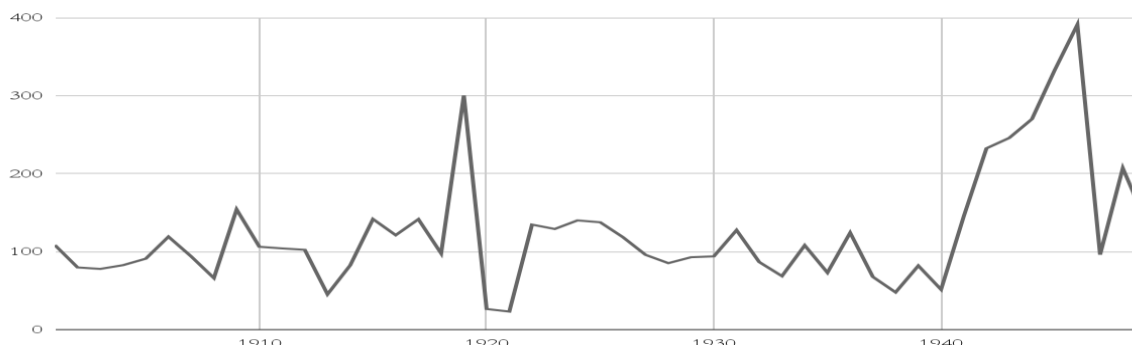
**Tabela 1 – Médias das Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto e da Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* entre 1901 e 2022**

Período	PIB	PIB <i>per capita</i>
Primeira República (1889-1930)	4,67%	2,19%
Era Vargas (1930-1945)	4,01%	2,30%
Quarta República (1946-1964)	7,11%	4,08%
Ditadura Militar (1964-1984)	6,29%	3,65%
Nova República (1985-2022)	2,43%	1,24%

Fonte: Ipeadata.



**Gráfico 1 – Balança Comercial do Brasil de 1901 a 1949 (em milhões de US\$)**



Fonte: Elaboração própria com dados de Abreu (2014).

Contudo, a sustentabilidade *estrutural* do modelo agrário-exportador foi gradativamente corroída durante as primeiras décadas do século XX. Isso porque, a conservação desse sistema dependia dos seguintes mecanismos: o escoamento produtivo do café nos mercados internacionais; a importação de capitais das praças de Londres e de Nova Iorque para dar continuidade à política de valorização dos preços; e a importação de bens acabados básicos para satisfazer as necessidades de consumo básicas da população. Com a crise deflacionária que acometeu os mercados mundiais em 1929, esses três instrumentos foram gradativamente se esvaindo (Abreu, 2014; Carter, 2021).

Por isso, a Crise de 1929 marca um ponto de inflexão na economia latino-americana e, em particular, na economia brasileira. Como os preços da saca de café no mercado internacional despencaram e, dada a inelasticidade-preço da demanda do café, não havia possibilidade de aumento do *quantum* exportado. Com a Depressão, a disponibilidade de divisas das praças financeiras internacionais<sup>14</sup> cessou e o escoamento produtivo dos bens primários para o resto do mundo não gerou as divisas necessárias para manter o padrão de desenvolvimento<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Em Carter (2021), há um interessante relato sobre as perspectivas de Keynes sobre os efeitos da Crise de 1929 sobre a economia britânica - com um enfoque especial sobre os efeitos deflacionários do padrão-ouro.

<sup>15</sup> N' *O Manifesto Latino-Americano*, Prebisch (2008) discute como a inexistência de divisas nos mercados internacionais foi resultado da forma de ajuste escolhida pelos Estados Unidos. No pós- 1929, com o colapso de sua renda nacional, o país reduziu drasticamente o seu coeficiente de importações. Com isso, a participação das reservas de ouro dos ianques se elevou de 40% em 1930 para aproximadamente 75% em 1940 (Prebisch, 2008, p. 115). Dada a proeminência que o país obteve ao sair da Grande Guerra Mundial, era de se esperar que o ajuste escolhido pelo governo americano tivesse consequências deletérias para o funcionamento da nova arquitetura financeira mundial.



Portanto, o *sentido da industrialização* nasce da comprovação prática sobre a insustentabilidade do modelo agrário-exportador - sendo a industrialização responsável por inaugurar um novo núcleo dinâmico na economia brasileira. A interpretação clássica sobre a intencionalidade da política *industrializante* é a de Celso Furtado, em sua *Formação Econômica do Brasil*. Em seus capítulos finais, pontua como o *desequilíbrio externo se propagou* na economia brasileira, além de sustentar a tese de que a industrialização foi uma consequência das tentativas de estabilização fiscal, monetária e cambial do modelo agrário-exportador<sup>16</sup>. Impostas pelo Governo Provisório como uma maneira de mitigar a crise do setor cafeeiro, ele defende que não houve uma política governamental deliberada visando o esforço industrializante (Furtado, 1959; Fonseca, 2003).

Assumindo a posição de Fonseca (2003), a qual pressupõe um argumento institucionalista sobre o início do processo de industrialização brasileiro, a concepção de Furtado não parece condizer com a realidade. Isso porque, argumenta-se que apesar da consciência a respeito da industrialização não estar plenamente formada no pós-Revolução, o seu fortalecimento foi paulatino ao longo da década de 30 (Fonseca, 2003, p. 145). Quer dizer, a industrialização brasileira foi iniciada por uma política deliberada do novo governo instalado em 1930. Esse argumento é sustentado tanto pelo discurso assumido por Getúlio em seus comícios, quanto pela criação de instituições com competência de criar o *capitalismo de Estado* necessário para o processo de industrialização (Fonseca, 2003; Ianni, 1979).

Explicada a dinâmica de funcionamento do modelo agrário-exportador e como suas bases foram abaladas durante a crise de 1929, é importante compreender o sentido econômico do processo de industrialização. Para isso, recorre-se ao seminal trabalho de 1950 de Raúl Prebisch '*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*'. Batizado de 'O Manifestado Latino-Americano', o artigo foi o documento fundacional da Comissão Econômica para a América Latina<sup>17</sup>, a CEPAL, e nele traçam-se as bases do pensamento dessa escola para a explicação do processo de desenvolvimento econômico das economias da região (Prebisch, 2008).

---

<sup>16</sup> Numa perspectiva que o manejo de conjuntura das políticas fiscal, monetária e cambial levariam, *não intencionalmente*, à mudança estrutural da dinâmica econômica brasileira.

<sup>17</sup> A introdução dos países caribenhos à Comissão só ocorreu décadas depois, em 1984 (Cepal, 2024).



Nesse trabalho, a deterioração dos termos de troca é o elemento de maior fundamentação para explicar o início do processo de industrialização latino-americano. Como apresentado na tabela abaixo (tabela 2), a deterioração dos termos de troca ocorria desde 1886, aprofundando-se no triênio 1931-1933. Com isso, percebe-se que o elemento *dinâmico* da economia brasileira dava sinais de esgotamento já na passagem do século XIX para o século XX. Em 1929 o modelo adotado não era mais sustentável e os países deveriam escolher entre o ajuste *impossível* ou o ajuste *necessário*.

**Tabela 2 – Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria entre 1876 e 1947**

Período	Quantidade de artigos da indústria comprados com certa quantidade de produtos primários
1876-1880	100
1881-1885	102,4
1886-1890	96,3
1891-1895	90,1
1896-1900	87,1
1901-1905	84,6
1906-1910	85,8
1911-1913	85,8
-	-
1921-1925	67,3
1926-1930	73,3
1931-1935	62
1936-1938	64,1
-	-
1946-1947	68,7

Fonte: Prebisch (1949).



O ajuste *impossível* seria uma tentativa de remediação da grave crise sem uma grande ruptura na dinâmica econômica brasileira, podendo ocorrer tanto pela *sustentação* da renda do mercado exportador quanto pela *compressão* do saldo da balança comercial. Ambas foram tentadas. Num primeiro experimento, Vargas federalizou a política de valorização do café e criou o seu Departamento Nacional (Abreu, 2014) visando apoiar a desinflação abrupta de seus preços. Por outro lado, o saldo da balança comercial (ver gráfico 1) começa a apresentar uma tendência declinante durante toda a década de 1930. Apesar dessas tentativas de ajuste, elas não seriam suficientes para garantir a sustentabilidade do modelo agrário-exportador.

Por isso, e dada a incapacidade do desenvolvimento de forças produtivas que propiciassem o desenvolvimento econômico pela livre atuação do mercado, o Estado brasileiro passou a desenvolver uma política *anticíclica* deliberada para a resolução da crise. A resposta econômica se deu através do início do processo de substituição de importações (PSI), o qual visava tanto a mudança estrutural, realizada pelo ajuste *necessário*, quanto a melhoria do bem-estar da população brasileira.

Portanto, o *sentido da industrialização* para o caso brasileiro é claro: manter e melhorar o bem-estar da população; suprir as necessidades de bens acabados de primeira necessidade; fornecer uma resposta *anticíclica* à crise do modelo agrário-exportador; e, finalmente, ser o responsável pela inauguração da nova dinâmica econômica brasileira. Além disso, e considerando o contexto geopolítico mundial, o processo de industrialização do Brasil deveria inquestionavelmente ser realizado *via* substituição de importações.

### **3. Os 55 anos da industrialização e do *Novo Estado* (1930-1985)**

Com a derrocada do modelo agrário-exportador em 1929, o início do processo de substituição de importações é um importante marco temporal. Passa a ser dele a responsabilidade de endogeneizar o processo de desenvolvimento econômico e social do país. Em contraposição com a dinâmica anterior, o afloramento da indústria possibilitaria a emancipação econômica brasileira ao findar a dependência externa para a geração de emprego e de renda no Brasil. Com isso, a sociedade brasileira poderia passar a se organizar em torno de um objetivo, o desenvolvimento, que seria alcançado por meio de uma nova organização do corpo social, a industrial.



O esforço de endogeneizar o processo de desenvolvimento econômico por meio de um modelo industrial forçado gerava inúmeras dificuldades. Dentre elas, vale ressaltar as seguintes: falta de mão de obra especializada para a indústria, insuficiência de poupança interna para financiar a formação de capital e a alta concentração de renda<sup>18</sup> (Boianovsky, 2010; Furtado, 2011; Tavares; Serra, 1971). Por isso, de acordo com Hirschman (2013), a inauguração de um novo modelo de industrialização tardia requer um esforço deliberado e intenso para ocorrer. Por isso o PSI desenvolve-se em um ambiente de planejamento econômico.

Assim, o pós-1930 foi marcado pela criação de importantes instituições públicas que marcaram a atuação do Estado na industrialização e no processo de organização da máquina pública para uma realidade de uma moderna economia capitalista. Durante a Era Vargas (1930-1945), foram eles: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930 (Brasil, 1930); o Ministério da Educação e Saúde, em 1930 (Brasil, 1930); o Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934 (Brasil, 1934); o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938 (Brasil, 1938); o Departamento Administrativo do Setor Público, em 1938 (Brasil, 1938); e a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945 (Brasil, 1945).

Do ponto de vista social, a política trabalhista inaugurada no pós-1930 foi marcada pela grande ambiguidade ideológica. Tinha um viés progressista na medida em que possibilitou a formação de sindicatos para se fazer uma política operária de massas, além de fixar uma gama de direitos numa Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943). Contudo, tinha um viés autoritário na medida em que se tutelava a administração sindical e restringia o conflito capital-trabalho aos órgãos de regulação do Estado - tornando-o o grande balizador das disputas sociais (Ianni, 1979).

Do ponto de vista político, a Revolução de 1930 substituiu o Estado oligárquico pelo Estado burguês, consagrando ‘expressões de uma sociedade urbana em franca transformação’ (Ianni, 1979, p. 17); possibilitou uma maior participação de grupos sociais e econômicos que

---

<sup>18</sup> Considerando que a industrialização brasileira foi uma estratégia de desenvolvimento guiada pela demanda, há um fundamento econômico por trás de proposições de políticas que visem melhorar a distribuição de renda (BOIANOVSKY, 2010). Contudo, isso não aconteceu e “parte da explicação se deve ao fato que o progresso técnico necessitou de uma maior concentração de recursos na medida em que a tecnologia adotada pelos países subdesenvolvidos não refletia a sua capacidade relativa de oferta de fatores.” (BOIANOVSKY, 2010, p. 9 - *tradução livre*).



estavam apartados da vida política do país; e transformou a política econômica brasileira em um instrumento fundamental para realizar a mudança estrutural advinda do esforço industrial.

Do ponto de vista econômico, o surgimento das indústrias *substitutivas de importações* significou o início do processo de acumulação de capital no Brasil. Como discorrido por Lewis (1950), uma das especificidades das economias latino-americanas era a abundância relativa do fator trabalho quando comparado ao fator capital. Na economia brasileira essa dicotomia foi importante na medida em que dela ramifica-se dois blocos heterogêneos que disputaram ao longo dos cinquenta e cinco anos de industrialização qual seria a melhor forma de transcorrer o processo de acumulação de capital no Brasil.

De acordo com Bielschowsky (2006), a ideologia desenvolvimentista subdivide-se entre o setor público, com a presença dos partidários nacionalistas e dos não nacionalistas, e o setor privado. Os não nacionalistas ‘preconizavam soluções privadas, de capital estrangeiro ou nacional, para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura’ (Bielschowsky, 2006, p. 77). Enquanto os nacionalistas ‘advogavam a estatização dos setores de mineração, transportes, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base’ (Bielschowsky, 2006, p. 77).

Igualmente, Ianni (1979) faz uma diferenciação entre nacionalistas e não nacionalistas, mas com um enfoque na qualidade burguesa do processo. Considera que os representantes de ambos os setores pregam a instalação de um regime capitalista no Brasil, diferindo sobre a forma de associação e de organização desse sistema. Enquanto os nacionalistas<sup>19</sup> pregavam a emancipação nacional, os não nacionalistas pregavam a associação com o capital internacional.

Mesmo que essa diferenciação tenha se aprofundado a partir dos anos 1940, ela já se apresentava de forma preliminar durante a Revolução de 1930. E, em certa medida, a vitória do golpe de Estado da Aliança Liberal deve-se à unidade em torno do projeto industrial desses dois grupos. Essa unidade transformou-se durante o período que Ianni (1979) batizou de *Novo*

---

<sup>19</sup> A questão sobre a forma de financiamento da acumulação de capital é muito controversa. A dependência de recursos externos tornou a economia brasileira suscetível à volatilidade de disponibilização de divisas no mercado internacional, além de impor a necessidade de geração de dólares no comércio com o resto do mundo. Advinda da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CPDOC, s/d), a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDE, foi uma tentativa de mitigar as instabilidades dos fluxos de capitais dos mercados internacionais - e, em especial, dos EUA. Apesar disso, ele não foi capaz de findar a necessidade histórica de financiamento para o desenvolvimento.



*Estado*, época na qual a máquina pública brasileira passa gradativamente a conviver com um processo de especialização de sua atuação, bem como com a concepção de planejamento do desenvolvimento.

Dessa maneira, a história da República brasileira de 1930 a 1985 pode ser contada sobre a ótica de disputa desses dois blocos heterogêneos que se formaram a partir da inauguração do *Novo Estado*. Durante a Quarta República (1945-1964), a alternância de poder se deu entre os representantes dos grupos nacionalistas e não nacionalistas. Apesar dessa disputa ter dado à economia brasileira a sua maior taxa média de crescimento do PIB e do PIB *per capita* (Tabela 1), ela também foi responsável por grandes crises políticas.

Iniciou-se pelo impasse político-econômico dos anos 50 e o suicídio de Vargas; passou pela *novembrada* do Marechal Lott e o imbróglio sobre a posse de Juscelino; passou pela renúncia repentina de Jânio Quadros; e terminou com a quartelada do General Olímpio Mourão que levou à derrubada do Presidente João Goulart.

O apogeu dessa disputa se deu no primeiro quinquênio da década de 60. Durante o período, a desaceleração econômica levantou dúvidas sobre os limites e sobre a continuidade do Processo de Substituição de Importações. O foco do debate econômico havia se transferido do duelo entre desenvolvimento industrial e desenvolvimento agrário para o duelo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. De forma autoritária e inconstitucional, a elite industrial não nacionalista aderiu ao Golpe Cívico-Militar de 2 de abril de 1964 (Ianni, 1979) e o sustentou até o seu período final, na década de 1980.

Digno de nota, em abril de 1964, dias após o Golpe de 2 de abril, os ministros militares postularam a seguinte mensagem no preâmbulo do Ato Institucional nº 1:

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz [...] o interesse e a vontade da Nação. [...] Assim, *a revolução vitoriosa*, como Poder Constituinte, *se legitima por si mesma* (Brasil, 1964).

Quer dizer, não seria necessário à *revolução* sua plena sustentação política, pois ela era dada pela força das armas dos golpistas que tomaram o poder. Contudo, isso não significa dizer que o Golpe Militar de 2 de abril de 1964 não foi uma sublevação de classes. Pelo contrário, Dreifuss (1981) mostra o seu caráter classista ao ‘ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia





global das corporações multinacionais' (Dreifuss, 1981, p. 38) - assumindo, claramente, a ideologia da elite não nacionalista.

Contrariamente, o Golpe de 1930 necessitava de legitimação política e econômica na medida em que ele significou uma ruptura com o Estado oligárquico e um isolamento da elite agrário-exportadora, e de seus interesses, do centro do poder. Por isso, a Revolução de 1930 não *se legitimou por si mesma*. Pelo contrário, a sua sustentação política se deve ao surgimento de 'novos grupos sociais, com interesses distintos da burguesia nacional e internacional vinculadas à cafeicultura' (Ianni, 1979).

#### **4. A Primogênita: o Conselho Federal de Comércio Exterior.**

Dito isso, desde a criação do *Novo Estado* até o fim da Ditadura Militar, as ações de política econômica do Estado brasileiro se davam sob a ótica da consolidação e do desenvolvimento da indústria. Realizado por meio do Processo de Substituição de Importações, o parque industrial brasileiro começou a desenvolver-se pelas manufaturas de base, passou pelas indústrias de bens duráveis e findou-se com a produção de bens de capital. A industrialização era o objetivo. E o planejamento econômico era o caminho.

A evolução dessa forma de atuação governamental está atrelada ao próprio processo de desenvolvimento econômico do Brasil durante todo o século XX. Pode-se pensar que a implementação do planejamento econômico enquanto mecanismo de ação do Estado tem início apenas com o seu processo de institucionalização, com a criação do Ministério do Planejamento (MP), em 1962. Aceitar essa tese significa negar o processo de aprendizado da burocracia e da sociedade brasileiras a uma realidade de planejamento do desenvolvimento.

Em alguns aspectos, a burocratização do planejamento econômico é o apogeu da organização administrativa do Estado rumo a um processo de 'administração racional e de distribuição ótima dos recursos e dos meios tendo em vista objetivos [políticos, econômicos e sociais] dados' (Laffer, 1970). Nesse sentido, antes da criação do Ministério do Planejamento, o Estado brasileiro passou por experiências importantes que consolidaram a racionalidade planejadora em sua burocracia, como o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Departamento de Administração do Serviço Público e o Conselho do Desenvolvimento.



Considerada por Ianni (1979) e Rezende (2010) como a primeira instituição de planejamento econômico do Brasil, o Conselho Federal de Comércio Exterior foi criado em 1934, em pleno Governo Provisório, para ser o órgão de coordenação produtiva do Estado, com vistas à promoção de exportações e à elevação do consumo de artigos nacionais. No Decreto nº 24.429/1934, é delimitado que o Conselho tem as seguintes competências:

[...] Art. 2º Ao conselho compete:

a) promover o desenvolvimento das exportações em geral, devendo para esse fim:

I - estudar e resolver todas as questões internas e externas que visem a colocação de produtos nacionais em mercados consumidores [...];

IV - aproximar entre si e pôr em contato as associações, institutos empresas ou firmas comerciais de nosso país com as do estrangeiro [...];

V - aconselhar propaganda internacional do país e de seus produtos [...];

b) [...] promover o maior consumo nacional da produção do país;

c) estudar as importações nas suas relações com a produção e o consumo nacionais e comércio exterior; [...] (Brasil, 1934).

Sua concepção institucional é, portanto, modesta. Não há menção sobre o desenvolvimento e ampliação da capacidade instalada no país; não há menção a medidas protecionistas, como proteções tarifárias e subsídios, que poderiam ser tomadas pelo Estado. O decreto se debruça apenas na capacidade produtiva brasileira, focando em temas exclusivamente relacionados à balança comercial. A criação do Conselho parecia uma espécie de teste inicial da Administração Pública brasileira rumo à compreensão de seu poder e de sua capacidade de transformação da economia nacional.

Em discurso feito no dia da instalação do Conselho, o Chefe do Governo Provisório proferiu as seguintes palavras sobre o papel da nova instituição:

Durante longo período procuramos resolver os problemas do comércio exterior do Brasil adotando fórmulas empíricas, aplicando métodos apriorísticos e sem bases na realidade. A falta de um organismo centralizador, para onde convergissem e de onde irradiasse todas as medidas de estímulo e defesa da nossa produção e da sua colocação nos mercados nacionais e estrangeiros, tornava praticamente impossível o exame ponderado e o conhecimento seguro das necessidades primordiais da economia nacional (Ribeiro, 1945).



Portanto, na concepção do próprio Vargas, a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior significava um importante avanço rumo à centralização da ação estatal sobre a economia em um único órgão, tornando a política econômica mais eficaz e mais coesa para realizar os desejos de intervenção do governo no comércio exterior.

Do ano de sua instalação, em 1934, até o ano de seu encerramento, em 1949, o CFCE foi responsável por empreender a racionalização do processo de venda da produção do país para o exterior. Primeiro, tentou-se produzir competitividade-preço para os produtos brasileiros no exterior; depois, tentou-se consolidar e conquistar mercados consumidores, atitudes de difícil realização por conta da precária infraestrutura para o escoamento produtivo (Ribeiro, 1945); e, finalmente, por propor a criação do Registro Compulsório de Firms Exportadoras, possibilitando apenas às firmas com sanidade financeira que funcionassem como empresas exportadoras, gerando um ambiente de tranquilidade para os compradores dos produtos brasileiros.

A partir de 1937, com a outorga de uma nova Constituição, o CFCE passa a ter sua competência ampliada para abarcar matérias sobre os problemas da economia interna. Por conta da não instalação do Conselho de Economia Nacional, instituição prevista no artigo 57 da Carta Magna de 1937 (Brasil, 1937), ele foi responsável por realizar estudos referentes às adversidades econômicas domésticas que eram remetidas pelo Presidente da República. Em fins de 1943, em seu feito mais relevante, o Conselho propôs, junto com o Ministério da Agricultura e com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a criação de uma comissão especial para debater o Plano Nacional de Eletrificação, o PNE 1943-1946. (Corrêa, 2003).

Apesar do nome, a constituição da comissão não objetificou a formação de um conjunto de obras de infraestrutura para a ampliação do sistema elétrico. Sua atuação voltou-se à produção de um estudo pormenorizado da situação de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil, buscando as potencialidades de geração e focalizando nas realidades regionais dos estados brasileiros (Corrêa, 2003). Apresentado ao CFCE em 1946, o relatório final da comissão especial foi transformado em resolução pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e conta com uma série de diretrizes a serem seguidas na criação de um eventual Plano Nacional de Eletrificação (Corrêa, 2003).



Somente após a extinção do Conselho Federal é que a questão do sistema elétrico foi relativamente equalizada. Em meados da década de 1950, ainda durante o Governo Vargas, propôs-se um projeto de lei para a criação de um Plano Nacional de Eletrificação e para a criação da Eletrobrás. Apesar das resistências, o Congresso aprovou a Lei nº 2.308 (Brasil, 1954), prevendo a criação de impostos sobre consumo de energia elétrica para a constituição do Fundo Federal de Energia Elétrica. Em 1961, com a Lei nº 3.890 - A (Brasil, 1961), fica autorizada a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., constituída no ano seguinte por decreto do Conselho de Ministros (Brasil, 1962).

Portanto, a atuação do Conselho Federal de Comércio Exterior enquanto instituição de planejamento econômico durante os anos iniciais da industrialização foi importante, apesar de modesta. Não poderia ser diferente, visto que a sua competência legal não lhe dava uma possibilidade de atuação dentro das matérias do Estado, restringindo-se apenas a esforços voltados a estudos econômicos. Vale ressaltar também a pequena estrutura do Conselho, contando com um pequeno palacete-sede no centro do Rio de Janeiro e apenas 10 funcionários ‘titulados requisitados dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Viação e Agricultura’, sendo os demais ‘extranumerários’ (Ribeiro, 1945, p. 83).

## 5. Conclusão

Apesar de a Crise de 1929 exacerbar o fim do modelo agrário-exportador, as suas bases de sustentação já se demonstraram enfraquecidas desde o início do século. A sua estrutura de funcionamento sucumbiu por conta da impossibilidade de obtenção de divisas nas principais praças financeiras mundiais e por conta do travamento de parte dos fluxos de bens e serviços no mercado internacional. Em uma decisão deliberada por parte do Governo Vargas visando a alteração da estrutura econômica, a industrialização brasileira se iniciaria por meio da ação do Estado, através de decisões de política econômica e da criação de instituições para o aparelhamento da economia.

A utilização de ambos os instrumentos para o esforço industrial foi fonte de controvérsias durante todo o período de desenvolvimento industrial. Em especial, a forma de financiamento e de acumulação de capital. Enquanto a burguesia industrial nacionalista pregava a emancipação nacional e a estatização de setores estratégicos da economia, a não nacionalista pregava a associação com o capital internacional e soluções privadas para os problemas do



processo de acumulação de capital. Essa divergência foi responsável por moldar a atuação governamental durante todo o processo de criação do *capitalismo de Estado*.

Ao ser entendida como a consolidação do Estado burguês no Brasil, a Revolução de 1930 possibilitou que a ação governamental fosse utilizada para o esforço industrial. Este, iniciado por um processo forçado, significou que o Estado brasileiro precisava criar instituições capazes de planejar o novo processo de mudança estrutural da economia. Sob essa perspectiva, o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, é considerado o primeiro órgão de planejamento econômico do Brasil.

Apesar de uma competência modesta em sua concepção, as suas atribuições do CFCE foram ampliadas a partir da outorga da Constituição Federal de 1937. Seu funcionamento inicial se deu no sentido de ampliar a competitividade externa para o escoamento produtivo, bem como especializar a atuação de firmas brasileiras no estrangeiro. Com a criação da comissão especial do Plano Nacional de Eletrificação, sua atuação passou a se assemelhar à de um órgão de planejamento econômico pleno, contribuindo significativamente para o entendimento da situação de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil.

## 6. Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Edição atualizada. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: GEN LTC, 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **CPDOC**, s/d. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/banco-nacional-de-desenvolvimento-economico-bnde>. Acesso em: 27 jun 2024.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

BOIANOVSKY, Mauro. A View from the Tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic Development in the 1950s. **History of Political Economy**, Durham, v. 42, n. 2, p. 221-266, Jun. 2010.

BRASIL. **Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964**.

BRASIL. **Carta Régia de 28 de janeiro de 1808**.

BRASIL. **Constituição de 10 de novembro de 1937**.

BRASIL. **Decreto nº 1.178, de 13 de junho de 1962**.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 74, de 16 de dezembro de 1937**.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 538, de 7 de julho de 1938**.



BRASIL. **Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938.**

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.**

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.**

BRASIL. **Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930.**

BRASIL. **Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934.**

BRASIL. **Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954.**

BRASIL. **Lei nº 3.890 - A, de 25 de abril de 1961.**

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CARTER, Zachary. **O preço da paz: dinheiro, democracia e a vida de John Maynard Keynes.** Rio de Janeiro: Alta Cult, 2021.

CEPAL. **Sobre a Comissão Econômica para América Latina e Caribe.** Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.** 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Estudos Gerais, Niterói, 2003.

DALAND, Robert. **Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro.** Rio de Janeiro: Lidador, 1969.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 23, p. 138–153, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 351 p.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: CONTRAPONTO, 2011.

HIRSCHMAN, Albert. **The Essential Hirschman.** Oxford: Princeton University Press, 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipeadata. Dados macroeconômicos. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1975.



LEWIS, William Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, Manchester, v. 22, nº 2, p. 139-191, maio 1954.

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto & Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008. p 95-152.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. Brasília: Textos para Discussão CEPAL-Ipea, 2010.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O Conselho Federal de Comércio Exterior. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. N/D, n. N/D, p. 64-85, maio de 1945.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação: Uma Discussão sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente do Brasil. **Trimestre Econômico**, [s. l.], v. 152, p. 17, 1971.







## **O efeito econômico do Grande Prêmio da Fórmula 1: Uma análise comparativa entre Brasil e Mônaco em contextos fiscais distintos**

### **The economic impact of the Formula 1 Grand Prix events: A comparative analysis between Brazil and Monaco in distinct fiscal contexts**

Jamile Brito<sup>20</sup>

Bárbara Penido<sup>21</sup>

Fernanda Matos<sup>22</sup>

**Resumo:** O artigo "O efeito econômico do Grande Prêmio da Fórmula 1: Uma análise comparativa entre Brasil e Mônaco em contextos fiscais distintos" tem como motivação investigar o impacto econômico dos eventos esportivos da Fórmula 1 realizados tanto no Brasil como em Mônaco, considerando as diferentes políticas fiscais de cada cidade anfitriã. Nesse sentido, a motivação central reside na crescente importância dos eventos esportivos globais para as economias locais e na forma como regimes fiscais distintos podem amplificar ou limitar esses efeitos. Para alcançar esse objetivo, a metodologia adotada concentra-se na análise documental e segue uma abordagem multidisciplinar, que integra conceitos das Relações Internacionais, da Teoria da Dependência e da Globalização. Com isso, os resultados preliminares indicam que,

---

<sup>20</sup> Graduanda em Relações Internacionais (2022-/UNIFAP), Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH). E-mail: [millebrito1@gmail.com](mailto:millebrito1@gmail.com)

<sup>21</sup> Graduanda em Relações Internacionais (2022-/UNIFAP), Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), Graduanda em Direito (2022-/CEAP). E-mail: [barbarapenido44@gmail.com](mailto:barbarapenido44@gmail.com)

<sup>22</sup> Graduanda em Relações Internacionais (2022-/UnB), Instituto de Relações Internacionais (IREL). E-mail: [fernanda.fpsm@gmail.com](mailto:fernanda.fpsm@gmail.com)



enquanto o GP do Brasil apresenta maior retorno econômico em setores como turismo e infraestrutura, Mônaco se beneficia de maneira mais estratégica em função de seu status de paraíso fiscal, atraindo capital estrangeiro em escala distinta.

**Palavras-chave:** Fórmula 1; Relações Internacionais; Teoria da Dependência; Políticas Fiscais; Globalização.

**Abstract:** The article "The Economic Impact of the Formula 1 Grand Prix: A comparative analysis between Brazil and Monaco in distinct fiscal contexts" is motivated by the investigation of the economic impact of Formula 1 sporting events held in both Brazil and Monaco, considering the differing fiscal policies of each host city. The central motivation lies in the growing importance of global sporting events for local economies and how distinct fiscal regimes can either amplify or limit these effects. To achieve this objective, the methodology adopted focuses on document analysis and follows a multidisciplinary approach, integrating concepts from International Relations, Dependency Theory, and Globalization. Preliminary results indicate that while the Brazilian Grand Prix generates higher economic returns in sectors such as tourism and infrastructure, Monaco benefits more strategically due to its status as a tax haven, attracting foreign capital on a different scale.

**Key-words:** Formula 1; International Relations; Dependency Theory; Fiscal Policies; Globalization.



## 1. Introdução

A Fórmula 1 (F1), para além de sua natureza como um espetáculo de velocidade e habilidade automobilística, representa um fenômeno global que transcende as fronteiras do esporte. À medida que o cenário do esporte automotor evoluiu nas últimas décadas, transformou-se em uma indústria multimilionária com profundo impacto econômico em escala global. Nesse contexto, a análise das implicações econômicas da Fórmula 1 ganha ainda mais relevância, uma vez que, além do seu apelo esportivo, gera oportunidades e desafios substanciais para as economias dos países que têm a honra de sediá-la.

Dessa forma, a realização dos GPs não se limita à movimentação dos carros e das equipes, envolve também uma migração massiva de turistas nas cidades anfitriãs que estimula a economia, o que atrai atenção internacional e impulsiona o turismo a longo prazo. Concentrando-se no Grande Prêmio de Fórmula 1 de Brasil e Mônaco, esse trabalho visa explorar as complexas interações entre esporte, economia e políticas fiscais em contextos muito distintos. O Brasil, como uma das economias emergentes da América do Sul, tem sido um destino tradicional para a Fórmula 1: a realização do megaevento esportivo envolve uma rede de regulamentações tributárias que afetam tanto a estratégia financeira das equipes quanto os organizadores do evento. Por outro lado, em Mônaco, um paraíso fiscal, a influência econômica do Grande Prêmio é especialmente notável devido à isenção de impostos, atraindo equipes, patrocinadores e investidores que buscam vantagens financeiras.

Com efeito, essa indústria multimilionária expandiu-se exponencialmente com o advento da globalização e, em decorrência da redução das barreiras tecnológicas, possibilitou um intercâmbio massivo de ideias, pessoas e serviços entre as nações. De maneira similar aos Grandes Prêmios, eventos esportivos possuem o poder de transformar a imagem de cidades e países, ao impulsionar o comércio e estimular o crescimento econômico, o que resulta na abertura de portas para novos produtos e mercados.

Para compreender o impacto econômico dessa competição, este estudo adota uma metodologia baseada na análise de artigos acadêmicos, relatórios financeiros, matérias jornalísticas e dados econômicos relevantes. Ademais, optou-se uma abordagem multidisciplinar, que integra conceitos das Relações Internacionais. Nesse sentido, a análise é



sustentada por uma sólida base teórica, incluindo a Teoria da Dependência e questões ligadas à globalização, visando entender as relações econômicas desiguais entre países e o papel da Fórmula 1 nesse processo. Conseqüentemente, essa abordagem interdisciplinar enriquece o estudo, ao proporcionar uma visão ampla das complexas interações entre esporte, economia e política fiscal em contextos tão diversos como os do Brasil e Mônaco.

## 2. Impacto da F1 em Economias Globais

Muito além de um simples espetáculo esportivo, a Fórmula 1 é um fenômeno econômico global. Além de ser um esporte bilionário, é reconhecido mundialmente por suas corridas eletrizantes, repletas de tecnologias de ponta, o que atrai uma multidão de apreciadores em todo o mundo. Pode-se afirmar que é um espetáculo do mundo esportivo e, além disso, esse esporte automobilístico é uma poderosa força econômica uma vez que gera receitas expressivas em setores como turismo, hospedagem e comércio local.

Anualmente, a Fórmula 1 gera lucros bilionários através dos Grandes Prêmios realizados ao redor do mundo. Segundo a revista *Veja*, a categoria esportiva alcançou um lucro de aproximadamente US\$3,2 bilhões durante a temporada de 2023, superando os lucros do ano anterior, que, conforme a revista *MKTEsportivo* foi de US\$2.57 bilhões e em 2021 US\$2.14 bilhões, conforme evidenciado na tabela 1. De acordo com a prefeitura de São Paulo, em uma pesquisa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Observatório de Turismo estimou que o evento em Interlagos movimentou, em 2023, financeiramente R\$ 990,1 milhões de forma direta e R\$ 647,5 milhões de forma indireta na capital paulista, totalizando R\$ 1,64 bilhões apenas no Brasil (tabela 3).

Nesse contexto, as equipes que participam desta categoria são economicamente enormes. De acordo com um estudo do site *Sportico*, publicado pelo *Máquina do Esporte* (2023), a Ferrari é avaliada em US\$3,13 bilhões, sendo a equipe mais valiosa da Fórmula 1. Por sua vez, a Mercedes está avaliada em US\$2,7 bilhões, enquanto a Red Bull em US\$2,42 bilhões, destacando o peso econômico das principais equipes da categoria. Além de empregar centenas de engenheiros, mecânicos e pessoal de apoio, essas equipes direcionam investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento, o que impulsiona tanto a economia local quanto a global.



Ao criar um ciclo de desenvolvimento tecnológico, por meio da compra de componentes avançados de diversas empresas, a F1 beneficia significativamente o setor de manufatura. Além disso, esse processo estimula a inovação e o aprimoramento das tecnologias utilizadas na indústria automobilística. Desse modo, torna-se claro que o efeito da Fórmula 1 ultrapassa as ruas, os autódromos e as equipes. Com um leque variado de patrocinadores globais dispostos a investir milhões para associar suas marcas ao esporte, as vendas aumentam e, como consequência, a visibilidade se expande. Simultaneamente, os direitos de transmissão são vendidos para redes de televisões em várias partes do mundo, gerando lucros significativos. Nesse sentido, esse processo beneficia não apenas as emissoras, mas também as equipes de corrida, que contribuem para a geração de empregos, tanto na produção das corridas como na transmissão. Outros setores, como o turismo e a hospitalidade, também são impactados, à medida que os fãs do esporte convergem para as cidades que sediam o Grande Prêmio, o que resulta no fortalecimento das economias locais dessas regiões.

De forma significativa, as corridas de Fórmula 1 desempenham um papel relevante como campos de testes para inovações tecnológicas no setor automotivo. Como resultado, muitas dessas tecnologias desenvolvidas durante os GPs são incorporadas aos carros de rua, o que contribui para o desenvolvimento da indústria automotiva. Ademais, com as questões ambientais ganhando destaque no cenário internacional, o esporte automobilístico busca tornar-se mais sustentável ao desenvolver tecnologias de eficiência energética e promover práticas sustentáveis em todas as etapas da corrida. Iniciativa essa que influencia outras equipes, bem como outras empresas na adoção de abordagens ecologicamente mais responsáveis, alinhando-se com as demandas contemporâneas por práticas sustentáveis. Portanto, o megaevento é uma indústria que ultrapassa sua função primária de promover o esporte e exerce uma influência significativa nas economias globais.



<b>Receitas Globais da Fórmula 1 (2021-2023)</b>	<b>Faturamento em bilhões</b>
2021	US\$ 2.14
2022	US\$ 2.57
2023	US\$ 3.2
Média Anual	US\$2,64
Desvio Padrão	0,53
Receita Mínima	US\$ 2.14
Receita Máxima	US\$ 3.2

Tabela 1: Receita por temporada do Grande Prêmio de Fórmula 1 no período de 2021-2023

Fonte: Revista Veja e MKTEsportivo

<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>Coluna1</b>
2022	20,09%
2023	24,51%

Tabela 2: Taxa de crescimento referente aos dados da Tabela 1.



<b>Receitas do Circuito brasileiro (2021-2023)</b>	<b>Faturamento em milhões</b>
2021	R\$ 960
2022	R\$ 1.370,00
2023	R\$ 1.640,00
Média Anual	R\$ 1.323
Desvio Padrão	342,3935358
Receita Mínima	R\$ 960
Receita Máxima	R\$ 1.640,00

Tabela 3: Receita do circuito de Fórmula 1 no Brasil no período de 2021-2023

Fonte: Prefeitura de São Paulo

<b>Ano</b>	<b>Taxa de Crescimento</b>
2022	42,71%
2023	19,71%

Tabela 4: Taxa de crescimento referente aos dados da Tabela 3.

Em suma, houve um crescimento constante nas receitas globais da Fórmula 1 ao longo dos anos, com a maior taxa de crescimento registrada em 2023 (24,51%). O crescimento no Brasil, desse modo, foi significativo em 2022, com um aumento de 42,71%. Embora a taxa de crescimento tenha diminuído em 2023, ainda houve um aumento considerável de 19,71%. Esses



dados indicam que tanto a Fórmula 1 globalmente quanto o circuito no Brasil estão em expansão, com as receitas crescendo consistentemente ao longo dos anos.

### **3. Impactos do GP no Brasil**

De forma notável, a ação promovida pelo Grande Prêmio cria uma “tendência” que movimenta outros setores, ocasionando o chamado efeito-dominó. Pode-se observar que os impactos diretos resultam dos gastos efetivos realizados pela organização do evento, pelos patrocinadores e pelo público, abrangendo desde a construção de infraestruturas até a compra de ingressos e mercadorias. Por outro lado, os impactos indiretos estão relacionados à movimentação em toda a cadeia produtiva associada à realização da Fórmula 1.

Nesse contexto, é comum que governos, tanto em nível municipal quanto estadual ou federal, estejam envolvidos na negociação para atrair corridas de Fórmula 1, frequentemente oferecendo incentivos financeiros, infraestrutura e apoio logístico. Em alguns casos, esse envolvimento pode incluir investimentos públicos substanciais, uma vez que os Grandes Prêmios não apenas promovem o esporte, mas também dinamizam a economia local. Entretanto, os impostos gerados não são a única forma de retorno sobre o investimento. Por exemplo, segundo uma matéria divulgada pela UOL, o direito de explorar a realização do Grande Prêmio no Brasil foi adquirido por um valor não revelado à Fórmula 1 - em outros países, esse valor pode chegar a R\$300.000.000. No caso brasileiro, a prefeitura de São Paulo comprou esse direito e posteriormente repassou-o à empresa Brasil MC Brazil LPG Holdings. Conforme o contrato, a prefeitura compromete-se a pagar cerca de R\$20.000.000 anualmente à empresa para que ela assuma a operação do evento. Dessa forma, esse tipo de acordo ilustra como a realização do GP de Fórmula 1 envolve uma série de compromissos complexos que vão além dos impostos, evidenciando a interconexão entre a gestão pública e a promoção do evento.

Em vista disso, no GP do Brasil, os impactos econômicos, definidos como as alterações econômicas líquidas nas cidades ou países sedes, gerados pela receita ou despesas provenientes dos megaeventos (Crompton, 1995), podem vir de fontes variadas. Em primeiro lugar, destacam-se os investimentos públicos resultantes de uma iniciativa público-privada, estabelecida através do contrato entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a empresa Interpub. Durante o período de cooperação entre 2014 e 2020, o contrato rendeu um investimento equivalente a aproximadamente R\$160 milhões (VAROTTI, NASSIF, SOUZA 2020). Uma





parte significativa desse montante foi destinada à reforma do Autódromo Internacional de Interlagos, uma intervenção crucial para atender aos rigorosos padrões estabelecidos pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA). Conforme afirmou o diretor da SPTuris, as responsabilidades relacionadas à realização do Grande Prêmio do Brasil fazem do evento um dos mais exigentes em termos de demanda administrativa para a Prefeitura de São Paulo:

A F1 gera uma demanda que não existe em outros eventos. Contratos de licitação, contratação dos serviços, reparos de asfalto, manutenção. É o maior evento em termos de contratação de serviços. Você monta a arquibancada, você monta as tendas, equipes, imprensa internacional, locais de transmissão internacional. A gente prepara o autódromo e transforma essas especificações técnicas em cadernos que vão nortear as licitações. (Varotti, F. de P., Nassif, V. M. J., & Souza, D. L. (2020))

Na perspectiva da vice-prefeita do município de São Paulo em 2019, Nádya Campeão, a realização de um evento de magnitude como o Grande Prêmio (GP) pode trazer benefícios não apenas para a cidade anfitriã, mas para todo o país, considerando a grande atenção da mídia internacional que tais eventos atraem. Acerca disso, Preuss e Solberg (2006) sinalizam que a realização desses megaeventos pode gerar impactos positivos, uma vez que proporcionam maior reconhecimento sobre o potencial de investimento e desenvolvimento da atividade comercial na região.

Outra grande vantagem do evento no país é a geração de empregos. A geração de empregos diretos e indiretos é comum na fase de preparação e durante a realização dos megaeventos (Preuss & Solberg, 2006). Prova disso, por exemplo, apenas na empresa Interpub, o aumento é considerável: cerca de 30 pessoas possuem emprego fixo ao longo do ano e, durante o evento, esse número chega a 10.000 pessoas empregadas (Varotti, Nassif, Souza. 2020). Em consequência, esse aumento está diretamente vinculado à necessidade das empresas prestadoras de serviço de ampliarem seu efetivo de funcionários para que possam atender as demandas do evento, como o fornecimento de alimentos, segurança e os próprios auxiliares de serviços gerais no autódromo.

Dessa forma, é possível afirmar que a rede de serviços se especializou devido à realização anual do evento. Como resultado, ocorre um aumento significativo nas contratações temporárias, especialmente em setores que se preparam para receber o público do evento. Nesse sentido, o setor de comércio e bens de serviço também é afetado de forma positiva com a



realização da Fórmula 1 na cidade de São Paulo. Segundo Borelli (2010), o GP do Brasil é considerado um dos eventos que atrai a maior quantidade de público para a cidade. Em 2019 recebeu o total de 158.213 pessoas, se considerados os três dias de realização do evento (Matos e Cesaroli, 2019).

No que diz respeito à arrecadação de impostos, o evento não se destaca como um grande impulsionador da receita de Impostos Sobre Serviços (ISS), do Grupo 13, que abrange atividades relacionadas ao turismo, hospedagem e eventos na cidade de São Paulo. De acordo com o Observatório de Turismo, em novembro de 2018, a arrecadação de ISS nesse grupo foi de R\$26.924.611,00, enquanto a média mensal do mesmo ano correspondeu a R\$27.497.735,91. Embora o Grande Prêmio não gere um aumento significativo nas receitas fiscais, é crucial reconhecer que o evento exerce impactos econômicos em outras áreas, mencionadas acima, como o comércio e os serviços, que são essenciais para o dinamismo econômico local.

Em contraste, a análise do impacto econômico da Fórmula 1 em Mônaco, um conhecido paraíso fiscal, oferece uma perspectiva diferenciada. No próximo tópico, será examinado como o status fiscal de Mônaco influencia a realização do Grande Prêmio e as implicações econômicas desse regime para o evento e para a economia do principado.

Esses resultados indicam que, fatores como, contratos e investimentos públicos, podem ter maior influência sobre a economia local durante a realização do evento. Além disso, a consistência na presença do público sugere a existência de um impacto contínuo e previsível no setor de serviços da cidade de São Paulo.

#### **4. Mônaco como um paraíso fiscal e sua influência na Fórmula 1**

O pequeno Principado de Mônaco, localizado na encosta da Riviera Francesa é um exemplo emblemático de um paraíso fiscal: com o maior número de milionários per capita do mundo, é conhecido como paraíso dos ricos. Sua história como um destino fiscalmente atraente remonta a décadas atrás: o Principado, com menos de dois quilômetros quadrados de território, optou por uma política de impostos que atraiu a atenção de indivíduos e empresas de todo o mundo. Dessa forma, a característica mais marcante de Mônaco é a ausência de imposto sobre rendimento e tributação sobre empresas que tenham a maior parte do seu trabalho nesse pequeno



oásis. Como resultado, é o principal refúgio para celebridades e entusiastas do automobilismo que frequentam seu icônico Grande Prêmio de Fórmula 1, bem como muitos pilotos da categoria como Lewis Hamilton e Charles Leclerc.

Ademais, regimes fiscais mais favoráveis têm como características semelhantes, além da legislação fiscal flexível, um sistema de comunicação eficiente e estabilidade política. Além disso, o progresso da internacionalização dos negócios motiva a transferência de capital para esses territórios com políticas fiscais mais vantajosas, uma vez que essas jurisdições fiscais oferecem um refúgio financeiro para aqueles que buscam vantagens em termos de tributação.

Simultaneamente, a crescente acessibilidade aos custos de transporte e as facilidades de comunicação, fruto da globalização e da abertura de fronteiras, tornam esses destinos ainda mais atraentes para investidores e empresas. Nessa lógica, a ascensão de Mônaco como um paraíso fiscal reflete a Teoria do liberalismo econômico, que postula a liberalização econômica e a redução de barreiras fiscais como formas de promoção do comércio internacional e de atração de investimentos estrangeiros. Assim, Mônaco se destaca como um epicentro deste fenômeno global, ao oferecer uma abordagem única para quem busca otimização fiscal e oportunidades de negócios.

De acordo com o estudo de João Manuel Braz da Silva, citado por Ana Catarina Gomes (2016), ao dividir os paraísos fiscais em cinco grupos, Mônaco é um território com taxa nula, ou seja, não existe tributação de impostos diretos. Com isso, o Estado foca em fortalecer seu setor financeiro ao atrair bancos internacionais e instituições financeiras que desejam se beneficiar das políticas favoráveis do Principado.

Em adição, adota-se uma legislação no que concerne à política de controle cambial: a moeda corrente em Mônaco é o euro e o controle de câmbios necessita de autorização da Direção do Tesouro e pelo Banco da França. Essa complexidade na autorização de qualquer investimento no território, previne investimentos não regulamentados e mantém a estabilidade econômica do principado. Em síntese, a política de controle cambial, combinada com a ausência de tributação direta, transforma Mônaco em um local atraente para a gestão de fortunas e investimentos, tornando-se um hub financeiro internacional.



No contexto de Mônaco como um paraíso fiscal de renome, a Teoria da Dependência - uma abordagem crítica das relações internacionais - oferece uma perspectiva crítica para a análise das implicações internacionais de Mônaco como um hub financeiro. Ao analisar como a presença dessas jurisdições impacta as economias dos países em desenvolvimento, cria-se a ideia de que a dependência desses países em relação aos investimentos estrangeiros e à busca por otimização fiscal em lugares como Mônaco pode criar um ciclo de dependência econômica que dificulta o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, a concentração de riqueza e recursos em paraísos fiscais pode aprofundar as desigualdades econômicas tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, o que reforça a visão da Teoria da Dependência sobre as relações econômicas desiguais no sistema global.

Vale ressaltar que a política fiscal favorável de Mônaco cria um cenário de dois extremos. Por um lado, os indivíduos de alta renda desfrutam dos benefícios da isenção de impostos sobre o rendimento, enquanto, por outro lado, as empresas que operam na região enfrentam impostos elevados que incidem sobre os lucros. Nessa análise, com o contraste acentuado entre o tratamento das pessoas físicas e operações corporativas, cria-se uma dinâmica fiscal única que apresenta desafios significativos para as equipes de Fórmula 1 e os patrocinadores envolvidos no Grande Prêmio do circuito de Monte Carlo.

Isso significa que as entidades comerciais que operam no Principado precisam lidar com custos fiscais substanciais que afetam diretamente sua lucratividade. Dentro do contexto das equipes de Fórmula 1 e dos patrocinadores envolvidos no Grande Prêmio de Mônaco, esses impostos elevados podem ter implicações diretas em suas finanças e estratégias financeiras.

Desse modo, as construtoras que operam em um ambiente altamente competitivo, precisam gerenciar cuidadosamente seus recursos financeiros para garantir que possam competir em alto nível. Por sua vez, os patrocinadores buscam oportunidades para maximizar seu retorno sobre o investimento, o que inclui a avaliação de custos e benefícios em mercados fiscais complexos como Mônaco. Portanto, o contraste entre o tratamento tributário de pessoas físicas e empresas em Mônaco não é apenas uma questão de teoria fiscal, mas sim uma consideração prática que afeta a economia e os negócios relacionados ao Grande Prêmio da Fórmula 1.



Nesse cenário, apesar dos desafios fiscais, a corrida nas ruas estreitas do Principado possui um legado de décadas, o que contribui para a sua reputação como um evento social de prestígio que atrai a atenção do mundo. Além disso, os entusiastas do automobilismo não são os únicos cativados por suas emocionantes corridas nas ruas da cidade de Monte Carlo; membros da elite global e celebridades também se reúnem para testemunhar a ação das sacadas de seus luxuosos apartamentos. Assim, a ausência de imposto de renda em Mônaco não apenas atrai os pilotos e equipes, mas também reforça a aura de prestígio do evento, tornando-o uma referência única no mundo do automobilismo:

“[...] O GP de Mônaco de Fórmula 1 é considerado o que envolve maior glamour e charme, atraindo não apenas entusiastas, mas como também membros do Jet Set<sup>20</sup> e todo o tipo de celebridade, como atores de cinema, top models, esportistas de outras modalidades e alpinistas sociais. Há alguns lugares com arquibancadas, como na reta de largada, mas a maioria do público que assiste a corrida in loco o faz das sacadas de seus milionários apartamentos.” (Vitor Hugo, 2014, p.67-68)

Como resultado, seu impacto econômico é significativo, tanto para o Principado quanto para a Fórmula 1 como um todo. De acordo com Paula Dias (2006), “os eventos desportivos podem mudar a imagem de uma cidade ou até mesmo de um país, expandindo o seu comércio, estimulando a sua economia e contribuir para a introdução de novos produtos e explorar novos mercados.”

Portanto, um evento desportivo em determinado país implica um desenvolvimento meticulosamente calculado de um plano que investe na promoção turística, geração de receitas fiscais, rentabilização de estruturas locais, valorização do desporto e na dinamização da economia. Em suma, a política fiscal única de Mônaco é essencial para entender como o Principado se tornou um paraíso fiscal notável e o impacto que isso tem em sua economia e na realização do Grande Prêmio da Fórmula 1.

A partir do texto infere-se que Mônaco utiliza suas políticas fiscais favoráveis para atrair indivíduos com alto poder aquisitivo e instituições financeiras, criando um ambiente econômico altamente específico que é vantajoso para alguns. A realização do Grande Prêmio de Fórmula 1 é uma manifestação desse ambiente, servindo como um ponto focal tanto econômico quanto cultural para o principado.



## 5. Globalização e a Fórmula 1

A Fórmula 1 não é apenas um esporte, é o reflexo mais acelerado da globalização em ação. Assim como as economias modernas, o campeonato ultrapassa fronteiras, conecta culturas e mobiliza bilhões de dólares, reafirmando seu papel como um dos maiores fenômenos globais do século XXI. No entanto, o fenômeno da globalização pode ser considerado um desafio, uma vez que não há uma definição amplamente aceita do termo, e tanto a mídia quanto o senso comum tendem a favorecer a abordagem economicista desse processo. De acordo com Alice Landau, teórica internacionalista, a globalização é multifacetada, multidimensional e envolve aspectos econômicos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, não são apenas pessoas, mas também temas, organizações e empresas que atuam globalmente, ultrapassam fronteiras e possibilitam uma intensa troca de informações entre as pessoas do mundo.

Não se deve restringir a Fórmula 1 a um mero esporte; é fundamental situá-la dentro dos parâmetros da produção do espaço capitalista e examinar seus reflexos nas esferas econômica, social e política da sociedade contemporânea. Nessa análise, as relações de produção capitalistas, juntamente com os meios comunicacionais visuais e auditivos, viabilizam um mercado de consumo global, evidenciando o uso avançado da informação, tanto tecnológica quanto social. Dessa maneira, a Fórmula 1 não apenas reflete as dinâmicas econômicas e sociais, mas também exemplifica a interconexão global e a circulação de capitais em uma economia capitalista avançada.

Destacam-se, ainda, características da globalização como o evidente nexo tecnológico entre o homem e a máquina, que se tornou uma mercadoria específica à sociedade de consumo. Nesse sentido, algumas noções são indissociáveis do desenvolvimento técnico contemporâneo:

Sucedendo à miniaturização, a velocidade é uma das principais especificidades das tecnociências. O virtual, ambivalente pelas atitudes que provoca, que são do fascínio maravilhado à rejeição mais crítica. Certas fronteiras, enfim, são cada vez mais difíceis de traçar: entre o vivo e o artificial; entre as esferas privada e profissional; entre os territórios que dependem de legislações nacionais, pois as fronteiras políticas nada podem contra a disseminação dos organismos geneticamente modificados. (Ruth Scheps, 1996, p.21)



Fatores como a velocidade, o virtual e as fronteiras são características que, além de abrangerem o movimento do desenvolvimento contemporâneo, também fazem referência à Fórmula 1. Nessa lógica, estas características estão presentes nos carros, organização, projetos de fabricação, equipes e até nos próprios pilotos e telespectadores, originários de diversos países ao redor do mundo.

O período de 1950-1970 pode ser considerado a fase romântica da Fórmula 1, durante a qual as virtudes humanas predominam e, com o passar do tempo, essas virtudes tornaram-se mais competitivas e homogêneas. Paralelamente, acompanhando-se o desenvolvimento social, o esporte passou por uma transformação, convertendo-se em um negócio capitalista altamente lucrativo e desigual. A partir de 1970, com a utilização de tecnologias microeletrônicas e os novos meios de comunicação, a Fórmula 1 sofreu mudanças significativas.

Para uma análise mais estruturada, é viável considerar a Fórmula 1 como um paradigma da globalização, onde diversos aspectos da sociedade capitalista convergem, o que promove o desenvolvimento de elementos econômicos, sociais, políticos e culturais interligados. Além disso, destaca-se a relação entre mercado e consumo, que influencia diretamente a configuração do espaço capitalista, que frequentemente revela-se marcado por desigualdades.

Por conseguinte, seu caráter altamente lucrativo, elitista e excludente mais uma vez encaminha-se à globalização, exemplificado pelo modo como ela se manifesta nos países desprovidos de poder tecnológico ou técnico. Dessa forma, a relação capitalista é estrutural, e as equipes que antes eram conhecidas como “escuderias”, perderam essa definição devido aos contratos de patrocínios, publicidade e associações com fabricantes de motores. Como resultado, a participação de empresas na indústria automobilística intensifica as disputas nas pistas e busca atrair o interesse público pelo espetáculo, além de expandir sua influência no mercado de consumo.

Ademais, a valorização econômica e financeira passa a fazer parte da rotina do Grand Prix, Grande Prêmio ou GP. Nesse sentido, o consumo é estimulado para que as negociações sejam lucrativas, os pilotos tornam-se garotos-propagandas, não tendo mais a



autonomia para decidir as estratégias da corrida, e os carros tornam-se veículos de promoção das marcas. Torna-se evidente, portanto, a hierarquização econômica da relação de trabalho, com a compra e venda da mão de obra e a submissão aos interesses capitalistas no âmbito esportivo.

Uma característica marcante do esporte que o aproxima da globalização é a diversidade de nacionalidade dos pilotos. No entanto, devido à sua centralização na Europa, o esporte tende a privilegiar os países do continente. Assim sendo, torna-se excludente não apenas do ponto de vista econômico, mas também no que se refere a questões raciais.

Nas equipes, embora haja alguma diversidade, a maioria dos pilotos é originária de países desenvolvidos. No entanto, no contexto internacional, as equipes podem ser consideradas diversas como um todo, pois podem ter sede em um país, enquanto os pilotos, motores, fornecedores, patrocinadores, torcedores e consumidores vêm de outros lugares. Portanto, a globalização se reflete na configuração das equipes, que incorporam uma ampla gama de nacionalidades e interesses

Embora as fronteiras da Fórmula 1 possam ser demarcadas, elas existem principalmente para destacar as diferenças das culturas, já que a economia, de modo geral, não pode ser considerada puramente local. Desse modo, as relações são internacionais, envolvendo uma interdependência financeira, tecnológica e industrial entre as equipes e os patrocinadores. Por exemplo, a equipe McLaren, por intermédio da marca TAG-Heuer, desenvolve equipamentos para outras equipes.

Hoje, a TAG McLaren é considerada uma empresa líder em marketing, eletrônica, comunicação, pesquisa de patrocínio, logística e em mais algumas áreas. Somos fornecedores até mesmo de outras equipes de F1. (Ron Dennis em entrevista para François Granet. Guia de F1. n.1. Ed especial. p. 12. 1999)

Outro fator de convergência é a venda do sistema de comunicações, ou seja, o direito de transmissão. Em função disso, prevalece a necessidade de informação e publicidade, um processo que só se tornou viável no mundo globalizado após a formação de conglomerados internacionais de multimídia e o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, a Fórmula 1 se beneficia significativamente desse contexto, aproveitando as oportunidades oferecidas por uma rede global de mídia e tecnologia.





A globalização tem transformado diversos aspectos da sociedade moderna, com as inovações em comunicação desempenhando um papel central nesse processo. Entre essas inovações, o rádio, o cinema e a televisão foram fundamentais para acelerar a disseminação global de eventos e informações. Nesse cenário, a Fórmula 1 ilustra como a comunicação de massa pode influenciar a expansão e a lucratividade de um evento esportivo. Os meios de comunicação, por exemplo, fornecem receitas substanciais para a Administração da F1 (FOA) e a Federação Internacional de Automobilismo (FIA), ao pagar pela transmissão ao vivo e pela instalação de câmeras nos boxes.

A publicidade prepara o consumidor através de discursos ideológicos que acabam por ser motores de ações públicas e privadas. Por exemplo, uma única revista exclusiva sobre Fórmula 1 vende cerca de 800000 exemplares por mês em 14 línguas, através de 90 países. Além disso, o campeonato é constituído por apenas 17 provas, ou seja, visita apenas esses países, mas tem comércio em mais de 100 países (Martins, 1999). Dessa forma, este consumidor foi formado ao longo das décadas de existência da Fórmula 1. Para ilustrar as mudanças ocorridas, é possível examinar os seguintes exemplo:

Bernie Ecclestone transformou, enfim, a F1 numa bolsa de valores, com pregões em cima de pilotos, carros, autódromos, pistas, TV e rádio. Tudo hoje paga direito à FOA. O maior exemplo é que o calendário da F1 se tornou um grandioso espetáculo mundial, visto ao vivo pela TV por 4,2 bilhões de telespectadores em 62 países. Esses números crescem para 17,6 bilhões em 96 países se forem computados os noticiários compactos dos vários noticiosos, reprises e videotapes. (Lemyr Martins, 1999, p. 312)

Assim, é possível concluir que a globalização alcançou um nível em que o capitalismo consegue explorar e transformar esportes em indústrias multimilionárias, utilizando tecnologias de comunicação que influenciam o modo de pensar e de viver das pessoas. Assim, as bases antagônicas das relações sociais desiguais tornam-se evidentes, com a mercantilização permeando tanto as relações nacionais quanto internacionais. Dessa forma, o fenômeno globalizante não apenas intensifica as contradições entre classes e sistemas centrais e periféricos, mas também reflete e acirra desigualdades no cenário local e global. Portanto, a Fórmula 1, como exemplo paradigmático desse processo, ilustra como a interconexão entre esportes e capital globalizado pode moldar e amplificar as dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas.



## 6. Considerações Finais

Conclui-se que a Fórmula 1 transcende sua função meramente esportiva, emergindo como uma poderosa força econômica global, que atrai multidões, impulsiona o turismo e gera receitas significativas por meio de vendas de ingressos, patrocínio e direitos de transmissão. Além disso, o esporte gera empregos e promove inovações tecnológicas, influenciando práticas sustentáveis no mundo dos negócios.

Assim, a Fórmula 1 não se limita a ser um mero espetáculo esportivo, mas também se configura como uma indústria global com um impacto relevante sobre a economia e a tecnologia em escala mundial. Isso se reflete, por exemplo, no Brasil, onde o evento impulsiona a economia local ao gerar empregos temporários que beneficiam setores como o comércio e atrai atenção internacional, o que, por sua vez, amplia o potencial de investimento e desenvolvimento comercial na região. De maneira semelhante, em Mônaco, conhecido por seu modelo fiscal distinto e status de paraíso fiscal, a Fórmula 1 desempenha um papel fundamental na promoção e consolidação desse status, ao atrair investidores, patrocinadores e entusiastas em busca de vantagens financeiras e oportunidades exclusivas.

Além de fomentar empregos e impulsionar inovações tecnológicas, a Fórmula 1 é um exemplo notável de Globalização, tendo percorrido uma trajetória que a transformou de um esporte de natureza romântica em uma atividade altamente lucrativa. Nessa perspectiva, este esporte exemplifica a interconexão global ao demonstrar como empresas, patrocinadores e transmissões atravessam fronteiras, promovendo não apenas o esporte em si, mas também produtos e ideologias. Portanto, a Fórmula 1 ilustra de forma significativa o impacto da globalização, evidenciando a maneira como eventos esportivos podem se tornar plataformas poderosas para a disseminação de influências econômicas e culturais em escala mundial.

Assim, a Fórmula 1 se destaca como um exemplo relevante do impacto da globalização, ilustrando como eventos esportivos podem operar como catalisadores para a disseminação de influências econômicas e culturais em escala global. De fato, ao superar suas origens esportivas e se firmar como uma entidade de peso econômico e cultural, a Fórmula 1 revela o potencial dos esportes para estabelecer conexões e exercer influências que transcendem fronteiras nacionais, refletindo as intrincadas interações entre economia e cultura no cenário global.



## 7. Referências

- BARRETTO, Lawrence. **Net Zero Carbon: How Formula 1 is going to meet this ambitious target by 2030**. FIA, 2022. Disponível em: <https://www.formula1.com/en/latest/article.net-zero-carbon-how-formula-1-is-going-to-meet-t-his-ambitious-target-by-2030.5QsK9NpYbz7pXp7423I3iJ.html>. Acesso em: 10 de Out. 2023.
- DIAS, Paula. **Os Grandes Eventos Desportivos: análise das vertentes políticas, económicas, sociais e organizacionais**. 2006.
- ESTUDO:: **Avaliada em US\$3,13 bilhões, Ferrari é a equipe mais valiosa da F1.Máquina do Esporte**, 2023. Disponível em: <https://maquinadoesporte.com.br/fl/estudo-avaliada-em-us-313-bilhoes-ferrari-e-a-equipe-mais-valiosa-da-fl/>. Acesso em: 10 de out. 2023.
- Fórmula 1 aumenta seus ganhos para US\$2.7 bilhões na temporada de 2022**. MKTEsportivo, 2023. Disponível em: <https://www.mktesportivo.com/2023/03/formula-1-aumenta-seus-lucros-para-us-257-bilhoes-na-temporada-de-2022/>. Acesso em: 2 de Julho, 2024.
- FOURIE, Johan; SANTANA-GALLEGO, María. **The impact of mega-sport events on tourist arrivals**. Tourism Management. 2011.
- F1 fatura US\$744 milhões e mostra recuperação econômica no segundo trimestre**. Máquina do Esporte, 2022. Disponível em: <https://maquinadoesporte.com.br/motor/fl-tem-faturamento-de-us-744-milhoes-e-mostra-recu-peracao-economica-no-2o-trimestre/>. Acesso em: 10 de out. 2023.
- GRIX, Jonathan; BRANNAGAN, Paul Michael; HOULIHAN, Barrie. **Interrogating States' Soft Power Strategies: A Case Study of Sports Mega-Events in Brazil and the UK**. Global Society. 2015.
- GOMES, Ana Catarina Carvalho. **Os paraísos fiscais**. 2016. Dissertação de Mestrado SA, MAYARA MARTINA DOS SANTOS et al. **Economia e Esporte: Os Impactos da Fórmula 1 na movimentação econômica**. In: Congresso Interdisciplinar-ISSN: 2595-7732. 2019.
- GP de São Paulo traz impacto econômico de R\$1,3 bilhão para a capital**, ESPN,2022.Disponível em:[https://www.espn.com.br/fl/artigo/\\_/id/11234728/gp-de-sao-paulo-traz-impacto-economic-o-de-r-13-bilhao-para-a-capital](https://www.espn.com.br/fl/artigo/_/id/11234728/gp-de-sao-paulo-traz-impacto-economic-o-de-r-13-bilhao-para-a-capital). Acesso: 10 de out. 2023.
- Observatório de Turismo de São Paulo**. Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1 2021: Relatório de perfil e satisfação de público. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2022/02/RELATORIO\\_FINAL\\_GP\\_SP\\_F1\\_COMPLETO.pdf](https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2022/02/RELATORIO_FINAL_GP_SP_F1_COMPLETO.pdf). Acesso: 1 de julho de 2024.
- Observatório de Turismo de São Paulo**. Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1 2022: Relatório de perfil e satisfação de público. São Paulo, 2022. Disponível em:



<https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2023/01/RELATORIO-GP-F1-2022-SITE.pdf>. Acesso: 1 de julho de 2024.

**Observatório de Turismo de São Paulo.** Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1 2023: Relatório de perfil e satisfação de público. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2024/04/RELATORIO-GP-F1-2023-site.pdf>. Acesso: 1 de julho, 2024.

**Os bilhões gerados pela Fórmula na véspera da temporada de 2024. Veja Negócios, 2024.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/os-bilhoes-gerados-pela-formula-1-na-vespera-da-temporada-2024>. Acesso em: 2 de julho, 2024.

**SP Comprou corrida de F1 e vai pagar para a fornecedora ficar com lucro.** UOL Esporte, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2021/01/19/sp-comprou-corrída-de-f1-e-vai-pagar-para-fornecedora-ficar-com-lucro.htm>. Acesso: 10 de out. 2023.

TAKAI, Andréa Midori. **Antecedentes da Globalização: O Caso da Fórmula 1.**

TEIXEIRA, Vitor Hugo Dos Santos. **Megaeventos esportivos e cidades: a construção da imagem urbana na “Nova Fórmula 1”.** 2014.

TRICHES, Divanildo; DOS SANTOS COGO, Vanessa. **Os paraísos fiscais e seus impactos na economia global.** Revista de Geopolítica, v. 13, n. 4, p. 1-19, 2023.

Varotti, F. de P., Nassif, V. M. J., & Souza, D. L. (2020). **Os impactos do GP Brasil de Fórmula 1 para a cidade de São Paulo.** PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, São Paulo, 9(1), 71-92.